

MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA <sup>CA</sup>

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de fundida por Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida e aprovada pela Comissão Julgadora em 25/02/92.  
Data: 25/02/92

Ass:.

x

*Josef Felipe*

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA TERCEIRA FUNÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1991

UNICAMP

9205763

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de Concentração: História e Filosofia da Educação, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Luís Sanfelice. †

Comissão Julgadora:

~~João Paulo~~

Quilombo

meucan

A  
Vilmar,  
companheiro amoroso  
de todos os momentos  
desta e de outras jornadas.

Meus filhos,  
Marcus Vinicius e  
Marielza,  
pelas inúmeras renúncias  
que este trabalho lhes  
impôs, pela esperança em  
dias melhores.

Meus pais,  
minhas irmãs,  
pela torcida e  
pelas orações.

## AGRADECIMENTOS

Transpor as inúmeras barreiras que este trabalho me impôs, representou para mim vencer um desafio que em muitos momentos me pareceu maior que eu mesma. Na verdade, o era. Mas, não o venci sozinha, muitos foram aqueles que acreditaram em minha capacidade e esforço para superá-lo. Com muitos deles contraí uma dívida irredimível. Quero agradecer àqueles que me concederam apoio, fornecendo informações valiosas e/ou facilitando a aquisição do material necessário à fundamentação e análise das questões aqui abordadas, principalmente sobre a UFG e a Extensão Universitária. Para não faltar com a justiça a todos, abster-me-ei aqui de declinar seus nomes. Entretanto, peço licença para registrar minha profunda gratidão ao Dr. Ary Monteiro do Espírito Santo e às colegas Maria Eleusa Montenegro e Telva Lêda Bacelar, por terem corajosa e publicamente me assumido nos momentos mais difíceis desta caminhada. À Orlinda, companheira das viagens à Campinas, juntas compartilhamos alegrias e tristezas, angústias e esperanças. Ao meu orientador, Prof. Sanfelice, pelo apoio e confiança na então mestrandia de Psicologia Educacional, em quem acreditei e investi num momento de indefinições teóricas e de angústias. Com ele muito aprendi. Aos membros da banca do Exame de Qualificação, Prof. José Dias Sobrinho e Profª Maria Eugênia Montes Castanhos, cujas contribuições teóricas muito enriqueceram este trabalho. A todos os funcionários da Secretaria da Pós-graduação da UNICAMP, especialmente à Nadir, por tornarem mais amenas as exigências burocráticas da Instituição. À sempre amiga Carmen Helena Costa, pela revisão ortográfica. Aos colegas do Campus Avançado de Catalão e funcionários da FE/UFG, pela amizade e pela presteza em minhas solicitações. A todos os professores e dirigentes educacionais das escolas de Catalão e circunvizinhanças, que tornaram possível este trabalho e pelo muito que com eles aprendi. A todos amigos(as) e vizinhos de Catalão, que acompanharam as etapas iniciais deste curso, meu reconhecimento pelo muito que ajudaram a mim e a meus filhos. Às autoridades de Catalão e dos municípios circunvizinhos, agradeço o apoio e a confiança.

## RESUMO

Este estudo é o resultado de uma pesquisa historiográfica baseada na experiência vivenciada pela autora no Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás na cidade de Catalão (sudeste goiano). Para explicitação da problemática, recorreu-se às análises dos elementos da história da educação brasileira articulados às questões do clientelismo político local e regional, que permearam a implantação do referido Campus e a criação dos seus cursos (Licenciaturas e Pedagogia), na década de 80.

\* \* \*

## RESUMÉ

Cette étude est le résultat d'une recherche historiographique fondée sur l'expérience vécue par l'auteur sur le Campus Avancé de l'Université Fédérale de Goiás dans la ville de Catalão (sud-est de l'Etat de Goiás). Pour situer le problème on a eu recours aux analyses des éléments de l'histoire de l'éducation brésilienne (Réforme /68 et extension) articulés à la question du clientelisme politique local et régional qui ont influencé l'implantation de ce Campus et la création de ses cours (licence et pédagogie) dans la décennie 80).

## SUMÁRIO

	Página
Introdução .....	5
Capítulo I - A Terceira Função .....	14
1. Extensão: histórico e pressupostos .....	14
2. O contexto histórico das políticas imperialistas ..	25
3. O surgimento dos campi avançados e das atividades de extensão universitária no Brasil .....	39
4. A Universidade e sua terceira função .....	51
Capítulo II- A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS-UFG .....	79
1. Aspectos históricos da criação da UFG .....	79
2. Repercussões do golpe militar de 64 em Goiás e na UFG .....	88
3. Reestruturações advindas da reforma universitária /68 .....	103
4. A política expansionista e a filosofia de extensão veiculadas na UFG .....	109
Capítulo III ASPECTOS HISTÓRICOS DA CIDADE DE CATALÃO .....	131
1. Surgimento .....	131
2. Aspectos histórico-sociais da região e do municí- pio .....	134
Capítulo IV O CAMPUS AVANÇADO DE CATALÃO .....	151
1. Clientelismo político e a demanda pelo ensino su- perior .....	151
2. A criação dos cursos de terceiro grau no CAC .....	182
À GUISA DE CONCLUSÃO: DEMOCRATIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO .....	186
BIBLIOGRAFIA .....	196
ANEXOS: MAPAS DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE CATALÃO.....	201
GLOSSÁRIO DAS SIGLAS USADAS NO TEXTO .....	204

## APRESENTAÇÃO

O tema e a intenção deste estudo têm sua origem na minha experiência profissional como docente e pesquisadora, principalmente a partir do meu trabalho realizado no Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás - UFG - na cidade de Catalão-GO, em sua fase de implantação e estruturação nos anos de 1984-85, cujos dados são tratados no quarto capítulo e na conclusão.

Residindo em Catalão por quatro anos, 1984-87, aprendi a amar sua história, sua cultura, sua gente, sua beleza. Tal como o "Catalão", fiquei cativa dos seus encantos. E, hoje, embora não mais residindo ali, continuo debruçada sobre seus morros e vales, absorta em reflexões e teorizações sobre as tramas do poder e da dominação dos homens sobre outros homens, que lá, como em qualquer outro lugar, também fazem parte de sua história ao longo do tempo.

Preocupada em compreender a dimensão social da experiência que lá vivenciei buscando identificar as tramas do poder que orientaram e definiram a política educacional no bojo da qual emergiram as atividades de extensão e os campi avançados é que, ao ingressar no curso de mestrado, me propus desde o início realizar o presente trabalho voltado para este tema, principalmente por estar ele intimamente relacionado à práxi de um projeto acadêmico profissional, acaalentado com muita garra e persistência. De início, embrionário, mais tarde, elaborado e amadurecido, resultou numa pesquisa sobre a



história da instituição da qual se origina e das forças sociais que a geraram, assim como os interesses e conflitos de classes daqueles que a mantêm viva e buscam imprimir-lhe um projeto que vem sendo cotidianamente reelaborado e resgatado, sob diferentes formas que expressam a diversidade das questões educacionais no Brasil, na UFG e/ou em Catalão.

Trata-se, portanto, de um trabalho baseado numa pesquisa historiográfica realizada por meio do estudo de material coletado junto às fontes primárias e secundárias. A realização da mesma constou da consulta a vários órgãos da UFG, entre os quais o Centro de Memória, a Pró-Reitoria de Graduação, a de Planejamento e a de Finanças, o Protocolo Geral e protocolos de outros setores; outras fontes também foram consultadas: a Prefeitura e a Câmara Municipal de Catalão, a Assembleia Legislativa de Goiás, o Campus Avançado de Catalão, a 112 Delegacia Regional de Ensino e escolas da rede pública da Cidade. Além disso, constam também das fontes primárias consultas às pessoas ligadas às atividades extensionistas na UFG, assim como minha experiência e vivência profissional naquele Campus, que complementaram a pesquisa.

Quanto às fontes secundárias, constaram da consulta ao material bibliográfico disponível na literatura nacional sobre o assunto e que concedeu embasamento teórico-científico a este trabalho. Além disso, foram consultados jornais, revistas e outras publicações nacionais, regionais, locais e da UFG.

## INTRODUÇÃO

A partir do século XIX, com o avanço do processo de industrialização do mundo ocidental, na opinião de Queiroz (1) ocorre uma forte tendência em outorgar à Universidade o papel de formar profissionais, prioritariamente, e ao lado disso secundarizar a "formação cultural". Foi esse o fenômeno que ocorreu com o sistema de ensino superior nos Estados Unidos. Entretanto, nos países da Europa, onde a tradição e o culto à educação humanística faz parte da origem histórica da Universidade, essa orientação pragmática de ênfase tecnológica encontrou séria resistência no seio da intelectualidade européia, que defende a preservação de seu papel como locus da erudição, da crítica e do conhecimento geral, e rejeita o profissionalismo técnico, por considerá-lo limitado e restrito em sua especificidade, que descaracteriza o papel da Universidade de tematizar e polemizar os problemas, sem restringi-los a soluções imediatistas e estritamente técnicas.

No caso brasileiro, "as exigências de profissionalização decorrem da formação do Estado burguês e agem como motor de

---

(1) Maria I. P. QUEIROZ. A Universidade em face das expectativas sociais. *Ciência e Cultura*. S. Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 34(5):610-16.

ascensão social". Estes fatos geraram uma situação dúbia no que tange ao sistema educacional no País. Se, de um lado, a estruturação e a organização do aparato burocrático das instituições, tanto públicas como privadas, estavam a exigir pessoal habilitado e qualificado para ocupar os cargos e exercer as funções que a situação carecia, de outro, a ausência de recursos financeiros do Estado para assegurar a rápida escolaridade da população analfabeta em sua maioria, e acrescente-se a isso a vastidão do País com suas disparidades regionais.

A solução adotada pelos governos brasileiros foi tanto a de organizar cursos rápidos de qualidade discutível - madurezas, supletivos, cursos noturnos, campanhas de alfabetização etc. - como a de estimular a disseminação do ensino pago através do apoio às instituições particulares, primeiro às confessionais e mais tarde também às de cunho marcadamente mercantilista. Estas, portanto, sem compromisso com a formação cultural e aquelas, descomprometidas com a educação popular. "Por isso, enquanto na Europa houve uma tentativa de estender o saber a todas as classes sociais através das escolas superiores culturais", no Brasil, a tentativa foi dar à maior quantidade de indivíduos possível instrumento utilitários de ascensão social (2).

Esse foi um processo que se configurou no Brasil a partir da década de 20, com o crescimento das populações urbanas, tendo sido favorecido pelo êxodo rural e pela emigração européia dos pós-guerra.

---

(2) Maria I.P. QUEIROZ, op. cit., p. 816.

O binômio educação e desenvolvimento é uma preocupação que aparece expressa no histórico Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que ao lado da laicidade e da co-educação, reivindicam um plano nacional de educação. Acreditavam os pioneiros que modernizar e estruturar o ensino em todos os níveis garantiria tanto a sua democratização, enquanto direito de todos, como também propiciaria o desenvolvimento econômico e social do país. Entretanto, vale ressaltar que os renovadores (3) lutavam contra a escola tradicional e a estrutura arcaica e elitista do sistema educacional brasileiro e não contra o Estado burguês e a sociedade de classes.

Em decorrência dessas características marcantes da sociedade da época, o sistema educacional brasileiro continuava aristocrático e discriminador, apesar das reformas oficiais e do clima de debates polarizados entre renovadores e conservadores, estes representantes e defensores das escolas particulares e católicas. Romanelli considera que, se para a população camponesa, o ensino formal não oferecia qualquer motivação, para a proletária, embora ela significasse a possibilidade de melhor emprego, não possuía ainda a expressão numérica - apesar do significativo crescimento das massas urbanas nesse período - e política capaz de pressionar ou sensibilizar as autoridades do país para suas reivindicações; a classe média que constituía a maior parte dessas populações aspirava para seus filhos posições no mercado de trabalho que davam status, preferindo os cursos superiores ligados às profissões liberais e ao bacharelato (4).

---

(3) Ressalte-se também que o Movimento abrigava intelectuais de várias tendências: desde o conservador Francisco Campos, que foi ministro do Governo Vargas, os liberais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, ao esquerdista Pascoal Leme, integrante do Partido Comunista do Brasil (fundado em 1922).

(4) Otaíza ROMANELLI. *História da educação no Brasil*, 6 ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

Na década de 50, foram federalizadas várias universidades resultantes da aglutinação das escolas isoladas existentes nas capitais e mantidas pelos estados, incluindo nesse processo também as faculdades católicas: "a aglutinação das escolas isoladas foi um dos principais vetores da transformação do ensino superior na república populista, que chegou ao seu fim, em 64 com 39 universidades (...). Em 1954, quando Getúlio Vargas morreu, havia 16 universidades federais" (5).

Entretanto, essa política educacional de Vargas mereceu objeções de Juscelino Kubitschek - JK, que assume a Presidência em 56. Na sua Mensagem ao Congresso Nacional sobre os objetivos da Educação Brasileira adverte que as federalizações no ensino superior "nem sempre representam a melhor solução para o estímulo da instrução superior e técnica nos Estados" (6).

A UNE entra na sua fase de intensa mobilização, realizando congressos, seminários, debates sobre a política educacional e identificados com as lutas nacionalistas e contra a subserviência brasileira ao capital estrangeiro. Em 1960, quando Jânio Quadros é eleito para a Presidência da República, os estudantes programam o I Seminário sobre a Reforma Universitária, a ser realizado no ano seguinte em Salvador (BA). Delineia-se, então, os pressupostos do projeto de democratização e modernização da Universidade por eles entendido.

Foi no bojo das "Reformas de Base" propaladas pelo

---

(5) Luiz Antônio R. da CUNHA. *A Universidade crítica*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, p.95.

(6) MEC/INEP, op. cit., v.II, p. 257.

Governo João Goulart, que os estudantes levantam a bandeira da reforma universitária como parte das demais reformas sociais que se propunha realizar o novo governo. O ideário janguista girava em "torno do desenvolvimento, da emancipação econômica, da planificação, do aumento de exportações e especialmente da valorização da agricultura" (7).

Em 31 de março de 1964, foi posto em execução o golpe militar articulado por civis e militares que opunham aos projetos de reforma de Goulart e às mobilizações sociais em curso naquele momento histórico. O primeiro presidente eleito pelo comando militar e aprovado pelo Congresso Nacional foi o Marechal Castelo Branco. O primeiro Ministro da Educação, depois do golpe, Flávio Suplicy de Lacerda, implantou a conhecida "Lei Suplicy", que extinguiu a UNE e desencadeou a repressão nos meios universitários.

A política educacional adotada pós-68, com a reforma do ensino superior, ao mesmo tempo em que retraía as verbas para a educação e adotava medidas de contenção de vagas nesse grau de ensino, por outro lado fomentava o processo de democratização via privatização do mesmo. Em resposta às reivindicações da sociedade, abriu as vias para que a rede privada assumisse o ensino em todos os níveis, através do afrouxamento dos critérios para autorização e fiscalização dos processos de abertura das escolas e cursos em instituições particulares e similares.

Nesse contexto é que se insere o tema do presente

---

(7) Evaldo VIEIRA. Estado e miséria social no Brasil de Getúlio a Geisel, 2 ed. São Paulo, Cortez, 1985, p. 85.

estudo: a problemática educacional que teve como palco os acontecimentos históricos desenrolados nas décadas de 60, 70 e 80 (1960-80), privilegiando aqui a explicitação do significado ideológico da Reforma Universitária de 68 (RU-68) e em decorrência dela o surgimento da Extensão Universitária no âmbito das universidades.

Para viabilizar as atividades extensionistas, o governo implantou os Centros Rurais de Treinamento de Ação Comunitária-CRUTACs e os campi avançados, fora das sedes das universidades. A Universidade Federal de Goiás-UFG, como as demais, buscou meios de implementar a nova política educacional criando CRUTAC e campi, entre eles o Campus Avançado de Catalão - CAC -, enredo central deste trabalho.

As questões que são tratadas no Primeiro Capítulo trazem à luz aspectos históricos da Extensão Universitária surgida no contexto das políticas colonialistas e introduzida nas universidades brasileiras ao lado de projetos político-assistencialistas como o Rondon e o Mauá, desenvolvidos nos CRUTACs e nos Campi Avançados. Na lógica desse momento histórico ela foi erigida à função precípua tal como o ensino e a pesquisa. Ou seja, uma "Terceira Função", que na visão dos seus mentores - os militares, enquanto classe dirigente - corresponderia à função social da universidade por eles concebida.

As medidas governamentais no campo da educação implantadas em 64 e, mais precisamente a partir de 68, como a repressão ideológica e as reformas educacionais sob a inspiração dos acordos MEC/USAID, foram utilizadas pela ditadura militar como estratégia de ordenação da sociedade, pacificação e sujeição dos estudantes univer-

sitários.

Nesse sentido, é que cabe a colocação sobre as políticas imperialistas dos países desenvolvidos para dominação ideológica e econômica dos países do Terceiro Mundo - em que está incluído o Brasil, e, no bojo das quais foi forjado um projeto de desenvolvimento político-econômico, que ignora as necessidades e interesses da maioria da população desses países.

Os seus fundamentos apontam para objetivos identificados com os princípios da Segurança Nacional, como também vínculo com a comunidade e a integração ao desenvolvimento (capitalista) do país. Nos últimos anos da década de 60 e por toda a década de 70, o CRUB e o MEC passam a veicular essa tríplice função da Universidade, divulgada através de suas publicações, encontros e seminários realizados em todos os estados brasileiros.

Em Goiás, a UFG também cria órgãos, coordenações e informativos para cristalização e institucionalização desse "novo" projeto de Universidade. O Segundo Capítulo deste trabalho vai buscar relacionar esse contexto geral e de âmbito nacional a uma problemática regional e mais específica. Ou seja, as repercussões do golpe militar e suas implicações políticas na estrutura de poder do Estado, assim como nos meios acadêmicos e universitários. É ainda nesse capítulo que busco explicitar a posterior implantação da política extensionista no interior da estrutura da UFG, o surgimento dos seus CRUTACs e dos seus campi avançados, especificamente, o de Catalão, já na década de 80.



No Terceiro Capítulo, são apresentados inicialmente os aspectos históricos sobre o surgimento da cidade de Catalão, porta de entrada das bandeiras paulistas no século XVII e, atualmente, uma das mais prósperas do sudeste goiano.

Nele são abordadas ainda questões sobre as transformações econômicas e sociais ocorridas no início deste século e nas décadas seguintes, responsáveis pela inserção regional no processo de desenvolvimento capitalista, principalmente com a construção da Estrada de Ferro de Goiás, palco de disputas entre as oligarquias de Minas Gerais e Goiás.

Após o Movimento de 30, as mudanças no campo político vão desarticular a estrutura de poder baseada no mando local, enfraquecer essas oligarquias e propiciar a emergência de outras lideranças políticas, como a de Pedro Ludovico Teixeira, que, em 1934, funda Goiânia para ser a sede da nova capital do Estado.

Tanto a construção de Goiânia, como a de Brasília, capital do Distrito Federal (esta por Juscelino Kubtschek, em 1960), no chamado Planalto Central, vêm colocar a região Centro-Oeste na condição de um dos polos de desenvolvimento econômico e social do País. Nessa perspectiva, busco explicitar a demanda pela escolarização, decorrente do crescimento demográfico das cidades da região sul e sudeste de Goiás, entre elas, Catalão e suas circunvizinhanças.

Essas demandas vão se acentuando à medida em que ampliam e amadurecem as atividades produtivas da região, tanto da indús-

tria como do comércio e até da própria burocracia estatal (escolas, repartições), até que, na década de 70, são registradas oficialmente as primeiras reivindicações em torno da criação de cursos superiores naquela cidade.

O Quarto Capítulo é uma tentativa de articular esses contextos - o geral, o nacional e o regional -, por isso, considereei pertinente a colocação sobre o processo de expansão do ensino superior, a demanda por mais vagas nesse grau de ensino como uma das expectativas da classe média, na busca pela ascensão social. Para a compreensão dessas questões, são retomadas algumas colocações dos capítulos anteriores, bem como os diversos fatores sociais que influenciaram a organização e a burocratização do sistema de ensino brasileiro em função do processo de industrialização do início deste século e do avanço do capitalismo em sua fase monopolista nas últimas décadas. Detendo-se, entretanto, com mais ênfase no período pós-64, especialmente na década de 80, por se referir às questões específicas deste estudo.

Portanto, para o estudo do Campus Avançado de Catalão-CAC, foram recortadas principalmente as décadas de 70 e 80, quando se efetiva a implantação do mesmo por meio de acordos e arranjos entre as instâncias superiores da UFG e os políticos daquela região. A partir daí são evidenciadas as manobras eleitoreiras em torno da criação de cursos superiores na cidade de Catalão, enredo central tratado no referido capítulo.

## CAPÍTULO I

### A TERCEIRA FUNÇÃO

#### 1. Extensão: histórico e pressupostos.

No século passado, as idéias que deram origem às atividades de extensão das universidades inglesas estiveram ligadas ao movimento de "educação continuada", que teve como objetivo descaracterizar esse tipo de educação como sendo destinado apenas às classes desfavorecidas. As universidades, preocupadas em oferecer oportunidades de educação à população adulta delas excluídas, propunham atividades e cursos específicos que atendessem tanto às necessidades de certos setores da produção como aos interesses desses segmentos populares. Segundo Vanilda Paiva, nessas atividades estavam também "presentes um certo grau de humanitarismo e a intenção de acalmar os trabalhadores" (1).

Na Europa, entre 1870 e 1920, sob o impacto do contexto mundial desse período, registra-se uma série de

---

(1) - Vanilda P. PAIVA. "Extensión Universitaria en Brasil" - Nueva Sociedad., San José, nov/dez/1974; 45:68

manifestações de protestos dos trabalhadores. Esses protestos fazem emergir uma nova concepção de educação de adultos, não mais vinculada ao ensino para as classes baixas, mas um programa elaborado no meio universitário para atender a "população adulta que não se encontra na universidade, mas que pode por ela ser atendida", com a oportunidade de continuar se aperfeiçoando através de um processo de "educação contínua" que o indivíduo realiza ao longo de sua vida. (2)

As universidades norte-americanas incorporaram essa versão de educação, entre elas a Universidade de Oregon, onde as atividades são coordenadas pela Divisão de Educação Continuada.

Gurgel (3) considera que foram as diversas influências recebidas de outras universidades e a coexistência dessas diferentes tendências que resultaram numa estrutura dinâmica que possibilitou que na América do Norte surgissem dois tipos de extensão: a cooperativa e a universitária. Ambas contam com a participação das universidades através de diferentes formas de relacionamento com a sociedade.

---

(2) - Vanilda P. PAIVA. "Extension Universitaria en Brasil" - Nueva Sociedad., San José, nov/dez/1974; 15:68;

(3) - Roberto M. GURGEL. Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação 2, São Paulo, Cortez, 1986, págs. 59 a 63. Entre as diversas tendências, o autor salienta as concepções: liberal do College inglês o ideal científico da educação alemã e a orientação pragmática dos Land Grant College (treinamento técnico-profissional).

A extensão cooperativa surgiu por iniciativa governamental através do Morrill Act, em 1862, quando foram criados os Colégios Estaduais de Agricultura, em terras outorgadas pelo governo. As universidades Land Grant tiveram um papel destacado nas atividades de assessoria e assistência técnica aos agricultores. O sistema de ensino superior, sob o patrocínio dos governos federal, estadual e municipal desenvolveram uma ação conjunta para atender às necessidades de "educação nas áreas de produção agrícola, economia doméstica, organização da juventude e formação de lideranças, melhoria da comunidade, administração de fazendas, desenvolvimento de recursos humanos" (4), dentre outras.

A extensão universitária surgiu por iniciativa de um grupo de professores interessados em desenvolver programas de educação de adultos, a "partir de 1885, quando alguns líderes universitários conheceram as experiências das universidades de Oxford e Cambridge" (5).

Dando sequência a esse histórico, Gurgel salienta que a extensão cooperativa passou a ser reconhecida oficialmente e ter validade científica com a Lei Hatch, em 1887. Mais tarde, a Lei Smith Lever, em 1914, norteou-lhe os princípios e as normas que definiram seu caráter educativo e comunitário, como também

---

(4) - Roberto Mauro GURGEL, *op. cit.*, pág. 60;

(5) - *Idem*, *ibidem*, pág. 61.

criou mecanismos para destinação de recursos das atividades extensionistas através da articulação do Colégio de Agricultura, o Departamento de Extensão e os planos orçamentários feitos conjuntamente.

A extensão universitária, por sua vez, também alcançou reconhecimento como atividade regular no âmbito das instituições de ensino, através do empenho de William Harper, dirigente da Universidade de Chicago, cuja proposta de educação continha cláusulas que legitimaram a extensão universitária como uma ação "extra-muros", incluindo ainda a instrução por correspondência, entre outros pontos.

O ponto de partida que impulsionou a extensão para ganhar dimensão e importância foi o trabalho desenvolvido pela Universidade de Wisconsin, iniciado em 1906, e que daí por diante passou a ser referência e modelo das atividades extensionistas (6).

Da ampliação e sistematização dessas atividades variadas, nascem os multicampi, responsáveis pelo processo de "regionalização" da extensão universitária. Da mesma forma, surgem também os campi avançados, que como aqueles também se localizam fora da sede central, permitindo uma aproximação mais estreita e sistematizada com a comunidade regional e o desenvolvimento de atividades específicas que atendam às

---

(6) - Roberto Mauro BURDEL, op. cit., pág. 60 a 62.

necessidades locais.

Ambos se constituíram em elementos propulsores para o desenvolvimento de atividades comunitárias a exemplo dos cursos por correspondência, cursos noturnos e/ou de preparação de professores, encontros regionais e conferências, dentre outros.

Na América Latina, nas palavras de Vanilda Paiva<sup>(7)</sup>, a extensão universitária foi introduzida através das universidades da Argentina e do Uruguai, entre as décadas de 50 e 60. A perspectiva da extensão latino-americana esteve sempre vinculada à difusão cultural e à ampliação das oportunidades da educação básica e da alfabetização de adultos dirigidas às camadas populares menos favorecidas, bem como ao desenvolvimento das comunidades rurais, incluindo atividades assistenciais. Evidentemente, embora recebessem influência dos modelos europeu e norte-americano, ela foi adaptada às características sociais e históricas não só do contexto em que elas surgiram, como também da nossa cultura local e da política educacional adotada em cada um desses momentos.

No Brasil, as primeiras experiências surgem sob a inspiração do modelo norte-americano na década de 20, com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, no Estado de Minas Gerais, na época governado por Arthur Bernardes. Inaugurada em 1926, a Escola contou para sua montagem com a assessoria do professor Henry Holfs, diretor do Florida

---

(7) - Vanilda P. PAIVA, op. cit., p. 68.

Agricultural College, orientado pelos paradigmas dos Land Grant College e, tal como estes, a Escola passou a desenvolver experiências na linha de extensão rural e da assistência técnica aos fazendeiros. Dentre elas, tornou-se tradicional naquela região a "Semana do Fazendeiro", que ainda hoje é realizada pela Universidade Federal de Viçosa (8).

O histórico "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova" publicado em 1932, considerado o ponto de partida do Movimento Renovador, já revelava a preocupação de estreitar os vínculos do ensino universitário com os demais segmentos da sociedade. Defendiam os pioneiros que os objetivos da universidade brasileira deveriam estar assentados num tripé que comportasse a produção e a transmissão do saber elaborado, bem como a difusão desse mesmo saber que estivesse ao alcance das camadas populares, através da extensão universitária.

Pontuava o Manifesto: "a educação de nível superior deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de elaboradora ou criadora da ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes" (9).

---

(8) - Roberto Mauro GURGEL, op. cit., págs. 62 e 63;

(9) - Otaiza de O. ROMANELLI. História da Educação no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1984, p.149. Ver também, entre outros, em: MARTINS, C.B. - Ensino novo: um retrato sem retoques, S.Paulo, Global, 1981, p.44.



Nas décadas seguintes e mais especificamente no período que antecedeu ao golpe militar de 64, essas atividades eram realizadas a partir de iniciativas de estudantes e professores universitários, que contaram muitas vezes com a colaboração e o apoio de outras instituições oficiais ou assistenciais, como a Igreja Católica, sindicatos etc. Entretanto, Paiva assinala que as experiências e práticas de extensão no Brasil são recentes em relação a de outros países. Elas surgiram na década de 60, embora, a nível de proposições, sua história tivesse início décadas atrás.

O movimento estudantil brasileiro e outros movimentos culturais floresciam no Brasil no início da década de 60, liderados por grupos identificados com os problemas sociais, principalmente os da escolarização e da cultura popular. Surgem, concomitantemente, vários organismos atuando nesse sentido, como o Centro Popular de Cultura - CPC e o Movimento de Cultura Popular - MCP, em conjunto com o Serviço de Extensão Cultural - SEC, da Universidade de Pernambuco.

Os CPC's, ligados à UNE, contaram com a participação entusiástica de muitos universitários, tanto estudantes como professores. Esses Centros surgiram em 1962, através de um manifesto dos estudantes, e ganharam impulso na época da "UNE VOLANTE", criada na gestão de Aldo Arantes, que possibilitou a propagação e efetivação de vários núcleos instalados nas universidades e nos sindicatos de vários Estados brasileiros.

Esses núcleos desenvolviam uma série de atividades artísticas e culturais, como o chamado "Teatro de Rua" ou de arena, que constava de realizações teatrais em praças e ruas das cidades. Os CPC's também sistematizaram publicações, como os "Cadernos de Cultura", realizaram filmes, além de uma linha de produção de artigos culturais e de arte, distribuídos por uma rede nacional que contou com a realização de exposições de filmes, discos e vários artigos artísticos e artesanais. (10)

Entretanto, os CPC's foram alvo de críticas na época, por adotarem, segundo alguns, uma postura de superioridade cultural ao pretenderem mudar o comportamento de segmentos intelectuais considerados por seus integrantes como alienados. Ao se sentirem pressionados, esses segmentos, indefinidos politicamente, começaram a apontar as ambiguidades de um discurso revolucionário a favor do povo, verbalizados por uma vanguarda intelectualizada e em sua maioria originária das elites e/ou da classe média.

Essas controvérsias refletiram-se também na idéia de extensão universitária, sempre vista com reservas por alguns, seja por uma razão, ou outra. Por serem pontos de discórdia entre intelectuais, professores e estudantes, é que no período pós-64 essas controvérsias tornaram-se alvo das manipulações do regime

---

(10) - Um deles, o filme "Cinco Vezes Favela", foi premiado no exterior. In: GURGEL, op. cit., p.56.

autoritário, que as utilizaram para "domesticar" os movimentos populares, sempre vulneráveis em virtude das divisões internas, do contexto de repressão ideológica, além das próprias condições de subjugação dos segmentos dominados e dos mecanismos de dominação utilizados pelo poder em qualquer época e lugar.

Entretanto, "não se pode negar (...) que a partir dos CPC's surgiram na universidade grupos artísticos batalhando no sentido de uma arte mais engajada e efetivamente a favor dos interesses das classes subalternas". Ele foi "o nascedouro de toda uma geração de artistas e intelectuais que ainda hoje luta pela concepção de uma arte não-elitista".<sup>(11)</sup>

O MCP tem sua origem na campanha "De pé no chão também se aprende", financiada pelos governos de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, com o objetivo de realizar um programa de educação de adultos pelo "Sistema Paulo Freire". O Movimento resultou na ação conjunta da Universidade de Pernambuco, através da sua Secretaria de Cultura e da Prefeitura de Recife e, posteriormente, do governo do Rio Grande do Norte, contando com a assessoria e participação efetiva do professor Paulo Freire, idealizador de um sistema de alfabetização para adultos, que tinha como princípio fundamental a concepção de uma educação libertadora através da conscientização do homem, da sua condição de ser social e político, capaz de conquistar e promover a sua

---

(11) - Roberto M. GURGEL, *op. cit.*, p. 56.

própria liberdade. Nesta perspectiva, a educação é vista como instrumento que possibilita e facilita essa potencialidade do ser humano, enquanto agente da história.

Ocorreram, também experiências conjuntas de órgãos oficiais, a Igreja Católica e das universidades, como o Movimento de Educação de Base - MEB, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, que contava com o apoio oficial e funcionava através de uma cadeia de radiodifusão. "Em 1963, o MEB abrangia 59 sistemas, 14 Estados, cerca de 11.000 alunos e mais de 19 emissoras de rádio", (12) que transmitiam ensinamentos por um sistema de monitoria. Cada monitor recebia um rádio portátil à pilha, com faixa única específica para o programa, para receber e repassar as orientações em salas de aula em vários e distantes pontos do país. Além de alfabetizar e transmitir o ensino formal, o programa também incluía em seu currículo noções de higiene, saúde e informações educativas às populações rurais e da periferia urbana. Era, assim, um trabalho pedagógico voltado para a educação popular e de adultos.

Todas essas experiências com extensão universitária sempre tiveram caráter episódico e conotação de educação popular e de adultos, bem como a de prestação de serviços. A extensão

---

(12) - Vanilda P. PAIVA . Educação Popular e Educação de Adultos, 3a ed., S. Paulo, Loyola, 1973, 385 p., pág. 243. A autora não especifica o significado da palavra "sistema". Entretanto, depreende-se que seja uma referência às salas-de-aula coordenadas (cada uma) por um monitor - sistema de monitoria - conforme comentários da mesma no texto supra.

recebeu muita ênfase após a reforma universitária de 68 que, através da repressão política extinguiu todas as experiências aqui relatadas, institucionalizando-as através da nova legislação, agora sob a influência do modelo norte-americano, que daí para a frente exerceu grande influência na política educacional brasileira, como uma das estratégias para infiltração nos países do Terceiro Mundo.

"Tal era o paradigma da USAID (...) aplicado em projetos aqui com o MEC. Projetos esses vindos de cima para baixo, garantidos por fundos atados a uma certa propaganda (...) com aquele célebre logotipo das duas mãos entrelaçadas, que é o símbolo da USAID. Essa contundente denúncia apresentada pelo ex-Ministro da Cultura Professor Aluisio Pimenta quando da sua participação numa mesa-redonda de debates sobre a ajuda externa à educação brasileira confirma nossa afirmação acima. O referido professor participou durante cerca de 14 anos em organismos internacionais que financiam programas de educação, ciência, tecnologia e cultura. "Foram mais de 40 projetos no âmbito da América Latina (...). Recebemos milhões em dólares, mas tudo, inclusive os equipamentos, tinham que ser adquiridos nos Estados Unidos"<sup>13</sup>, esclarece ele, sobre a amplitude da interferência norte-americana nas diretrizes econômicas e políticas dos países dependentes, como é o caso brasileiro.

---

(13) ALUISIO PIMENTA. 'Ajuda Externa à Educação Brasileira' - I: MEC/INEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.66, no 154, pp.512/517, set/dez. 1985. Mesa-redonda realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, com debates coordenados pela Professora Vanilda Paiva então diretora do INEP.

Da mesma forma, Arapiraca <sup>14</sup> considera que "o processo de ajuda proporcionado ao segmento educativo brasileiro pela USAID é perfeitamente caracterizado como uma ajuda ligada. Para comprovar sua afirmação o autor cita o Relatório Pearson: "só depois da mudança de governo, em 1964, e do estabelecimento de política interna mais coerente, a ajuda ao Brasil tomou um caráter contínuo. Os empréstimos da USAID se tornaram mais flexíveis e de mais rápido desembolso para apoiar novos programas <sup>15</sup>."

## 2 - O CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS IMPERIALISTAS

As políticas imperialistas, ao lado da dependência econômico-financeira dos países do Terceiro Mundo em relação aos desenvolvidos, tornavam a crise na América Latina questão de grande repercussão social no continente. Isto, porque a intervenção estrangeira tocava em questões básicas como a soberania nacional, a produção de pesquisa científica, a formação de pesquisadores, de profissionais de alto nível, entre outras, questões que aguçavam a crise nas universidades latino-americanas.

---

(14) J. de Oliveira ARAPIRACA. A USAID e a educação brasileira. S.Paulo, Cortez, 1982, p. 109 (grifo nosso).

(15) *Idem*, *ibidem*, págs. 101 e 102. Citando trechos das págs. 199 a 200 do Relatório Pearson.

Vários segmentos sociais e movimentos organizados (16) contestavam essa dependência externa e reivindicavam mecanismos para a produção científica e tecnológica próprias de cada nação, por considerarem que esta seria uma questão fundamental e intimamente ligada ao destino dos povos dos países subdesenvolvidos.

Conscientes dos riscos que esses movimentos de conotações revolucionárias representavam para os seus interesses, as grandes potências econômicas, que sempre mantiveram sob seu jugo os países do Terceiro Mundo, iniciaram uma série de operações que lhes possibilitassem uma manipulação eficaz dos povos desses países, através do investimento em empréstimos ou no patrocínio dos projetos de pesquisa científica e tecnológica, com vistas ao levantamento de diagnósticos sobre os problemas sociais e peculiaridades culturais desses países, que em síntese pretendem alcançar os seguintes resultados:

a) colher subsídios para a ação política, econômica e militar nos países dependentes ou "em aliança";

b) preparar cientistas sociais especializados em países e problemas do "Terceiro Mundo";

c) familiarizar futuros técnicos e assessores com a

---

(16) Dentre outros, podem ser citados: o Movimento Estudantil representado pela UNE, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária - POLOP, a Ação Popular - AP, a Aliança Libertadora Nacional - ALN, o Partido Comunista do Brasil - PCdoB, o Partido Comunista Brasileiro - PCB, Vanguarda Popular Revolucionária - VPR etc. Ver maiores detalhes sobre o assunto em: SANFELICE, J.L. Movimento Estudantil e UNE na resistência ao golpe de 64, S. Paulo, Cortez, 1986, págs. 210 a 213.

cultura, a língua, os problemas e os estilos de governo dos países dependentes;

d) difundir as realizações das ciências sociais norte-americanas, incluindo-se tanto as teorias e metodologias como as suas problemáticas". (17)

Moniz Bandeira, em seu estudo "Presença dos Estados Unidos no Brasil", registra episódios de interferência estrangeira na América Central e Latina desde 1806, citando exemplos, como o da invasão ao território mexicano, comandada pelo General norte-americano James Wilkinson e, no Brasil, registrando a interferência dos EUA por ocasião da "Revolta da Armada", em 1893, abafada pelo Mal. Floriano Peixoto, então Presidente da República. (18)

Mas, a partir de 1920, foram criadas agências internacionais em diversas áreas de atuação, dissimuladas sob a forma de "ajuda", "cooperação" ou "aliança", com o objetivo de alinhar os países subdesenvolvidos em programas de modernização, intensificados nas décadas de 30 e ostensivos nas décadas de 50 e 60.

Arapiraca reforça esses dados sobre as políticas intervencionistas para a América Latina:

"1822 - 1898" Doutrina Monroe;

---

(17) - Otavio IANNI. In: HORDWITZ, I.L. - Ascensão e Queda do Projeto Camelot. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, 400 p. (sumário).

(18) - Moniz BANDEIRA, Presença dos EUA no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. Traz vários dados sobre a atuação imperialista no Brasil e em outros países (Argentina, Cuba, Guatemala, Nicarágua, México, África etc.).



1898 - 1933: Big Stick;  
1933 - 1945: Boa Vizinhaça;  
1945 - 1975: Guerra Fria, Ponto IV e Aliança para o Progresso;  
1975 - ...: Direitos Humanos.<sup>19</sup>

É o mesmo autor que nos esclarece sobre o significado das mesmas. As duas primeiras procuram legitimar a soberania e poder dos norte-americanos no Continente; o lema da Doutrina Monroe era: "A América para os americanos" e da Big Stick: "A América tem um hemisfério para si mesma". As Políticas de Boa Vizinhaça, Aliança para o Progresso etc. justificavam a diplomacia da ajuda do capital internacional através de empréstimos e alto endividamento externo dos países subdesenvolvidos.

A ideologia da promoção humana expressa nessas políticas constituía um dos objetivos explícitos dos Serviços de Desenvolvimento - SD, difundidos em vários outros países, principalmente após a criação, em 1958, do programa "Voluntários", vinculado ao SD Voluntary Service Overseas, que o governo inglês utilizou como meio para envolver os estudantes universitários em atividades voltadas para uma abordagem assistencialista de ajuda aos povos subdesenvolvidos e ao

---

(19) - José de O. ARAPIRACA, A USAID e a Educação Brasileira, S. Paulo, Cortez, 1977, pág. 94

princípio ideológico da "promoção do homem pelo homem", largamente utilizado nas décadas seguintes.

Vários fatores contribuíram e justificaram essas iniciativas, entre elas a vitória da Revolução Cubana em 1959, o lançamento de um satélite pela URSS, os movimentos estudantis que denunciavam a ineficácia dos sistemas educacionais, inclusive nos EUA. Foi também na década de 60 que a Assembléia das Nações Unidas concedeu declaração de independência a 30 territórios da Ásia e da África, libertando-os da condição de colônias. "Estes países necessitavam receber ajuda das nações desenvolvidas, notadamente no setor de educação, da saúde e do treinamento para o trabalho". (20)

"É inquestionável que não se trata de mera coincidência, nem de "modismo", o aparecimento de serviços voluntários, naqueles anos", (21) principalmente porque os EUA debatiam-se em crises internas repletas de conturbações sociais, com greves de estudantes e professores, com manifestações e conflitos raciais, com a ameaça de perda de hegemonia do poder político e financeiro no contexto mundial, alimentada pelos constantes atritos com a URSS e os países que resistiam a sua interferência nos negócios internos e destinos de seus povos.

---

(20) - J. de Oliveira ARAPIRACA, Op. cit., 1977, p.94

(21) - A. L. ARANUT e outros - "Como anda o Projeto Rondon?", Fundação Getúlio Vargas, 1975 (mimeo). Documento em que se baseia parte do histórico sobre o Projeto Rondon, os Campi e os "Serviços de Desenvolvimento" na América Latina.

Tal é o caso também do escândalo do fracassado "Projeto Camelot"<sup>(22)</sup> cuja finalidade, segundo Fascell, da Câmara dos Deputados dos EUA, seria o de facilitar ao Departamento de Exército Norte-Americano a detecção dos movimentos de revolução e insurreição social dos países subdesenvolvidos, bem como a coleta de informações sobre as formas de atuar e intervir nesses processos de mudança social, além de "fornecer diretrizes a respeito das ações que poderiam ser tomadas pelos governos locais" desses países.

A primeira fase desse projeto teria atuação no Chile. Entretanto, pesquisadores sociais das universidades chilenas, ao tomarem conhecimento do conteúdo do mesmo, rejeitaram ostensivamente a atuação dos pesquisadores norte-americanos que, sentindo-se hostilizados, não puderam dar-lhe continuidade. O protesto tomou proporções internacionais e contagiou até os próprios norte-americanos, tanto nos meios políticos, como acadêmicos. "Essa circunstância convenceu ainda mais os chilenos de que a política latino-americana dos Estados Unidos era realmente traçada no "Pentágono". "A indignação dos cientistas chilenos baseava-se numa dupla razão: uma delas patriótica, a de serem usados como instrumentos de um plano de espionagem, e a outra profissional, a traição a que seus próprios colegas norte-americanos desejavam induzi-los",<sup>(23)</sup> conforme assinalou o Prof.

---

(22) - FASCELL, D.B. - As Ciências Sociais do Comportamento e a Segurança Nacional., págs. 91-93, In: HOROWITZ, op. cit., que trata em detalhes do Projeto Camelot.

(23) - SILVERT, K.H. - A Ética Acadêmica Americana e a Pesquisa Social no Estrangeiro: a Lição do Projeto Camelot, págs. 90.91. In: HOROWITZ, op. cit. 1969.

Kalman do Dartmouth College, em artigo publicado em uma revista dos American Universities Field Staff Reports, em julho de 1965.

Nos meios universitários e políticos dos EUA, as opiniões se dividiam, pois outro professor da Universidade de Michigan, o antropólogo Marshall Sahlins, numa reunião da Associação Antropológica Americana, em 1965, denunciava: "... entretentes, o problema do Camelot prossegue, com a ajuda de alguns antropólogos, na África e na América Latina, na Nova Guiné e no Sudeste Asiático. É na frente interna que os serviços de informação constroem bases ocultas de apoio: várias fundações de "fachada" ou "canais" criados com verbas secretas do Governo. Esses fundos distribuem "bolsas" para certas pesquisas e viagens "acadêmicas". Há motivos para suspeitar que as frentes da CIA são camufladas por nomes que se aproximam bastante daqueles das conhecidas e legítimas fundações particulares". (24)

O Departamento de Exército, conforme denúncias de Fascell<sup>25</sup> sobre o episódio, foi instigado pelo Departamento de Defesa dos EUA a realizar a pesquisa, planejar e executar programas de ajuda militar para combater organizações contestadoras, bem como financiar e aparelhar grupos de contra-insurreição nos países dependentes e comprometidos com a ajuda financeira do Mundo Livre.

---

(24) - Irving L. HOROWITZ (org.), op. cit., 1969, págs. 74-75.

(25) - D. B.FASCELL In: Irving L. HOROWITZ, op.cit., págs. 91-93.

No Brasil, essas organizações também foram criadas ao longo de décadas e já assumem características de verdadeiros cartéis do capitalismo internacional, que não só utilizam estratégias paramilitares de espionagem como criam e reproduzem necessidades de consumo nas populações dos países periféricos, através de políticas de modernização que resultam quase sempre na pauperização e miséria tanto social quanto cultural dos países e de suas populações mais carentes.

Desse modo, na reunião de Punta del Leste, em 1961, John F. Kennedy, então presidente dos EUA, lança seu plano de cooperação para a América Latina, nele incluído o programa **Peace Corpe** (constante do plano da "Aliança para o Progresso"), criado com o intuito de envolver os estudantes do seu país (em franco confronto com o governo) na promoção e desenvolvimento dos povos da América, sob a liderança, é claro, dos norte-americanos. O conteúdo ideológico desse programa encarrega-se da difusão da crença entre os jovens norte-americanos de que eles deveriam se constituir em "agentes de mudanças" dos povos do Continente. Colocados em contato com as condições de pobreza e atraso de outras comunidades, eles são sensibilizados a se perceberem como "privilegiados" e, portanto, responsáveis pelo encaminhamento das grandes soluções dos países pobres e subdesenvolvidos. Assim a energia e a inquietude desses jovens, principalmente dos universitários envolvidos em manifestações contestatórias à ordem estabelecida na sociedade, serão canalizadas e neutralizadas através do seu engajamento em atividade de conotações patrióticas

e assistencialistas.

Com vistas à implementação e disseminação desses programas foram criadas agências de intercâmbio entre os jovens dos países do primeiro mundo (que patrocinam essas agências) e os dos países dependentes. A operacionalização dessa "aliança" consistia tanto na "troca" alternada de jovens norte-americanos com os terceiro-mundistas, como no simples envio dos primeiros àqueles países (das Américas Central e Latina, África, entre outros) com a tarefa de difundir as vantagens da cultura de seus países e disseminar um modo de "vida moderna" que muito influenciou a juventude dos países periféricos <sup>26</sup>.

Nem sempre, porém, essa intervenção foi bem recebida. É o caso, por exemplo, da estudante Glória May, norte-americana enviada ao Brasil na década de 60, para infiltrar-se no movimento estudantil, "visando inserir o anti-comunismo como plataforma básica das atividades dos estudantes brasileiros. A sugestão foi prontamente rejeitada pelos diretores da UNE" <sup>27</sup>.

Para camuflar e neutralizar essas distorções por eles mesmo fomentadas, o Primeiro Mundo lança mão de organizações

---

(26) Exemplo dessa influência é a adesão ao modismo das etiquetas norte-americanas e outros padrões de comportamento importados: a calça Lee, tênis All Star, roque, coca-cola, chicletes, drogas, enfim, a moda "desbunde" da "juventude transviada, liberada e rebelde", forjada ao longo das décadas de 60 e 70 e hoje incorporadas aos padrões de vida social em vários países do mundo.

(27) - José Luís SANFELICE, op. cit., p. 55.

filantrópicas e assistencialistas que funcionam como bloqueadoras dos conflitos e como manipuladoras das classes médias e dominantes locais. Estas organizações, atuando em vários sentidos, são reunidas por Arapiraca em dois grandes grupos, compostos das seguintes agências: Grupo 1 - as de ação multilateral, como a ONU, UNESCO, OEA, CEPAL, Lions Club, Rotary Club e o Movimento Mundial das Igrejas; grupo 2 - as de ações bilaterais, que são de cunho privado, como as Fundações Ford e Rockefeller. Além dessas e a elas ligadas, existem outras agências especializadas que prestam ajuda direta aos países subdesenvolvidos, como é o caso da USAID, da Aliança para o Progresso, do BID, do BIRD, do Corpo de Paz etc. (28)

Tal como no Chile, várias foram as manifestações na sociedade brasileira de repúdio e de denúncia, naquela época. Entre elas, está o documento do Deputado Márcio M. Alves (29), intitulado "Beabá do MEC/USAID", em que o parlamentar não só divulga dados do conhecimento restrito a um círculo fechado do MEC como a questão do pagamento de anuidades, como também critica a ingerência estrangeira em nossos assuntos, além de denunciar os inúmeros acordos MEC/USAID, desde 1965, cujas renovações sucessivas tinham a clara intenção de submeter, de forma progressiva e quase definitiva, os destinos da política educacional aos interesses norte-americanos: "como se percebe,

---

(28/29) - Sobre os acordos MEC/USAID e suas influências nas reformas dos ensinos de I, II e III graus, ver: especialmente ARAPIRACA, J. de O. - A USAID e a Educação Brasileira, Cortez Editora. O referido autor demonstra que a educação brasileira a partir de 68 passou a ser comandada pelo modelo norte-americano e sob ajuda de empréstimos financeiros e de assessores vindos dos EUA.

cada acordo é uma espiral que leva a novos acordos e à transferência de mais encargos".

Este sobrevôo sobre o contexto das políticas imperialistas tem aqui o objetivo de situar o leitor num contexto mais amplo de história das reformas de ensino, principalmente a universitária, autoritariamente imposta pela "ajuda" de assessores norte-americanos através dos convênios MEC/USAID. Elas não se constituem, portanto, em fenômenos isolados desse contexto e hoje é fato sabido que, na década de 60, essas denúncias nem sempre foram bem compreendidas. Os estudantes, na época, estavam empenhados na explicitação e na compreensão das questões que, segundo eles, mereciam ser investigadas e transformadas em objeto de estudo e denúncia, como bem mostram os documentos elaborados e divulgados pela União Nacional dos Estudantes - UNE<sup>(30)</sup>

Evidentemente, aquele contexto facilitou a implantação dos "Serviços de Desenvolvimento", cujos objetivos, expressam preocupações básicas de duas naturezas, porém interligados: os de natureza educacional, de um lado, e os de desenvolvimento e política, de outro. Nesse sentido, "um dos objetivos mais enfatizados foi a idéia de ligar a Universidade à comunidade"<sup>(31)</sup>. Normalmente, esses serviços possuem dupla função:

---

(30) - Cf. José L. SANFELICE, op. cit.

(31) - Ana Lúcia ARANUT et alii, op. cit., p. 6 e 7 (os grifos são nossos).



a) uma função educativa - atuação do estudante como elemento de ligação entre o sistema educacional e a sociedade, através de "experiências de trabalho cooperativo com outros estudantes de diversas localidades e em regiões diversas da sua origem". Estas experiências propiciariam aos "estudantes meios para uma atuação mais eficaz no desenvolvimento econômico e social de outros países e regiões (...) gerando como benefício adicional uma reformulação das diretrizes do ensino universitário".

b) "uma função assistencial e desenvolvimentista" - que teria como objetivo atender às comunidades retardatárias ou atrasadas, tentando desencadear ou acelerar o seu processo de desenvolvimento"<sup>(32)</sup>. Vários outros países desenvolvidos, entre os quais Áustria, Bélgica, Alemanha, França, Itália, Suíça e a Suécia, aderem a essas idéias e procuram organizar a população jovem e grupos de estudantes, criando organizações domésticas. Principalmente nos países de grande extensão territorial, o ideário da integração nacional ganha muitos adeptos.

Na América Latina, o Peace Corps, também conhecido por "Ponto 10", por ser o décimo ponto do plano da "Aliança para o Progresso", mobiliza a juventude americana para liderar a "revolução social" como "agentes de mudança" do continente.

---

(32) - ARANUT et alii, op. cit., p. 6 e 7 (os grifos são nossos). Esses autores citam neste texto os slogans utilizados para inculcação do ideário da função desenvolvimentista, identificando como objetivos da mesma, entre outros, contribuir para: "a integração nacional", "as relações de amizade", "a promoção da paz", "a formação da consciência nacional", "estimular a emergência de lideranças comunitárias", "a interiorização da mão-de-obra" e "fornecer recursos humanos habilitados" (...) aos países, regiões e municípios.

americano, no espírito da política "Nova Fronteira", lançada por Kennedy no início da década de 60. Numa classificação da **International Secretariat Voluntary Services - ISVS**, os "Serviços Domésticos de Desenvolvimento - SDD, são ordenados em dois grupos: Serviços de Juventude e Serviços Universitários.

O primeiro, tendo como objetivo principal "proporcionar educação supletiva, consiste em educação geral, formação cívica e alguma formação profissional". (33) O segundo caracteriza-se pela arregimentação de estudantes com a finalidade de "integrar a educação universitária aos problemas da sociedade", podendo ser organizado através de serviços voluntários ou compulsórios, durante o curso ou após o seu término, em períodos de férias ou inseridos no ano letivo.

O documento do ISVS apresenta também os programas que vem desenvolvendo nos diversos países do Terceiro Mundo, dentre eles o Brasil e a Colômbia, que naquela época figuravam na listagem com os "Projeto Rondon, programa brasileiro de voluntários" e "Programa Nacional de Serviço Voluntário", na Colômbia. No Brasil e Colômbia, esses programas operando a longo prazo tinham como objetivo, entre outros, parar os movimentos estudantis. (34)

---

(33) - Ana Lucia ARANUT, *op. cit.*, 1975.

(34) - *Idem*, *ibidem*, (grifos nossos), 1975.

Quando, em 1964, inicia-se no Brasil o governo da ditadura militar, cujo golpe contou com o apoio e a interferência dos EUA <sup>35</sup>, essas organizações internacionais passam a atuar mais direta e ostensivamente, adquirindo os níveis de institucionalização, como é o caso tanto da "Operação Mauá" como da "Operação Rondon", que serão tratadas no próximo item. Como se vê, "o imperialismo" nunca foi um fenômeno exclusivamente político ou econômico. Ele se manifesta também no plano das relações militares, científicas ou religiosas", (...). Dependendo do caso, essas relações podem combinar-se parcial ou totalmente". (36)

"Foi significativa a constatação, quando da repressão ao movimento estudantil que protestava na década de 60, contra os acordos MEC/USAID, da polícia brasileira utilizando gás lacrimogêneo, em cujo invólucro era estampado o emblema dos EUA sobre duas mãos se cumprimentando e, ao lado, a frase: "Aliança para o Progresso"<sup>37</sup>.

---

(35) - J. de Oliveira ARAPIRACA, op. cit., p. 101. Faz referência ao livro de Edmar Morel (s/editora e s/data), O golpe começou em Washington, que confirma essa versão.

(36) - Irving L. HOROWITZ, op. cit., 1969, sumário.

(37) - José de O. ARAPIRACA, op. cit., p. 109.

### 3 - O SURGIMENTO DOS CAMPI AVANÇADOS E DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A partir de 64 e, especialmente de 68, o governo desencadeia, ao lado das medidas repressivas e dos arbitrários atos institucionais, uma série de eventos e programas na linha dos serviços de desenvolvimento e integração, com vistas a atingir os meios universitários e esvaziar as bandeiras do movimento estudantil, criando inclusive uma entidade pelega, representativa dos estudantes da ala direitista e conservadora, o MUDES - Movimento Universitário de Desenvolvimento Social.

Entre outros eventos, realizou-se em outubro de 1966 o I Seminário de Educação e Segurança Nacional, promovido pela Escola do Comando Maior das Forças Armadas, em conjunto com a Universidade do Estado da Guanabara. O objetivo do mesmo era discutir e programar o engajamento dos estudantes no processo de ocupação do espaço geográfico e da integração nacional, bem como levá-los a contribuir para o desenvolvimento econômico e social da nação, conforme o espírito da nova política de governo ligada ao capital internacional; coincidindo também com as idéias inspiradas pelo Prof. Dickson, idealizador do "Serviço Voluntário", e com os projetos que o Presidente Kennedy definiu para a juventude americana, aos quais já nos referimos anteriormente.

No Brasil, as primeiras experiências nesse sentido surgiram por iniciativa do Prof. Wilson Choeri, participante do

seminário acima mencionado, que empreendeu no mesmo ano de 1966, uma viagem de estudos à Amazônia com um grupo de alunos da Universidade do Estado da Guanabara, onde trabalhava. Essa experiência, segundo alguns autores, possibilitou tanto o surgimento da primeira "Operação Rondon". Daí porque o referido professor passou a ser considerado um dos idealizadores e pioneiro do Projeto Rondon, sendo também de sua autoria o texto intitulado "Filosofia do Projeto Rondon", mimeografado e divulgado em 1967. (38)

A idéia de Campus Avançado também tem sua origem em modelos importados. Um deles, o de MULTIVERSIDADE, configura uma forma de extensão realizada pelas universidades norte-americanas com o objetivo de realizar intercâmbio com a sociedade, levando o seu **know-how** à comunidade e ao mesmo tempo reciclando seus cursos e realimentando suas pesquisas. O outro trata-se do modelo inspirado nas idéias do Prof. Alec Dickson, para quem "as Universidades deviam ser reformuladas, introduzindo-se um novo currículo no qual a aprendizagem é realizada através de experiências, de **problem-solving** <sup>39</sup> e enfatizando-se o método de aprender-fazendo, segundo ele, esquecido pela educação formal e, por isso, os "serviços voluntários" teriam a função de conciliar "estudo com serviço".

---

(38) - Ana Lucia ARANUT e outros, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, op. cit., 1975, p.8.

(39) - Idem, ibidem, p. 44.

Essas idéias e experiências do Prof. Dikson foram institucionalizadas pelo governo da Inglaterra em 1958, conforme já se mencionou. Nas universidades brasileiras essas experiências receberam ênfase oficial em 1967 e institucionalizaram-se em 68, em plena efervescência do movimento estudantil, que atingiu seu ápice nessa época, quando também foi implantada a Reforma Universitária por meio da Lei número 5.540/68.

O Decreto-Lei no 62.927, de 28.06.68, assinado pelo Presidente Costa e Silva, instituindo o Grupo de Trabalho denominado "Projeto Rondon", subordinado ao Ministério do Interior - MINTER, atribuiu como finalidade desse GT promover estágios de serviços (grifo nosso) para estudantes universitários "objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional" e ficou constituído por representantes de vários órgãos, entre eles, o MEC, o CRUB e o MUDES.

Entretanto, as operações nacionais realizadas pelo referido Projeto começaram a apresentar algumas falhas, dentre elas a da continuidade prejudicada pelo revezamento das equipes, pela curta duração dos estágios, apenas um mês, e pelo espaço relativamente longo de uma operação para outra, já que só ocorriam em período de férias. Foi para suprir essas falhas e dar apoio logístico às equipes do Projeto que, em 1969, foram criados os Campi Avançados, pertencentes às universidades mas localizados em "áreas prioritárias de desenvolvimento e ocupação", para que se alcançassem os objetivos de despertar as comunidades locais

para mudarem hábitos e atitudes de vida, como visava o **Peace Corps** ou, como idealizavam os adeptos da **MULTIVERSIDADE**, reformular o ensino superior.

O Campus Avançado<sup>(40)</sup> passou a ter caráter legal, com embasamento no Decreto-Lei no 405 de 31 de dezembro de 1968. Deveria atuar em dois planos, como veículo de integração nacional e como campo de aplicação para as pesquisas e o conhecimento produzido na Universidade. Os campi tinham também como função garantir hospedagem aos rondonistas no interior, cedendo suas dependências e fornecendo alimentação. Onde não existisse Campus ou CRUTAC, a responsabilidade com os rondonistas cabia às prefeituras municipais das cidades em que as equipes atuassem.

Para o MINTER e o Rondon, os campi avançados representavam "extensão da Universidade, constituindo áreas de atuação em regiões menos desenvolvidas do País e destinando-se a propiciar aos universitários brasileiros o aprendizado indireto, através da ação integrada, em contato com a realidade nacional em seus múltiplos aspectos". No documento "Como anda o Projeto Rondon", os programas são definidos também como extensão da Universidade em área "geo-educacional diversa da sua". Suas atividades caracterizam-se "pela presença permanente no local dos campi de professores universitários da Universidade responsável

---

(40) - Campus Avançado, portanto, corresponde à designação do espaço onde se realizam as atividades extencionistas, ou seja, a estrutura física e administrativa que a viabiliza assim como os CRUTACS. A Extensão é a filosofia que embasa essas atividades; é a orientação ideológica que norteia a política educacional que a institucionalizou no âmbito das universidades dando-lhe caráter de uma de suas funções, ao lado do ensino e da pesquisa.

pelo seu funcionamento". (...) "O propósito é o desenvolvimento da micro-região e do município-sede, com vistas a elevar a área à condição de polo de desenvolvimento". (41)

Uma outra estratégia adotada pelo governo pós-64 e dentro dessa mesma linha é a criação do CRUTAC - Centro Rural de Treinamento de Ação Comunitária, que tem suas origens nos mesmos princípios ideológicos da prestação de serviço, do desenvolvimento das comunidades consideradas atrasadas e também para atuar na política de ocupação geo-econômica.

Segundo Onofre Lopes, a primeira publicação sobre o assunto data de 1965, numa versão bilingue do **Rural Training Center For University Personnel** - Centro Rural de Treinamento de Pessoal de Nível Superior, em que se apresentavam as bases teóricas de um projeto de treinamento de universitários, com vistas à prestação de serviço às populações interioranas e da zona rural. (42)

Nesse mesmo ano, iniciou-se no Brasil uma experiência-piloto implantada na Universidade do Rio Grande do Norte e que expandiu-se rapidamente por vários pontos do território nacional, sendo posteriormente regulamentada e assumindo a característica de estágio supervisionado e compulsório para os alunos em final de curso, que teriam sua

---

(41) - Ana Lúcia ARANUT, *op. cit.*, p.45.

(42) - LOPES, O. - CRUTAC e CinCRUTAC, 2 ed., Natal, Universitária, julho, 1974, p. 3.



formação complementada em treinamento rural através do CRUTAC.

Com essas experiências já adotadas em algumas universidades de norte a sul do País, como as de Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, Amazonas, Ceará, Maranhão, Londrina, Santa Maria e São Carlos, o governo federal ao mesmo tempo que promovia a violência institucionalizada, cuidava também de canalizar e conter a energia e o ímpeto político dos estudantes para essas atividades integradoras e socializadoras, "úteis à criação da consciência nacional"; consciência moldada conforme o espírito e a doutrina da ideologia da "Segurança Nacional", prioritária para o governo naquela época.

"O deslocamento de massas de estudantes para regiões críticas e problemáticas, a inserção deles numa realidade constrangedora, mas não de obstáculos insuperáveis, pode ser veículo de criação de uma útil consciência nacional. Esta consciência nacional, entendida como um grau da problemática e dos instrumentos disponíveis ou potenciais para viabilização plena do país, pode gerar efeitos de adesão mais ou menos incondicionais a idéias - forças que convinhem ser difundidas e apoiadas num dado momento da vida nacional". (43)

As campanhas nacionais de defesa da Amazônia, do anti-imperialismo norte-americano e da reforma universitária foram temas que estiveram no palco de permanentes debates do

---

(43) - Ana Lúcia ARANUT, op. cit., p.7.

Movimento Estudantil e manifestações públicas no contexto histórico em que se desencadeou o golpe militar, tomando, com o passar do tempo, características de confronto com o poder. Com a implantação de experiências como as do CRUTAC (65/66), do Projeto Rondon (66/67), dos Campi Avançados (66/67) e a Extensão, o governo, além de pretender o esvaziamento e neutralização desses protestos, tinha a preocupação de preparar toda a sociedade para os impactos das reformas educacionais em curso, trazendo para o lugar-comum e o consenso os princípios e o discurso que as justificariam. Era intenção do governo redefinir o papel social das universidades dentro das conveniências do regime de governo em vigor no País e, nesse novo quadro de institucionalidade, elaborar uma moldura para o ambiente universitário, ao mesmo tempo sujeitando-o e apaziguando-o, através da apropriação de algumas bandeiras do universo educacional desse período e dos que o antecederam.

Por essa lógica, o governo buscou imbuir nos jovens envolvidos em atividades contestatórias à ordem estabelecida, porém com pouca convicção ideológica, a necessidade de participarem dessas atividades "engajadas" com conotações patrióticas e assistencialistas, na medida em que elas poderiam sensibilizar muitos deles para as condições de miséria de outras comunidades. Isso os levava a se perceberem como privilegiados que teriam o dever de cooperar e participar das grandes soluções para seu país, e assim, eles passariam até a ver com bons olhos a cooperação entre os povos e as nações, ou seja, a ajuda dos

países ricos aos países pobres. O poder enquanto dominação dos homens sobre outros homens está eliminado desse discurso, que nesse sentido, perde a conotação de "imperialismo x colonialismo", a dependência econômica e política passa a ser abordada como integração para o progresso", "aliança entre amigos etc".

Não é casual, portanto, o fato de ter sido o Comando das Forças Armadas que instituiu a "Comissão Incentivadora dos CRUTAC - CINCRUTAC, cujo Decreto-Lei foi assinado pelos Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica por força dos poderes que lhes concediam os atos institucionais AI-5 e AI-12. O Decreto-Lei no 916, de 07.10.69, assim definiu os objetivos do CINCRUTAC: (...) "Encaminhar, com a extensão dos serviços universitários às áreas interioranas, através de cursos específicos de cada unidade, a realização de atividades básicas que conduzam à promoção do homem, ao desenvolvimento econômico-social do País e à segurança nacional". (44)

O MEC, nesse texto legal, fica incumbido da coordenação geral dessas atividades e de sua implantação em intercâmbio e/ou convênio com outros ministérios, Interior, Saúde, Planejamento, Trabalho, Previdência Social e Agricultura. Embora o Ministro da Educação fosse o presidente nato dessa comissão, o cargo de coordenador geral foi sempre ocupado por um militar, via de regra tenente-coronel. O CRUTAC, "surgiu em

---

(44) - LOPES, D., op. cit., p.4 (grifos nossos).

atendimento à orientação que temos no Brasil de levar a Universidade ao povo numa atitude de extensão que alcance a integração, desenvolvimento e a segurança nacionais". (45)

Segundo Vanilda Paiva, a idéia que originou tal iniciativa surgiu por incentivo do Departamento de Estado norte-americano durante uma visita que o Reitor da UFRN fez aos EUA, ocasião em que ele foi apresentado a algumas universidades daquele país e que serviram de modelo para criação do CRUTAC, quando do seu regresso ao Rio Grande do Norte. A universidade deste Estado iniciou uma experiência com o objetivo de organizar treinamento de universitários no interior do Estado, no qual "alguns querem ver a influência de iniciativas tais como a dos Voluntários da Paz". (46)

A experiência expandiu-se por outras universidades brasileiras, em consequência do comportamento servil e prestativo de muitos dirigentes universitários da época, sempre prontos a colaborar com o regime no combate à "subversão" e na realização de programas voltados para as diretrizes governamentais, como forma de garantir maiores fatias das verbas orçamentárias e, ao mesmo tempo, manter uma boa convivência com o poder, já que esses dirigentes eram nomeados pelo Presidente da República.

O programa tinha também o objetivo de redefinir a

---

(45) - Idem, p.89.

(46) - PAIVA, op. cit., 1974, p.69.

imagem da universidade através de uma ação educativo-assistencial que deveria eliminar o potencial subversivo do seu âmbito mediante atuação em diversos setores da vida nacional para difundir os "ideais de harmonia e de progresso, os princípios que devem reger a paz, a justiça, a ordem e a disciplina que fundamentam o equilíbrio social e a felicidade dos povos". (47)

O Projeto Rondon, ao contrário do CINCRUTAC e dos CRUTAC's não surgiu por iniciativa da instituição universitária, mas da Escola Superior de Guerra, vinculado ao MINTER. A universidade entrou como órgão de apoio para corrigir distorções e dar consistência às suas atividades, as quais, por terem caráter de "operações" em período de férias escolares, não tinham nem continuidade nem sistemática de acompanhamento. Além dessas modalidades de treinamento do aluno e da prestação de serviços, surgiram outras formas de estágio, como os do Instituto Euvaldo Lodi e do Serviço de Integração Escola-Empresa (SIE-E), ambos voltados para as necessidades do setor produtivo, do setor empresarial.

Entretanto, o Projeto Rondon foi o que ganhou maior ênfase e empenho do governo, em virtude de sua função político-ideológica. De outro lado, por ser também um organismo recreativo, recebeu a adesão de muitos universitários, que encontraram nas viagens patrocinadas pelas "operações" uma

---

(47) - Vanilda P. PAIVA, op. cit., p. 69.

oportunidade de conhecer outras localidades, já que a maioria talvez nem tivesse condições de fazê-lo por conta própria. Apesar disso, muitos idealistas acreditaram que pudessem conseguir alguma "mudança no interior e também ajudar as populações carentes, levados pela propaganda difundida pelos promotores do programa. Estes, entretanto, "sempre tiveram muito claro que o objetivo de ajudar a comunidade era secundário, mantendo sempre presente o objetivo de influir politicamente sobre o estudante universitário". (48)

Nenhum desses programas levava em conta a estrutura social injusta e discriminadora da nossa sociedade, mas partiam do pressuposto de que os indivíduos é quem deveriam mudar de atitudes. Tal como nos programas colonizadores dos seus similares internacionais também os programas brasileiros tinham em vista, ao abordar as comunidades, a mudança de atitudes e seu desenvolvimento. A idéia é de que o atraso cultural dessas comunidades gera a pobreza e a miséria, e não uma estrutura social injusta.

O governo, para eximir-se de suas responsabilidades, defender-se de pressões sociais e mascarar a realidade objetiva, transfere para a Universidade problemas, cujas soluções exigem mudanças, não apenas de mentalidade ou de ordem técnica, mas de ordem estrutural".<sup>49</sup> Essa concepção busca desvincular os fenômenos sociais de uma sociedade cingida por

(48) - Vanilda P. PAIVA, op. cit., 1974, p.79.

(49) - José FAGUNDES, Universidade e Compromisso Social: Extensão, Limites e Perspectivas, Campinas, Editora da UNICAMP, 1986, pp.77.

classes antagônicas, para abordá-la de forma simplista e individualista, parecendo, desse modo, que a sociedade é harmoniosa e justa e os indivíduos é que são diferentes: uns indolentes e incapazes, outros competentes e produtivos.

Os programas assistencialistas e de cunho filantrópico como os que deram origem à extensão universitária não apresentam diferenças ideológicas entre si, mas diferem-se apenas na modalidade de atuação, na vinculação a órgãos, nas instituições que as patrocinam e/ou as financiam.

Acreditavam as autoridades que o Campus Avançado e o CRUTAC dariam caráter de sistematização e continuidade a essas atividades, através de programações que lhes dessem suporte ideológico e criassem vínculos com a comunidade, já que contaria com funcionários, estudantes, professores e a estrutura das universidades.

Nessa perspectiva, a extensão "pressupõe algo que via de regra é camuflado por um linguajar demagógico em que subjaz justamente aquela idéia de que o povo não sabe, é ignorante (...), é incapaz"<sup>(50)</sup> e por isso dificulta o desenvolvimento das forças produtivas e do progresso, numa visão capitalista, evidentemente. Enfim, a extensão universitária nasceu de uma concepção conservadora e colonialista sobre aquilo que se pensa que seja o papel da Universidade.

---

(50) - Dermeval SAVIANI . "Extensão Universitária: uma abordagem não assistencialista. Educação e Sociedade", S. Paulo, Cortez, 1980, 8, p.67.

#### 4 - A UNIVERSIDADE E SUA TERCEIRA FUNÇÃO

No final da década de 60, e pelas décadas seguintes, as autoridades educacionais do País vêm tentando convencer a comunidade universitária das vantagens dessa sua "terceira função".

Desse modo, professores e estudantes universitários sintonizados com os problemas de seu tempo, buscam viabilizar propostas de "sair fora dos muros" e lançar-se ao desafio da modernização, da democratização, abrindo os recintos da instituição à comunidade, à vida, à realidade. "Além disso, ainda que se colocasse a consigna de "ir ao povo" abrindo o caminho da extensão universitária, ela significou mais filantropismo (...) como também "o tipo de preocupação dos estudantes reformistas com os problemas sociais terminaram por conduzi-los, na prática, a serem dirigentes dos trabalhadores".<sup>(51)</sup> Tornaram-se, na verdade, veículos de disseminação de ideologias das elites e de grupos no poder.

A intenção de trabalhar com a comunidade, de aproximar-se dos problemas da realidade social concreta sempre

---

(51) WANDERLEY, L.E.W. O que é universidade, 4 ed. S.Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, p.25.



permeou as falas dos meios acadêmicos, tanto por parte de professores como de alunos e de administradores das comunidades universitárias. Cabe lembrar, entretanto, que esse é um movimento que caminha paralelo à visão oficial de Universidade, tida como reduto das elites dominantes, tradicionalmente mais "equipadas" intelectual e culturalmente para romper os robustos muros da seletividade discriminadora sempre presente nos mecanismos de ingresso e conclusão dos cursos superiores, acompanhados de critérios tais que comumente inviabilizam o acesso das demais camadas sociais a esse grau de ensino.

Isso posto, ressalte-se também que muitas daquelas intenções que vinham, ao longo da história da nossa educação, embalando os sonhos de alguns educadores mais idealistas extrapolaram o nível do discurso e caminharam para uma ação engajada e comprometida com as camadas populares. Há de reconhecer que sempre existiram experiências que buscavam dar realce ao papel social da Universidade. Desde os primeiros movimentos reformistas no âmbito das instituições européias e americanas, pensando aqui, nas latino-americanas em particular, que outro não era o seu sentido senão esse de estreitar os laços entre a cultura erudita, produzida pelas elites universitárias, e a cultura popular, produzida no dia-a-dia das pessoas, ao longo de gerações consecutivas, plantada e enraizada na história de cada povo. Esse sentido esteve presente tanto na Argentina,

"Carta de Córdoba" como no Brasil, nas Cartas "da Bahia"<sup>(52)</sup> e do Paraná", só para citar as experiências estudantis.

Os intelectuais e educadores, por sua vez, demonstravam idêntica preocupação desde o século passado quando professores peruanos elaboraram propostas de mudanças para modernização e democratização das instituições universitárias. A literatura brasileira nesse sentido é vasta e profícua, permeando toda a trajetória mais recente das universidades, encontrando as primeiras manifestações públicas no "Manifesto dos Pioneiros" da década de 30. "Esperavam os pioneiros que a Universidade formasse o quadro docente para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores, assim como popularizasse a sua produção"<sup>(53)</sup>.

Da mesma forma que o binômio educação e desenvolvimento passou a constituir uma preocupação constante no pensamento pedagógico do continente latino-americano, também passa-se a sentir a necessidade, a presença da comunidade

---

(52) - A Carta de Córdoba foi elaborada por estudantes argentinos da Universidade de Córdoba em 1918. As cartas da Bahia e do Paraná resultaram dos Seminários Nacionais e Congressos da UNE realizados pelos estudantes brasileiros na década de 60, nas cidades de Curitiba (Paraná) e de Salvador (Bahia). Deles resultaram as cartas que levaram o nome dos Estados onde foram elaboradas e cujo conteúdo traziam propostas para a reforma universitária e para mudanças na sociedade. SANFELICE, J.L., WANDERLEY, L.E., MARTINS, J.R. - já citados - entre outros, trazem maiores detalhes sobre as referidas Cartas e as propostas dos estudantes.

(53) - MARTINS, C.B., E ensino para: um retrato sem retoques. S. Paulo, Global, 1981, p.44 (grifo nosso).

universitária, como segmento privilegiado que é, disseminar, distribuir e divulgar à sociedade o conhecimento por ela produzido. Essa é uma exigência que implica na adequação e cultivo da pesquisa científica em várias áreas, na formação de profissionais e nas condições de realizá-la. Questões essas que, evidentemente, também passam pela modernização das instituições de ensino e pela sua democratização, tanto no que diz respeito à sua estrutura organizacional como no acesso da população aos cursos superiores.

Essa modernização, entretanto, deverá respeitar e estar voltada para as necessidades e cultura de cada povo numa dada sociedade, e não resvalar para uma "modernização reflexa" (54) atrelada à dependência de outras culturas, pois como bem expressa Darcy Ribeiro, "embora elas possam proporcionar alguma eficiência marginal aos serviços universitários e dar lugar a algum progresso, de um modo geral, condenam a operar junto ao seu próprio povo como instrumento de alienação e, conseqüentemente, de perpetuação do subdesenvolvimento". "Corremos o risco de nos engajar em programas sem um planejamento que atenda às nossas prioridades e sem que a universidade, instituições ou escolas tenham participação efetiva em sua elaboração" (55).

De fato, as reivindicações em geral apontavam como

(54) - Expressão usada por Darcy RIBEIRO, A Universidade Necessária., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

(55) - PIMENTA, ob. cit. pp.520.

tarefas básicas da universidade tanto a sua integração interna como a integração externa, ou seja, uma modernização da vida universitária tanto em relação a si mesma como em relação a sociedade. Uma significa a participação maior de sua comunidade nas instâncias decisórias e do poder dentro da instituição. Na outra, vamos encontrar implícito o ideário que deu origem e sustentação à atividade extensionista, expressa pelas intenções dos estudantes de "sair fora dos muros da Universidade", de "conhecer a realidade circundante", de levar os conhecimentos e serviços às populações carentes", "participar do processo de desenvolvimento do País".

Todas essas assertivas traziam em seu bojo elementos efervescentes, partes de um fenômeno mundial que caracterizou o movimento estudantil na década de 60 e que, via de regra, polarizou-se em duas questões básicas e quase consensuais entre os estudantes de vários países: a contestação ao governo, à ordem estabelecida, e a crítica ao sistema educacional, principalmente à defasagem dos cursos universitários em relação às necessidades científicas e tecnológicas que o processo de desenvolvimento estava a exigir das nações, além de sua democratização.

Nas universidades brasileiras, a partir de 1968, as atividades de extensão foram institucionalizadas através da nova legislação - Lei 5.540/68, da reforma universitária, que em seus artigos 20 e 40 concede-lhes uma nova roupagem. Embora o artigo 10 do Decreto-Lei 252 de 28.12.67, tenha sido transposto para o

artigo 20 da nova legislação, a esta acrescentou-se também o artigo 40<sup>(56)</sup>, a saber:

a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento.

Nessa nova perspectiva, portanto, a extensão muda não somente o caráter de suas atividades mas redefinem-se também os seus objetivos e os seus vínculos institucionais. Seus laços agora são com as instâncias oficiais do MINTER, do MEC, do CRUB, sob a supervisão ideológica da ESG<sup>(57)</sup> e da USAID. Agora já não são mais professores e estudantes que tomam a iniciativa de promovê-las, mas os novos dirigentes e mentores da política educacional buscam desvinculá-las das conotações de educação popular e "libertadora" idealizada por Paulo Freire, que é forçado a buscar exílio fora do Brasil. Essas atividades são retiradas das praças, ruas, igrejas, centros acadêmicos e grêmios, para serem isoladas nos Campi, nos CRUTAC's, nos órgãos

(56) - O Decreto 252/67. Artigo 20. "A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes." Em sua nova forma, ele ficou assim expresso: Lei 5.540/68. Artigo 20. As Universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados de pesquisa que lhes são inerentes".

(57) - ESG - Escola Superior de Guerra - criada no Brasil em 1948 através de uma missão da National War College (sua congênere americana) que aqui permaneceu até a década de 60, com o objetivo de propagandear a ideologia anti-comunista e a da Segurança Nacional (esta por meio também de outro órgão - O SNI). In: SILVA, Justina I. - Estudantes e Política - Estudo de um Movimento (RN 1960 - 1969), S. Paulo, Cortez, 1989, p.127.

oficiais da instituição. Sua concepção passa a ser a da mera prestação de serviços e a da filantropia em suas variadas nuances.

"O problema da extensão universitária no Brasil é que ela nasce do intento de eliminar da universidade sua função crítica, seja pela prática do autocratismo na direção deste tipo de programa, seja pela condução destas atividades por um organismo exterior à universidade e diretamente ligado às Forças Armadas", (58) representadas por órgãos como a ESG e o SNI - Serviço Nacional de Informações, que na verdade respondia pela segurança nacional ou "segurança interna".

Nas décadas de 60 e 70, o chamado "Sistema" (59), no Brasil, empenhou-se em perseguir o "inimigo interno" identificado em todo cidadão brasileiro que contestasse o "sistema" no poder ou que manifestasse idéias esquerdistas e/ou contra o governo e o regime da ditadura militar. Como boa parte do reduto das esquerdas encontra-se entre os intelectuais e estudantes universitários, as instituições de ensino superior foram alvo dos primeiros atos institucionais de exceção e os seus integrantes as primeiras vítimas de sua violência e das políticas de manipulação e alienação ideológica. "Toda uma demonologia foi consubstanciada no

---

(58) - PAIVA, op. cit., 1974, p. 81.

(59) - "Sistema" - cúpula dirigente composta de tecnocratas aliados aos militares e ligados às elites nacionais e estrangeiras (Justina, 1989, p.128), defensoras do capital monopolista e que reconhecem nos EUA o líder do ocidente capitalista. O Gen. Golbery do Couto e Silva foi um dos militares que sistematizou teses sobre o "sistema" e difundiu sua ideologia nas instâncias do poder, repassada para a sociedade brasileira.

estigma à figura do intelectual", (60) uma vez que esse segmento, representado por professores, jornalistas, escritores, artistas, estudantes, setores da Igreja Católica e dos partidos políticos, constituíam focos de resistência e oposição ao golpe travestido de "Revolução".

Pretendiam esses segmentos mostrar à sociedade brasileira que ela estava sendo vítima de um grande "engodo social e denunciar que por trás dos objetivos pseudo-patrióticos e neutros e das ações do governo carregadas de "boas intenções" nos discursos oficiais, escondiam-se as práticas adotadas pelos serviços de segurança nacional, instruídos pelo sofisticado sistema internacional, que tiveram como consequência mortes e desaparecimentos, exílios e prisões, invasões domiciliares e inquéritos arbitrários, os quais atingiram inúmeros cidadãos brasileiros.

Esse foi um período de lutas que assumiu em determinados momentos características de uma "guerra interna" em que "todas as forças de oposições ao regime precisaram lutar desde os primeiros dias de abril de 1964 contra a misologia do poder. As anedotas sobre as apreensões de dicionários de capa vermelha, os mandados de prisão contra o subversivo Sôfoles etc., mal escondem o ódio contra o espírito que caracteriza a nossa

---

(60) - Roberto ROMANO. Progressismo e conservadorismo. Questões sobre a universidade. Educação e Sociedade, número 13, S.Paulo, CEDES/Cortez, dez./1982, p.9.

direita" ... "Resistiu-se dentro e fora da Universidade" (61)

Por sua vez, o governo também precisou, desde o primeiro momento da implantação da reforma, adotar medidas que convencessem os universitários e a sociedade de suas boas intenções e do seu interesse em combater o "inimigo interno", o comunismo, em benefício da nação, de proteger a sociedade contra a desordem reinante e contra a balbúrdia.

Dentro e fora das universidades, o sistema cuidou de veicular a idéia já difundida pela USAID de que os professores eram acomodados, desatualizados, a instituição universitária ineficiente e onerosa, e os estudantes desordeiros e relapsos, os cursos improdutivos e obsoletos, a universidade ultrapassada e alheia às necessidades de desenvolvimento do país. É certo que a universidade sempre sofreu dos males crônicos da má administração pública brasileira. Entretanto, é verdade também que essa é uma visão parcial e deturpada da instituição universitária que, a despeito da falta de recursos, da negligência das autoridades, do clientelismo político e da misologia do poder, sempre contou com educadores idealistas e profissionais sérios, os quais lhe concederam a credibilidade de que ainda goza, apesar de tudo. As falhas e deficiências das universidades também sempre foram alvo de preocupação tanto dos seus usuários como de seus trabalhadores, que por décadas a fio vêm lutando por sua sobrevivência.

---

(61) Roberto ROMANO, *op. cit.*, p.9.



Ao legalizar e institucionalizar uma atividade antes espontânea e assistemática, o governo buscou, através desse tipo de análise, desacreditar a universidade brasileira, tornando-a mais vulnerável aos avanços da nova política educacional que se pretendia adotar dentro de uma concepção utilitarista e, por isso, de prestação de serviços à sociedade. Foi voltada para esses princípios que os idealizadores da extensão universitária pós-68 traçaram seus conceitos, delimitaram-lhe as atividades e concederam-lhe **status** de "função precípua", ao lado do ensino e da pesquisa, e deram-lhe caráter compulsório.

Muitas foram as publicações, os encontros e seminários patrocinados pelo MEC para que explicitassem os seus objetivos, muitas foram as normas e diplomas legais baixados, principalmente na década de 70, pelo MEC e pelas próprias instituições, para que se nortegassem as ações extensionistas, com vistas a torná-las cada vez mais acadêmicas e sistematizadas as suas conceituações. Fávero, referindo-se à extensão, assim define seus objetivos: "Extensão universitária é o ponto permanente de conexão entre a Universidade e os diversos setores da sociedade com os objetivos de: a) completar a formação dos que procuram a Universidade; b) prestar serviços à sociedade na qual está inserida". (62)

Ambos os objetivos são interligados e um é

(62) - Maria de Lourdes FÁVERO. A Universidade em busca de sua identidade, Petrópolis, Vozes, 1978, p.102.

que em 1968 o CRUB criou o Projeto CR-ii-PT-5, financiado pela Aliança para o Progresso e subordinado ao Escritório do Ponto IV<sup>(64)</sup> e ao Ministério do Planejamento. Para efeito de estudos na elaboração e execução do Projeto, o Conselho de Reitores contratou a técnica chilena Maria Molina Valenuza, que visitou mais de trinta universidades brasileiras para um levantamento sobre as atividades de extensão por elas realizadas, apresentando seis meses depois um relatório conclusivo. Nele, a técnica destaca que as formas de extensão existentes nas universidades eram bastante variadas e careciam de sistematização, embora reconhecesse que muitas delas fossem significativas do ponto de vista cultural.

Conclui Valenuza que: "existe um certo menosprezo por esta integração ou projeção para a comunidade",<sup>(65)</sup> manifestado pelos integrantes das universidades. Entretanto, recomenda a sistematização e organização dessas atividades através da criação de um órgão destinado a coordená-las. Com base nessa sugestão, o MEC criou, em 74, a CODAE - Coordenação da Atividade de Extensão, cuja metodologia seguiu as indicações da técnica chilena.

Embora tenha destacado a validade das atividades artístico-culturais como meio para início de uma extensão mais ampla e a importância da universidade como centro de liderança

---

(64) - Roberto M. Gurgel (1986, p.69) esclarece em nota de rodapé que: "O Ponto IV foi criado pelo Decreto nº 45.660, de 30/03/59 e se destinava ao estudo e coordenação de projetos financiados pelos Estados Unidos".

(65) - Apud Gurgel, op. cit. p. 89.

decorrente do outro. É através dos serviços em forma de estágios supervisionados, cursos e outras programações que a Universidade presta seu serviço à comunidade e, ao mesmo tempo, proporciona treinamento aos seus alunos, complementando-lhes a formação. Desde o início, essas atividades de estágio e de treinamento do aluno caracterizaram-se muito mais pelo assistencialismo do que pela resolução dos problemas de uma dada comunidade. (63) Desse modo, ao mesmo tempo em que a Universidade enquanto instituição é convocada a cumprir uma função social, do universitário também é cobrado o privilégio de estar frequentando um curso superior, devendo retribuí-lo à sociedade, prestando-lhe serviços profissionais.

É uma concepção de universidade também formada com base nas idéias do técnico Rudolph Atcon, cujas recomendações sobre o ensino superior brasileiro já indicavam que a nova universidade deveria superar a instituição tradicional resultante da agregação de escolas e faculdades isoladas, para caminhar em direção ao perfil moderno de universidade. Nesta destaca-se a extensão como uma função-fim interligada ao ensino e à pesquisa e voltada para a formação de carreiras tecnológicas, em estreito contato com a sociedade, para servi-la em suas necessidades de progresso e desenvolvimento.

Influenciado por essas recomendações de Atcon, foi

---

(63) - Observe-se que os estágios mais requisitados pelas autoridades interioranas são os da área de saúde, ou seja, dos alunos de medicina, odontologia, enfermagem, para atuarem em postos de saúde e, assim, suprir um atendimento à população, sempre deficitário nos órgãos públicos.

cultural, o relatório de Valenuza peca pela falta de historicidade e pela parcialidade com que trata a questão (...) não apresenta nada que diga respeito a qualquer das experiências anteriormente desenvolvidas pelos estudantes e professores nas décadas passadas nem menciona a Universidade Integrada de Brasília, em cujo projeto havia uma proposta de extensão cultural digna de ser registrada, conforme Gurgel.<sup>(66)</sup>

O contexto político brasileiro, porém, não permitia a valorização dessas atividades já extintas pelo governo militar, interessado naquele momento na redefinição da política educacional. Essa assessoria técnica, portanto, deveria certamente indicar outros caminhos que apontassem para as conveniências daquele contexto político.

Também o relatório do GT para a Reforma faz referências às atividades extencionistas em suas recomendações, entendidas como "a integração e a participação dos alunos no processo de desenvolvimento brasileiro". O treinamento acadêmico do aluno, entretanto, parece ter sido uma questão secundária para o governo, assim como o processo de mudanças de atitude das comunidades interioranas. O principal objetivo desses programas era a doutrinação ideológica, o controle do tempo livre e das atividades dos estudantes, ou seja, constitua-se numa estratégia para desviar a massa estudantil das contestações políticas.

---

(66) - Roberto M. GURGEL, *op. cit.* p. 89.

"As duas vertentes históricas da configuração tomada pela extensão universitária brasileira são advindas do exterior - Europa e Estados Unidos".<sup>(67)</sup> A idéia de Campus Avançado e CRUTAC, por exemplo, voltada para a prestação de serviço e para o treinamento do aluno, é originária de modelos norte-americanos de extensão cooperativa e universitária: a primeira vinculada à extensão rural e à segunda aos estágios de treinamento do aluno e às concepções de desenvolvimento e mudanças de atitude das comunidades. Em ambas, está implícita a idéia de prestação de serviços, de desenvolvimento e de doutrinação ideológica, voltada para os interesses da produção e do desenvolvimento capitalista.

As concepções de educação popular e de adultos, por sua vez, estão ligadas à vertente européia, que traz implícita a neutralização de atividades contestatórias, de um lado, e o desejo de estender à comunidade os benefícios do ensino formal através de programas extensionistas, de outro. Os cursos de alfabetização de adultos, os cursos noturnos e de curta duração, estavam igualmente voltados para os interesses do desenvolvimento e da produção emergentes na Europa do pós-guerra.

No caso brasileiro, a extensão enquanto função da Universidade seria uma questão menor no contexto desses

---

67) - Roberto M. GURGEL, op. cit., p. 71.

programas. Ela serviria tão somente como meio para atingir os fins prioritários da política educacional adotada nesse período, que se resumiam na expansão do ensino superior através da oferta de cursos de curta duração efetivados tanto pela privatização como pela interiorização da universidade, na contenção da demanda pelo ensino superior e na eliminação do conteúdo contestatório das propostas reformistas dos estudantes. Assim, tentava-se conter toda mobilização em torno da democratização do ensino superior no âmbito das universidades.

O primeiro seminário sobre extensão foi realizado em 1968, pelo CRUB. O Seminário Nacional de 1972, em Ponta Grossa - PR, contou com a participação do diretor da Divisão de Extensão da Universidade de Wisconsin, Gleen Pulver, que proferiu palestra sobre as experiências extensionistas nos Estados Unidos. O evento contou ainda com a participação de várias figuras-chave da época que se posicionavam favoráveis às idéias da reforma, como, Wilson Choeri, que falou sobre Campus Avançado, e Onofre Lopes, sobre os CRUTAC's, entre outros. O CRUB também enfatizou a partir da década de 70 a proposta de extensão como uma "terceira-função-fim" da Universidade, tornando-se assim um agente eficaz da difusão e da institucionalização dessas atividades no âmbito das universidades.

A década de 70 inicia-se sob a influência de uma política educacional voltada para a perspectiva da "educação vista como investimento", conforme anuncia a Mensagem do

Presidente Médici, contida no Plano Setorial da Educação: "a formação de recursos humanos é imprescindível aos reclamos do desenvolvimento brasileiro. (...) Para expansão do ensino universitário, concedeu-se crédito complementar (...) às universidades e escolas isoladas, além de suas dotações orçamentárias". (68)

Órgãos do Governo, como o MEC e o CRUB, realizaram na década de 70 vários encontros e seminários nacionais sobre as questões postas pela Reforma/69, entre elas a da Extensão Universitária. Esses eventos contaram com a coordenação e participação de autoridades, profissionais e estudantes ligados aos programas desenvolvidos nos campi avançados, CRUTACs e Projeto Rondon. Um deles, realizado em Goiânia (GO), em 1977, deu origem a vários outros seminários estaduais das Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul (69). Todos esses eventos trataram invariavelmente da conceituação da Extensão e na tentativa de conceder-lhe os contornos de uma nova função a ser cristalizada como acadêmica.

É nesse período que vários organismos internacionais concedem empréstimos ao Brasil e, no campo

---

(68) - MEC/INEP - A Educação nas Mensagens Presidenciais., Brasília, 1987, 589 p., p.421, V.II.

(69) - Renato H. REIS - "A Conceituação da Extensão Universitária", Educação Brasileira. Rev. do CRUB, Ano VI, no 12, Brasília, 1984, pp.46.

educacional, muitos foram os projetos implantados sob a assessoria desses órgãos, que buscaram definir os rumos da nossa educação e as formas de sua expansão. O documento sobre as mensagens presidenciais apresenta ainda um cronograma de recebimento da ajuda financeira desses órgãos com suas respectivas finalidades. (70) Entre as prioridades do governo, estavam os projetos voltados para a integração e o desenvolvimento das comunidades, bem como a expansão do ensino superior, tanto através da privatização como das atividades extensionistas. Esse processo de expansão foi viabilizado não só através dos campi e CRUTAC's, mas também da proliferação de escolas isoladas e instituições privadas (71).

Expansão essa que se deu tanto pelo financiamento e incentivo à iniciativa privada como pela proliferação dos campi e das escolas isoladas. Disse ainda o Presidente Médici: "No decorrer de 1974, a grande maioria das universidades federais terá seus campi com a primeira fase concluída. Negocia-se outro empréstimo com o BID no valor de 50 milhões de dólares para construção de 20 universidades, algumas delas de natureza privada. (...) Para execução dessas Metas Prioritárias, na área da educação, celebram-se vários acordos com órgãos internacionais". (72) Em síntese, dentre os projetos a serem

(70) - MEC/INEP, op. cit., 1987, p. 420-423.

(71) - Um importante estudo sobre expansão e privatização do ensino superior encontra-se em Carlos Benedito Martins, já citado.

(72) - MEC/INEP, op. cit., 1987, p. 420-423.



financiados no triênio 1972/1974, correspondente à gestão de General Médici, estavam o Projeto Integração-Empresa-Governo, com o objetivo de ajustar o ensino superior e de II grau às necessidades do mercado de trabalho, e o Projeto de Integração das Universidades às comunidades, através de estágios supervisionados que visavam a preparação dos universitários para atender as comunidades carentes do País.

Esses dois projetos vinham completar outros projetos criados anteriormente com finalidades semelhantes, tais como: Instituto Euvaldo Lodi - IEL, representante do patronato da indústria e do comércio (SESI, SESC, SENAI, CNI) e articulado às ações voltadas para integração das atividades desenvolvidas nos meios universitários com as realizações e interesses das confederações regionais da indústria; a Bolsa de Trabalho - B.T., também visava a integração do estudante ao processo de produção e de desenvolvimento do País; destinada aos universitários carentes financeiramente, pretendia treiná-los em técnicas e hábitos de trabalho e de estudo com vistas ao aperfeiçoamento intelectual e profissional do estudante através da oportunidade de vivências práticas em instituições públicas e privadas. Esse sistema de bolsa foi criado em 1972 pelo Decreto no 69.277, vinculado ao MEC e ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social - MTPS.

Ambos os projetos complementavam e articulavam-se aos já mencionadas - Projeto Rondon, CRUTAC's, criados na década anterior antes mesmo da Reforma Universitária. Da mesma forma a

Operação Mauá - OPEMA, criada em 1969, também visava o treinamento dos alunos através de estágios e serviços à comunidade e sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes. Todos eles, como já foi dito, tinham dupla função explicitada pela política educacional - uma assistencial e desenvolvimentista voltada para a prestação de serviços às comunidades ditas "retardatárias"; a outra, função-educativa, voltada para o treinamento do aluno, a realização de estágios e pesquisas com vistas à realimentação do processo educacional no ensino superior.

Os anos 74/79 correspondem à gestão do Presidente Geisel que garante a continuidade das metas da gestão presidencial anterior e anuncia oito projetos prioritários para o ensino superior, entre eles o relativo a carreira do magistério e ao de construção dos campi universitários, inclusive o da Universidade Federal de Goiás.

Elaborado em 1975, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária a ser executado pelo Departamento de Assuntos Universitários - DAU, pretendia delinear os níveis de atuação das atividades de extensão nas diversas instâncias institucionais, bem como catalogar as experiências mais significativas que vinham sendo realizadas pelas universidades, para que se pudesse realizar uma coordenação efetiva a nível nacional. Em 1975, o MEC empreendeu um estudo avaliativo sobre as conseqüências da

Reforma Universitária/68, tendo a extensão como uma das atividades que mereceram destaque, incluindo os programas desenvolvidos nos campi e CRUTAC's, os seus cursos, seminários e outras atividades voltadas para a prestação de serviços à comunidade.

José Fagundes relata que um dos pontos levantados pelo estudo foi o de que talvez "uma das dificuldades que enfrenta a extensão para se afirmar e integrar completamente no seio das atividades universitárias, decorra do fato de não ser esta propriamente uma terceira função da Universidade, que participa da mesma natureza e do mesmo nível conceitual do ensino e da pesquisa." (73) Fica claro, por esta constatação do MEC, o quanto a proposta de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão era uma questão discutível no âmbito das universidades e, portanto, problemática a sua inserção na estrutura das mesmas. Entretanto, o mesmo documento reconhecia que, por estas mesmas razões, "justificava-se o esforço em prol do destaque da extensão como uma ~~terceira grande função~~" 74.

É no próprio Plano de Extensão Universitária que se esclarece ser o seu objetivo "coordenar, a nível nacional, as experiências de extensão em andamento nas instituições de ensino superior. Para tanto, o MEC criou órgãos responsáveis e definiu

---

(73) - José FAGUNDES. Universidade e Compromisso Social: Extensão, limites e perspectivas., Campinas, Editora da UNICAMP, Série Teses, 1986, p.74, citando um trecho de um documento do MEC intitulado "Avaliação da Implantação da Reforma Universitária", v. 2, Salvador, 1975, p.517-21.

(74) - Idem, *ibidem* (grifos nossos).

"Esquema de Ação". Nesse item, o documento indica o fluxograma das atividades a serem realizadas, bem como os níveis de atuação de cada um dos órgãos criados pelo MEC para implementar e executar as diretrizes extensionistas. Em última instância, essas diretrizes cabem ao próprio ministério, através da Coordenação Nacional da Política de Extensão Universitária - CONPEU, à qual competia, entre outras atribuições: propor a política de extensão universitária; traçar diretrizes e normas nacionais e acompanhar a execução dos trabalhos de extensão.

Ligado ao CONPEU, o Departamento de Assuntos Universitários - DAU atuaria como um órgão de assessoria às IES e realizaria atividades tais como a supervisão sistemática das diversas experiências extensionistas através de contatos diretos e avaliações *in loco* do andamento das mesmas, com vistas a manter um fluxo contínuo das informações e do intercâmbio entre os diversos organismos públicos e privados nos níveis local e regional. Nesses níveis, todas as experiências e programas teriam na COAE - Coordenação das Atividades de Extensão, um veículo integrador funcionando como um mecanismo de articulação entre os objetivos mais amplos da política educacional, sendo os mais específicos voltados para as instituições e as comunidades.

O referido documento considera, enfim, que essa articulação das atividades por meio de um órgão central constituir-se-ia num passo importante para a racionalização da atividades e dos esforços para captação de recursos financeiros

que viessem dar suporte aos trabalhos, principalmente as experiências-piloto que o MEC se propõe a implementar através dos chamados pólos de extensão a serem desenvolvidos basicamente de dois modos: pólos de extensão através de experiências piloto; pólos de extensão articulados ao Plano Setorial de Educação e aos Programas estatégicos do Governo.

No primeiro item são indicadas as seguintes propostas: relacionamento entre os pólos de extensão e as experiências de estágio e o sistema de bolsas; articulação das diversas experiências extensionistas aos programas e projetos governamentais de cunho prioritário; combinação dessas atividades já existentes em algumas universidades com o sistema **Land Grant** da política de extensão rural.

No segundo item, são sugeridos os seguintes projetos integrantes do Plano Setorial: novas metodologias do ensino superior; reformulação de currículo; integração das universidades nas comunidades; integração escola-empresa-governo; implantação gradativa dos cursos de curta duração e o desenvolvimento do sistema de bolsas". (75)

Além dessas atividades, o Plano destaca ainda as experiências com programas estatégicos com vistas ao desenvolvimento regional e local, como o Projeto Rondon, Operação

---

(75) - MEC/DAU - "Plano de Trabalho de Extensão Universitária", Brasília, abril/1975, p.11 (mimeo).

Mauá, os CRUTAC's, aos quais as universidades deverão articular e compatibilizar sua política de atuação nos Campi Avançados.

Entretanto, o Plano alerta para os riscos de equívocos no delineamento dessas ações, já que a extensão tem sido "muitas vezes mal compreendida e mal interpretada, sendo confundida com atividades isoladas de caráter diversional (...). Não se pode esquecer, todavia, que a extensão universitária é a projeção do ensino e da pesquisa (...). A essência da atividade de extensão está, pois, (...) no seu comprometimento didático". (76)

A criação da COAE, para Gurgel, teve como objetivo e tarefa "a definição de diretrizes políticas e normas de trabalho, a supervisão e avaliação das ações, o estímulo ao intercâmbio de experiências e a garantia ao funcionamento dos trabalhos". (77) Além disso, como se tratasse de uma função nova no âmbito institucional ela tem sido também olhada com reservas pela comunidade, como bem já diagnostica Maria Molina Valenuza anteriormente. (78) Por outro lado, a visão de educação está implícita na concepção da política extensionista que faz crer que ela possa colaborar com a minimização das desigualdades sociais e até regionais, através de práticas assistencialistas e/ou de

---

(76) - MEC/DAU - "Plano de Trabalho de Extensão Universitária", Brasília, abril/1975, p.1 (mimeo). (Introdução).

(77) - Roberto M. GURGEL, op. cit., p. 139.

(78) - Idem, ibidem, p.53

programas de estágios e prestação de serviços às populações de baixa renda. Há de convir que poucos intelectuais e alunos dentro das universidades possam acreditar na resolução dos problemas sociais que afligem o País através de programas filantrópicos e assistencialistas, sem que haja mudanças estruturais da sociedade, que afinal é a geradora dessas desigualdades e mazelas sociais.

"Extensão é, pois, pensada como portadora de soluções para os problemas sociais e como veículo de idéias e princípios pautados nos altos interesses nacionais, aos quais deve-se subordinar as aspirações e necessidades da sociedade como um todo". (...) Nestas formulações, os interesses nacionais encobrem e, ao mesmo tempo, identificam-se com os interesses da classe hegemônica, que serve-se da educação para internalizar seus valores nas classes subalternas".<sup>(79)</sup> Há aqueles, tais como Conceição Ferreira, que conferem conteúdo filosófico à extensão "A extensão representa não somente o papel de função, mas também o de uma idéia filosófica de abertura à Universidade. Abertura que pretende não seja episódica, nem de caráter excepcional, mas uma parte da vida acadêmica e rotineira do Departamento, assim como o ensino e a pesquisa".<sup>(80)</sup>

---

(79) - Maria da Conceição FERREIRA, M.C., - "Campus Avançado, Uma Alternativa para o Desenvolvimento Sócio-Educacional de Comunidades Interiores em Municípios do Norte e Nordeste Ocidental do Brasil", Curitiba, 1982, p.21-22. (Dissertação de Mestrado).

(80) - Idem, *ibidem*, p. 20.

Olindo Toaldo recorre ao conceito defendido por Edgar Faure de educação integral como processo completo de aprendizagem do homem situado nos problemas de seu tempo e do mundo em que vive, para justificar a necessidade da atividade extensionista, elegendo-a como meio de propiciar uma formação aos universitários. Segundo ele, "do ponto de vista filosófico-pedagógico, a extensão universitária encontra seus pressupostos, a sua razão de ser e mesmo sua necessidade de homem reclamado de sua época, no conceito de educação e no processo ensino-aprendizagem".

Merece destaque, pelo significado do momento em que foi concebido, o documento produzido pelo MEC em 1975, intitulado: "Política Nacional Integrada da Educação".<sup>(81)</sup> Quase oito anos após homologadas as leis das reformas do ensino brasileiro de I, II e III graus, os próprios órgãos ainda se debatiam em digerir e tornar praticável a sua aplicabilidade. O referido documento, dividido em três partes, explicita a "terceira função-fim" das IES, traçando o perfil do "novo estudante" dentro dessa nova perspectiva.

Isto, porque o Movimento Estudantil continuava sendo uma das questões ideológicas mais candentes naquele momento histórico: a política estudantil que, a despeito de toda

---

(81) - Olindo TOALDO, *op. cit.*, p.44-51: O documento enfatiza a interiorização da universidade através daquela que deve ser a terceira função da universidade: a Extensão, que caracteriza principalmente pela realização de programas fora dos muros da unidade, da sede das IES, nos campi e nos CRUTAC's.



a que foram expostos os universitários brasileiros, ostentava uma persistência heróica e firmeza ideológica. Por isso, cuidou-se de institucionalizar, através de decretos e documentos oficiais, o que seria a "função crítica e/ou a "participação política" dos estudantes, "sem se converterem num instrumento de política partidária ou luta ideológica, sejam, contudo, um instrumento de formação da consciência política e da capacitação do aluno de hoje para ser o cidadão responsável e atuante de amanhã". Nessa parte, que se denomina "Uma Estratégia para o Desenvolvimento da Educação no Brasil", deixa claro que a educação é vista como fator de progresso, de preparo "controlado" do futuro cidadão e da sua personalidade, bem como de treinamento profissional através da ação educativa integradora.

O conceito de integração, um dos pressupostos da extensão, tem seu significado original vinculado à idéia de equilíbrio<sup>(82)</sup>, que postula a homogeneização de interesses, troca sem conflitos e incompreensões. Aponta para o horizonte da ordem do progresso e da harmonia - objetivos primordiais dos órgãos de segurança nacional. "Por segurança, ficava entendido que a Universidade funcionasse de forma a evitar conflitos e controlasse o trabalho dos estudantes, dos professores e administradores através de um processo de burocratização da universidade"<sup>(83)</sup>.

---

(82) - Maria de Lourdes M. COVRE - A Formação e a Ideologia do Administrador de Empresas. 2a. ed. Petrópolis, Vozes, 1982, pp.75.

(83) - AMMAN, S.B., Apud José FAGUNDES, *ob. cit.* p.137.

Constata-se que os órgãos responsáveis pela política educacional vêm constantemente empreendendo esforços no sentido de que essas atividades tenham sempre cunho acadêmico. Várias foram as publicações e vários foram os eventos realizados sobre o tema. Nas unidades federadas, foram criados órgãos para coordenar essas atividades, a exemplo do que fez o MEC ao criar a COAE. Como em outras IES do País, também na Universidade Federal de Goiás foram organizados os serviços de extensão, criados Campi, CRUTAC, coordenações e redefinida sua estrutura organizacional para atender as orientações emanadas da legislação da reforma universitária (RU/68) e no que concerne à sua "terceira função".

No I Seminário de Extensão Universitária da Região Norte, realizado em São Luiz - MA (UFMA), em 1980, Maria Julieta Calazanas assim se pronunciou: "A Extensão é uma atividade permanente, não apenas como mero atendimento a uma clientela potencial, mas como motivadora da população para certas áreas de conhecimento. Dessa maneira, a instituição está dentro da comunidade, oferecendo aos vários grupos aqueles conhecimentos ou estimulando-os para mudanças de atividades, em benefício do desenvolvimento e progresso dos indivíduos e da região". (84)

Implicitamente, o objetivo principal de todos esses projetos do governo era político e os seus mentores sempre

---

(84) Maria da Conceição FERREIRA, "Campus Avançado, Uma Alternativa para o Desenvolvimento Sócio-Educacional de Comunidades Interioranas em Municípios do Norte e Nordeste Ocidental do Brasil", Curitiba, 1982, p.19 (Dissertação de Mestrado).

tiveram claro que tanto o intento de ajudar a comunidade como o estudante universitário era secundário. Eles se constituíram em instrumento para influir politicamente sobre o movimento estudantil e neutralizar o projeto de universidade que então se esboçava.

## CAPÍTULO II

### A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG

#### 1 - ASPECTOS HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DA UFG

No início da década de 60, quando foi criada a UFG, o Brasil vivia um período de euforia desenvolvimentista propiciado pela construção da nova Capital Federal - Brasília, alcançada depois de muitos impasses políticos que Juscelino Kubtschek, então Presidente da República, teve de contornar para que a região Centro-Oeste fosse confirmada como sede do Distrito Federal. Os políticos oposicionistas e outros segmentos da elite dominante do País, principalmente os dos estados das regiões mais desenvolvidas, opunham-se a esse empreendimento numa região tão desprovida de infra-estrutura econômica, administrativa e urbana, pois certamente a viabilização de tão arrojado projeto requereria da União despesas de grande monta. Havia também, além dessas argumentações, outras de cunho político, uma vez que a transferência da capital federal desestabilizaria o poder dos

Estados do Sul e Sudeste, política e economicamente hegemônicos. Estiveram presentes também as preocupações clientelísticas de muitos políticos já que a transferência da burocracia estatal implicariam na extinção de vários órgãos e, portanto, no desaparecimento e/ou remanejamento de vários cargos públicos ocupados por clientes e apadrinhados dos políticos do eixo Rio-São Paulo.

Entretanto, vários estudos sobre o assunto já tinham sido realizados, apontando argumentos favoráveis à localização centralizada da Capital Federal, entre eles o da segurança nacional.

Os recursos, por sua vez, vieram "generosamente" emprestados do exterior, principalmente dos EUA, razão porque o governo de JK é considerado por muitos como "entreguista". É que, em função desses vultosos empréstimos externos, muitas foram as concessões que o governo brasileiro teve de fazer aos países credores e vários foram os acordos acertados com as multinacionais, que durante os governos militares consolidaram aqui as suas raízes. Se a construção de Brasília propiciou uma arrancada progressista em muitas regiões do País, do mesmo modo, alto tem sido o preço que os brasileiros vêm pagando pela dívida externa.

Estradas foram abertas, projetos arrojados de

rodovias, como a Belém-Brasília e a BR-050 (que passa por Catalão) abriam rapidamente seus caminhos pelos cerrados goianos. Os tratores rasgavam as terras avermelhadas do inexpressivo Centro-Oeste, aplainavam morros pedregulhentos sacudidos agora ao som da maquinaria inquieta e barulhenta. Ônibus e automóveis trafegavam agora por estradas onde antes só passavam caminhões e jipes. O comércio fervilhava. Nas circunvizinhanças de Brasília, tanto ao norte como ao sul, "pipocavam" novos povoados e vilarejos; a população das cidades multiplicava-se com a chegada de pessoas de todas as partes do País. Expandia-se não só a nova Capital, mas toda a região do chamado "Planalto Central".

Considerando sob esse prisma, há de se constatar que, para as populações do Centro-Norte, do Nordeste e até do Sul, o deslocamento de recursos para uma região sempre esquecida pelos governos federais representou um progresso econômico considerável, no que se refere à distribuição de empregos e oportunidades de trabalho, bem como na construção de infraestrutura viária e rodoviária. Estradas e rodovias foram abertas em localidades cujos Estados e Municípios jamais construiriam sem a ajuda da União, como é o caso da Belém-Brasília, ao longo da qual surgiram inúmeras vilas e cidades e as já existentes tiveram suas populações adensadas.

Por outro lado, considera-se também que o êxodo rural estimulado nesse período e acelerado nos anos seguintes trouxe graves desequilíbrios sociais para as populações urbanas

de todo o País. Muitas foram as famílias de pequenos proprietários, tanto nordestinos como goianos e mineiros, além de outros Estados, que tudo venderam em busca do fácil enriquecimento que o clima de progresso acenava. Vários foram aqueles que se desapontaram. Igualmente, vários foram aqueles que, sabendo aproveitar as oportunidades de trabalho que o início de Brasília certamente favoreceu, conseguiram reverter de algum modo suas condições materiais de vida.

Evidentemente, na medida em que não se pode debitar à existência de Brasília as mazelas sociais que surgiram nas décadas seguintes, também não se pode creditar-lhe todo o progresso emergente nesse período. Vários foram os fatores que condicionaram o surgimento de ambos os fenômenos.

Juscelino, enfim, é o "homem de Brasília (...), o homem de desenvolvimento pelo Estado e ao mesmo tempo de tirar o povo das decisões, de fazer um centro de decisões onde o povo não esteja (...). Configura, portanto, um modelo de desmotivação popular combinado com o "desenvolvimento tutelado do Capitalismo internacional" (1).

---

(1) - Raimundo FAORO, entrevista concedida à Istoe, Senhor, no 1064, em 7/2/90, pp.5.

A edição do Jornal O Popular de 16 de dezembro de 1960 anuncia a chegada a Goiânia - capital do Estado de Goiás - do Presidente da República Juscelino Kubstschek de Oliveira (JK), para entregar ao povo goiano a lei que criava a Universidade Federal de Goiás, já aprovada pelo Congresso Nacional e a ser sancionada pelo Presidente.<sup>2</sup> Na edição do dia 20.12.60, o mesmo jornal notifica o grande acontecimento: a Lei de no 3.834-C/60, de 14.12.60, foi sancionada por JK, na sacada do Palácio das Esmeraldas, sede do governo do Estado, diante de grande manifestação pública que se concentrava na Praça Cívica.<sup>3</sup>

O evento foi comemorado pelos goianos com todas as pompas de uma data cívica, com carros alegóricos, desfile de escolares, discurso e pronunciamentos das autoridades presentes, professores das faculdades, estudantes e lideranças políticas da região.

Ocupava o governo estadual naquela época José Feliciano Ferreira, um correligionário partidário do Presidente da República e da liderança política mais expressiva da região: Pedro Ludovico Teixeira, fundador de Goiânia na década de 1930. Ambos, Pedro e JK, gozavam de grande prestígio político na região e encarnavam o perfil de desbravadores arrojados e políticos realizadores, o que inspirava muita confiança e

---

(2) - Jornal O Popular, Goiânia, 16.12.60, p. 3.

(3) - Jornal O Popular, Goiânia, 20.12.60, 1ª página



transmitia entusiasmo ao povo.

O estilo político de JK encontrou ressonância no receptivo povo do sertão e de Goiás, sequioso de progresso e de mudanças, cheio de esperança e de boa fé. Ao mesmo tempo, por ser o PSD, partido que exercia hegemonia política no Estado, muitas foram as "atenções" do Presidente e frequentes eram suas visitas às várias cidades goianas próximas à Brasília.

Em 1961, quando deixou a Presidência da República, Juscelino escolheu o Estado para não se afastar da política elegendo-se, em pleito excepcional, como Senador por Goiás na vaga de Taciano de Melo, a quem nomeou para um cargo vitalício na Administração Federal (Brasília). O Tribunal Regional Eleitoral, então, marcou uma eleição suplementar em que J.K. foi eleito <sup>4</sup>. Transcorria uma fase próspera para os peessedistas goianos.

O projeto de criação da UFG, encaminhado ao Congresso Nacional por um Deputado Federal do PSD goiano, não encontrou grandes dificuldades para sua aprovação. Isto porque, além das condições políticas lhe serem favoráveis, emergiam em

---

(4) Itami CAMPOS Apud Pedro Célio A. BORGES, Bipartidarismo autoritário: análise regional (Goiás - 1965 a 1982), S. Paulo, PUC, 1988, p.59 (dissertação de mestrado/UFG). Recorrendo às análises de Campos, assim Borges nos esclarece sobre esse assunto: "Deixando a presidência da República em janeiro de 1961, como provável candidato em 65, J. Kubitschek se sente alvo das críticas da nova gestão federal. Um acordo do PSD goiano faz com que Taciano Gomes de Melo, eleito em 1958, renuncie ao mandato (...) e a 4 de junho de 1961 o eleitorado goiano foi convocado às urnas. Candidatam-se Juscelino Kubitschek, pelo PSD, e Wagner Estelita Campos, pela oposição. Juscelino recebe uma expressiva votação (...), dando-lhe o mandato senatorial (...)".

Goiás novas necessidades ligadas às forças produtivas que reclamavam mão-de-obra especializada, quase inexistente na região, tradicionalmente agro-pastoril.

As análises de Dayrell confirmam esta constatação sobre o crescimento da demanda escolar na região: "O fluxo migratório que demandava a região acentuava o intercâmbio cultural e econômico com as regiões mais desenvolvidas do País. Em consequência dessas mudanças, a educação formal que tradicionalmente era oferecida em Goiás deixou de atender quantitativa e qualitativamente às exigências da sociedade que, despertando da prolongada letargia iniciada com a exaustão das minas auríferas, estava a reclamar recursos humanos mais diversificados e mais qualificados".<sup>(5)</sup>

Intensa foi, portanto, a mobilização em torno da criação de uma universidade federal em Goiás, a ser sediada em Goiânia, que nessa época já contava com algumas faculdades funcionando regularmente, com cursos já reconhecidos e autorizados pelo MEC. Além disso, à medida em que se "deslocavam as fronteiras econômicas do País, ocorria também subsequente movimentação dos seus limites culturais".<sup>(6)</sup>

Essa movimentação cultural encontrou ressonância nos meios intelectuais e políticos do Estado. O jornal *O Populac*,

---

(5) - UFG/Reitoria - "Trajetória e Perspectiva" - Gráfica e Ed. Líder, Goiânia, 1985, p.3. (Trata-se de uma publicação comemorativa dos 25 anos de criação da UFG, sob a coordenação da professora Eliane Dayrell.

(6) - *Idem*, *ibidem*.

em edição de dezembro de 1960, notícia sobre a existência de uma "Comissão Pró-fundação da UFG", composta por professores das faculdades goianas já existentes e por representantes de setores empenhados no assunto. O mesmo veículo informa também gestões do Deputado Gerson de Castro Costa goiano, autor do projeto de criação da UFG, por ele enviado ao legislativo federal, bem como comenta uma reunião do mesmo deputado, realizada em Anápolis-GO, com lideranças políticas para tratar do assunto à época da aprovação do referido projeto. (7)

Desse modo, como em outras universidades brasileiras que surgiram, cada uma delas impulsionada pelas determinações histórico-políticas de sua época e pelo estágio de desenvolvimento econômico por que passava a sociedade em que se inseriam, também a UFG surgiu como resultado de uma luta e como resposta a uma indagação do seu tempo. Também ela, como as demais, resultou na agregação de faculdades e escolas isoladas, que iam surgindo à medida que as necessidades sociais assim impunham.

Em 14 de dezembro de 1960, quando foi criada, a UFG contava com duas faculdades, escolas e cursos. Alguns deles, inclusive, têm suas origens no século passado. Esse é o caso da Academia de Direito de Goyaz, criada em 1898, na antiga Capital do Estado - a cidade de Goyaz, popularmente conhecida como "Goiás

---

(7) - O Popular, Goiânia, 14/12/60, p.2.

Velho"<sup>(8)</sup> e que foi posteriormente equiparada a Faculdade em 1936, já na nova capital - Goiânia.

A Faculdade de Direito de Goiás passou então a ser a primeira unidade de ensino superior de nível federal no Estado, constituindo-se, assim, no núcleo central do qual originou a UFG, ao lado de outras IES que passaram a funcionar nas décadas de 40 e 50. É o caso da Faculdade de Farmácia, que também começou a funcionar em "Goiás Velho", apesar de lá sua vida ter sido breve. Em 1954, essa faculdade obteve seu reconhecimento e já funcionava em Goiânia. O Conservatório de Música resultou de iniciativas que datam de 1947. Com a criação da UFG em 1960, foi a ela incorporado. A Faculdade de Medicina de Goiás, autorizada a funcionar em abril de 1960, resultou do esforço da então "Sociedade Faculdade de Medicina de Goiás", uma iniciativa da Associação Médica do Estado com a finalidade de suprir as cidades interioranas e mesmo a Capital de profissionais nessa área, dos quais tanto carecia a região. Finalmente, a Escola de Engenharia de Goiás também tem suas origens em iniciativas ligadas à categoria de profissionais da área. Através do Clube de Engenharia de Goiás, criou-se a Fundação Escola de Engenharia Brasil Central, que passou a funcionar em 1954, obtendo seu reconhecimento federal quatro anos depois, em 58.

---

(8) - UFG/Reitoria - "Trajetória e Perspectiva", 1985, p. cit., p.3.

A escolha do primeiro reitor da UFG recaiu sobre o nome do professor Coleman Natal e Silva, da Faculdade de Direito e presidente da "Comissão Pró-fundação da UFG". Ficaram ao encargo da referida comissão as providências e encaminhamentos para a estruturação da nova instituição.

Nos anos seguintes, a Universidade passou por muitas transformações, tendo várias de suas unidades incorporadas, desdobradas e outras criadas. O plano trienal proposto pela reitoria -gestão 61/64 -previa a construção da Cidade Universitária no Setor Leste Universitário, em Goiânia, para que as várias unidades já existentes tivessem suas instalações funcionando em condições mais adequadas do que aquelas espalhadas por vários pontos da Cidade, em imóveis cedidos pelo governo estadual ou alugados pela UFG que, com a aprovação pelo Conselho Universitário do local a ser implantado o Campus I, teria seus próprios prédios.

## 2. REPERCUSSÕES DO GOLPE MILITAR DE 64 EM GOIÁS E NA UFG.

O Plano Diretor da UFG faz referências às mudanças ocorridas no contexto histórico do Estado e seus reflexos no interior da jovem instituição, em virtude do momento político recém-inaugurado pela implantação da ditadura militar em 31 de março de 1964.

Goiás já não vivia o clima de populismo de JK e de seus correligionários goianos, mas mergulhava, como de resto todo o Brasil, numa de suas fases mais cruciais. Governava o Estado o Tenente Coronel Mauro Borges Teixeira, que embora sendo aliado de João Goulart e Brizola, não foi atingido de imediato pelos atos do governo militar, a exemplo do que aconteceu com JK e outros possedistas. Entretanto, com o desenrolar dos acontecimentos, à medida em que a chamada "Revolução de 64" configurou-se como golpe militar e a ditadura foi-se radicalizando em seus propósitos, a situação política em Goiás também revelou-se tensa.

Em novembro de 1964, o governo militar exigiu do Governador do Estado a renúncia de seu mandato, acusando-o de estar organizando no Estado uma conspiração contra o "movimento revolucionário" de 64. Mauro Borges, também um militar eleito por expressiva votação popular, exercia, junto com o pai, Pedro Ludovico Teixeira, grande liderança política na região. Pai e filho representavam o protótipo de bravura e altivez tão próprias da nossa cultura machista e tão ao gosto das massas. Ambos desfrutavam, assim como JK, do prestígio de desbravadores e administradores públicos bem-sucedidos e progressistas. Tanto a construção de Goiânia, como a atual gestão do Governo Mauro Borges revelavam a atuação empreendedora e moderna que, segundo alguns teria conduzido Goiás para um novo estágio de progresso e desenvolvimento.

Os jornais da época registram o impasse: Mauro

Borges jamais renunciaria ao governo de seu Estado, nem trairia a vontade do povo que o elegeu, conforme suas afirmações na época. O Governo Federal decidiu então pela deposição do governador, através de intervenção, já que ele se negava a negociar sua renúncia com os militares.

Na madrugada de 26 de novembro de 1964, o Aeroporto Santa Genoveva de Goiânia foi ocupado pelas tropas do Batalhão de Guardas de Brasília que desembarcavam de fortalezas voadoras da FAB. Às oito horas da manhã foi interditada toda a área, num raio de três quilômetros, sendo o seu trânsito impedido. Também as saídas rodoviárias foram ocupadas por tropas do Exército que reforçavam a guarda em pontes e estradas principais e secundárias.

Goiânia foi transformada em campo de batalha. É **O Popular** que relata: "À entrada das tropas na cidade e aos vôos rasantes das fortalezas voadoras e dos caças, a população reagiu com pânico geral (...)" . "A Praça Cívica acorreram milhares de pessoas." Os jornais registraram a intensa movimentação popular que se formou em frente e nas imediações do Palácio das Esmeraldas para impedir a deposição do governador, com ostensivas manifestações de repúdio à comitiva militar que chegava ao palácio para entregar a comunicação oficial da intervenção. Um dos oficiais foi agredido e teve sua farda rasgada por populares, outro foi atingido na cabeça por uma pedrada, aos gritos de

"gorila", "gorila", vindos da multidão. O coronel comandante da comitiva sacou da arma para atirar, mas foi impedido por uma senhora que lhe implorava calma. A situação era explosiva quando a Primeira Dama do Estado - Dona Lourdes E. Teixeira, dirigindo-se à multidão, pediu calma e passagem para os oficiais<sup>9</sup>.

Mauro Borges, após emocionado discurso, foi conduzido nos braços de populares e correligionários até à residência de seu pai. O Coronel Meira Mattos assumiu o governo como interventor, entretanto, foi empósado na sede da 7a. CR do Exército e proferiu discurso à noite, através de emissora de rádio e televisão. Em seu pronunciamento conclamou o povo a compreender sua "alta missão, acima de partidos políticos", afirmando que vinha, a bem da nação, "remover o quisto da subersão em Goiás". Prosseguia justificando-se: "fizemos uma demonstração de guerra com o intuito pacífico, elevado, para desencorajar a resistência (...) para pacificar o Estado e devolver a tranquilidade à população".<sup>(10)</sup>

Ironicamente, na mesma edição do jornal que relatava esses acontecimentos, noticiava-se também,<sup>(11)</sup> a

---

(9) - Jornal O Popular, em edição extraordinária no dia 26.11.64, nas páginas 1, 3 e 6 apresenta matéria completa sobre o assunto, de onde sintetizamos as informações e retiramos as citações mencionadas neste item.

(10) - Jornal O Popular, 1a página, Edição Extra do dia 26.11.64, divulgando o teor da carta do Interventor Meira Mattos, enviada ao Governador e lida aos jornalistas em entrevista coletiva.

(11) - Idem, p.6.



solenidade de transmissão do cargo, na noite anterior (25.11.64), ao novo Reitor da UFG, professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, nomeado dois dias antes pelo Presidente Marechal Castelo Branco. O professor Queiroz, colega de Unidade (Faculdade de Direito) do seu antecessor, professor Colemar Natal e Silva, já era o segundo reitor a ser empossado na Instituição, depois do golpe militar, uma vez que as universidades e os estudantes foram atingidos antes mesmo dos políticos. Em decorrência das medidas do Ato Institucional no. 1, constou a intervenção na UFG,<sup>(12)</sup> com a destituição do seu primeiro reitor. Tal como a UNB que teve seu Campus invadido por tropas do Exército, também a UFG viu-se atingida pelas duras medidas de exceção que se instalavam no País. Ambas tiveram em seu nascedouro sofridas perdas, decorrentes da cassação de professores e de pesquisadores em todas as áreas e que aqui iniciavam um trabalho pioneiro e ainda incipiente, mas cheio de vitalidade.

O mesmo ocorreu com o movimento estudantil em Goiás, que já se projetava nacionalmente com lideranças expressivas como a do goiano Aldo Arantes, que chegou à presidência da UNE. Há de se reconhecer, portanto, que se por um lado a proximidade da capital federal muito favoreceu o Centro-Oeste do ponto de vista econômico-capitalista, de outro, em termos sociais e políticos, representou um retrocesso para a

---

(12) - Inquiritos e Sindicâncias. In: "Planejamento para Três Anos", Goiânia, UFG, item 3.14, p.21-22.

modernização e o surgimento de novos modelos de governo. Inaugurada a ditadura militar, a elite conservadora se organizou no poder, já que a cassação de muitos políticos oposicionistas e posteriormente a suspensão das eleições diretas estaduais e presidenciais favoreceram a consolidação dos laços entre os coronéis - militares e políticos - marca característica das retrógradas elites nacionais.

O cenário político goiano não foi diferente. Nos primeiros tempos da Intervenção Federal, os partidos políticos existentes - PSD, PTB, PSP, PDC e UDN - ainda participaram de acordos com o poder militar, conforme registra a matéria sobre o assunto, publicada pelo jornal O Popular do dia 5 de janeiro de 1965. Comenta o Jornal, em sua página 3, que as conversações para superar o impasse prolongaram-se madrugada adentro. Vencia então o prazo de sessenta dias previsto para o Cel. Meira Mattos permanecer no governo e as forças militares estavam diante do impasse: nem o governador deposto nem o seu vice - Rezende Monteiro, do PTB - se dispunham a renunciar a seus mandatos. O Presidente Castelo Branco já indicara o nome do novo governador, a ser apreciado pela Assembléia Legislativa de Goiás, o Mal. Emílio Ribas Júnior.

Ficou claro, então, que não seria dado espaço para civis. Entretanto, após vários impasses e conchavos políticos ficou acertado que o governo seria ocupado pelo militar já indicado, acompanhado pelo Deputado Almir Turisco, do PSD, como

condição para que os partidários de Mauro Borges concordassem com a declaração de vacância do cargo de Governador do Estado, uma vez que o chamado "Governo da Revolução de 64" já havia concluído os Inquéritos Policiais Militares - IPMs da área de Goiás e decretado o impedimento do então governador. Ficou também acertado que os autos dos referidos inquéritos seriam enviados à Comissão de Justiça e Paz da Assembléia Legislativa de Goiás. A História mostraria mais tarde que essas "concessões" se constituíam em estratégias para os militares se instalarem no poder, através da submissão (e da omissão) de muitos políticos.

Embora nesse episódio de janeiro de 1965 o PSD goiano tenha conseguido certo controle da situação, o mesmo não ocorreu no pleito eleitoral realizado em outubro do mesmo ano. Daí para a frente, porém, as oposições em Goiás sofreriam muitas baixas, não só em decorrência das cassações de políticos, mas também pelas adesões ao partido do governo.

O PSD minguou e enfraqueceu-se tanto que, nessas eleições de 1965, venceu o candidato de posição conservadora - Otávio Lage de Siqueira, da UDN, pertencente a uma importante oligarquia goiana e latifundiário na região de Goianésia (GO). Seu adversário foi Peixoto da Silveira, do PSD, comandado com pulsos firmes pelo Senador Pedro Ludovico e os aliados, que se mantêm fiéis ao Velho Cacique por vários anos vencedor no Estado, mas derrotado nesse pleito. "Otávio Lage elege-se com 4.143 votos

a frente de Peixoto da Silveira, consumando eleitoralmente a virada que o movimento militar impõe na política goiana"<sup>13</sup>.

A nível nacional, porém, essa primeira eleição direta depois do golpe militar para o cargo de Governador do Estado, realizada nesse mesmo ano em onze estados brasileiros elegeram vários candidatos oposicionistas (PSD e coligações), entre eles, quatro dos mais importantes e desenvolvidos: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso. "Embora os candidatos do governo ganhassem na maioria dos Estados, a vitória nesses casos era menos significativa, em termos políticos, por se tratar de Estados rurais em que os votos são tradicionalmente controlados por caciques locais"<sup>14</sup>.

Em Goiás, por exemplo, foram os votos do interior que deram vitória ao candidato udenista. Na Capital do Estado, venceu as eleições municipais com larga margem de votos, Iris Rezende Machado, do PSD, para a Prefeitura Municipal, sendo que também a senatória da República ficou com esse partido. Isto se deu não só pela desvinculação de votos do eleitor para as duas chapas (governador/senador), própria do sistema eleitoral da época, mas também pela não-coligação (PL/UDN) do candidato governista Geraldo Vale <sup>15</sup> derrotado pelo possedista João Abrão (na vaga de JK, cassado nesse ano de 1965).

---

(13) - Pedro Célio A. BORGES, op. cit., p. 51.

(14) - ALVES apud José Luís SANFELICE, op. cit., p. 93-94.

(15) Para maiores esclarecimentos sobre a questão partidária no Estado de Goiás (1965 a 1982), ver: Pedro Célio Alves BORGES, op.cit., cf. nota 13.

Diante desses fatos, o governo militar muda as "regras do Jogo". Inconformado com essas derrotas e sentindo-se ameaçado diante da rejeição popular, decreta o Ato Institucional no 2, que extinguiu todos os partidos políticos existentes e suspendeu as eleições diretas para Presidente da República, previstas para 1964.

Desse modo, fica instituído o bipartidarismo que vigorou por mais de dez anos, polarizado entre o MDB - Movimento Democrático Brasileiro e a ARENA - Aliança Renovadora Nacional. As eleições para Governador do Estado e Presidente da República passam a ser indiretas, através de votação nominal por parlamentares e congressistas, respectivamente.

As facções oposicionistas sofreram um rude golpe. Na organização partidária, muitos foram os políticos oportunistas que se alinharam ao partido do governo. Poucos foram os que se arriscaram a ser oposição no MDB, em tempos de tanta arbitrariedade e repressão ideológica. Em Goiás, as oligarquias tradicionais, habituadas ao poder, não encontraram dificuldades em participar dos conchavos governista-ditatoriais.

"Os udenistas se aproveitam da proximidade com os executores dos inquéritos, para incriminar seletivamente como "comunistas" e "subversivos" seus adversários regionais, afastando, assim, concorrentes nos colégios eleitorais onde sempre perdiam". A citação é de Alves Borges, que a complementa

com uma declaração do ex-governador Mauro Borges, onde ele denuncia: "A execução dos IPMs em Goiás se caracterizou pelo mais deslavado faccionismo e flagrante imoralidade". Portanto, os objetivos dos IPMs e a utilização dos mecanismos de repressão do governo não abrigavam apenas a questão ideológico-subversiva, mas foram utilizadas também na construção da hegemonia partidária do poder autoritário.

A ARENA, partido do governo, passou então a ter exclusividade sobre os cargos importantes do Estado, inclusive de governador, e o MDB só não desapareceu do cenário graças à persistência de lideranças combativas que, a exemplo de Ulisses Guimarães, sustentaram o partido, a nível de Estado, por quase 20 anos. Suas lideranças continuaram acreditando e investindo na insatisfação popular em relação aos militares e denunciavam o arbítrio e a repressão da ditadura.

Evidentemente, a UFG não poderia, como as demais instituições sociais, estar isenta de todo esse clima de arbitrariedade, insegurança, aguçados naquele contexto.

O "Plano de Ação 65/67", da UFG, faz referências aos I.P.Ms. determinados pelo Governo Federal e deixa transparecer o ambiente conflituoso que vivia a Instituição naquele momento: "Encontramos um ambiente de profunda desconfiança e quase nada conhecíamos do funcionalismo

existente". (16) Refere-se ainda aos atos do Interventor na UFG - o professor José Martins D'Alvarez, cuja função seria extamente a de "responsabilizar e regularizar" a vida universitária em Goiás (...). do que, aliás, resultaram várias demissões, inclusive a do próprio Reitor". (17)

Os atos de exceção do governo militar nesse período levaram a Universidade a conviver com três reitores num mesmo ano (1964): Prof. Coleman, o Interventor D'Alvarez e o Prof. Jerônimo Geraldo de Queiroz, empossado dois dias antes da deposição do Governador de Goiás.

Nas solenidades de posse, em Brasília (24.11.64), o novo Reitor prometia em seu pronunciamento: "Estejam, afinal, certos e tranquilos, o preclaro Sr. Presidente Castelo Branco, o austero Sr. Ministro Flávio Lacerda e todo o povo goiano, de que (...) mostraremos a todos que a dedicação à Universidade Federal de Goiás não é monopólio ou privilégio de ninguém (...). Manterei com todas as autoridades constituídas a cortesia recíproca (...); submeterei todos os serviços iniciados e planos equacionados à rigorosa legitimidade prioritária, abolindo encenações promocionais e as interferências espúrias nas deliberações e execuções da Reitoria". (18)

Conclamava o Reitor, na mesma ocasião, para a

(16) - UFG/Reitoria - "Plano de Ação 65/67 - Planejamento para Três Anos", novembro/65, p. 21-22 (mimeo).

(17) - Idem, ibidem, p. 22 (mimeo). - Trata-se no caso do Prof. Coleman N. e Silva, 1º reitor da UFG cassado pelos atos arbitrários do regime militar.

(18) - UFG/Reitoria - "Plano de Ação 65/67 - Planejamento para Três Anos", novembro/65, p. 22 (mimeo).

compreensão dos estudantes universitários, estes com a maioria dos seus líderes cassados, presos e respondendo aos inquéritos especiais instalados nas universidades: "Pedimos a compreensão dos Centros Acadêmicos, num diálogo direto, leal e desapassionado, que assim convém à civilidade universitária e às boas normas de uma administração racional e austera". Aos professores e funcionários o Prof. J.G. de Queiroz transmitiu um recado incisivo e enérgico: "Solicitamos (...) pontualidade, probidade, eficiência e urbanidade de todo o funcionalismo - docente, administrativo ou auxiliar - já que (...) faremos da Universidade uma oficina de trabalho, dentro da disciplina hierárquica da liberdade e da lei". (19)

Entretanto, para os rebeldes o recado foi mais duro, quase hostil: "Mas, se alguém, por qualquer motivo, quiser deixar o quadro funcional, pode pedi-lo sem constrangimento, em benefício, talvez, do ambiente de simpatia e solidariedade consciente que a administração requer e a lealdade pressupõe". (20)

Na verdade, o que ocorreu na prática foi que a maioria dos professores e funcionários que perderam seus cargos nesse período não o fizeram por iniciativa própria, mas tal como em outras instituições universitárias ou não, públicas e

---

(19) - UFG/Reitoria, nov/65, op. cit., p.12-13

(20) - Idem, ibidem.



privadas, o arbítrio dos inquêritos especiais do regime militar calou muitas iniciativas brilhantes, como o fez com o entusiasta Centro de Estudos Brasileiros - CEB, criado em 1962 e "concebido como um órgão voltado para o estudo e a pesquisa da realidade nacional, sobretudo naquilo que mais de perto dissesse respeito ao Estado de Goiás.

O documento intitulado "Síntese da Resolução no 12, do Conselho Universitário, datado de 26 de maio de 1962, trata da criação do CEB e dos cursos a serem ministrados pelo referido órgão, sua estrutura e organização. Segundo esse documento, os cursos seriam os seguintes:

- Curso de Didática, com duração de um ano, para os alunos que se destinam ao ensino (...), conferirá certificado de licenciado;

- Curso de Pesquisa, com duração de dois anos, para os alunos que se destinam à investigação;

- Curso de Estudos Brasileiros.

Os Cursos seriam oferecidos em regime semestral e possibilitariam graduação. O currículo proposto, além de outras, constava das seguintes matérias básicas: "Filologia Portuguesa (obrigatória), Literatura Brasileira, Geografia e História do Brasil para os três cursos, Política Exterior do Brasil, História da Cultura Brasileira, História da Arte no Brasil, Sociologia Brasileira, Antropologia Brasileira, Economia do Brasil e

Administração Brasileira"<sup>21</sup>. Os mesmos teriam duração de quatro semestres, em tempo integral, para o "pessoal docente e discente dos cursos regulares".

Pretendia-se com esses Cursos expandir as atividades da UFG, com vistas a extrapolar os seus cursos acadêmicos regulares, oferecendo desse modo alternativas de conhecimentos culturais para diferentes segmentos da sociedade goianiense. Consta que essa programação despertou muito interesse na época. É a publicação comemorativa dos 25 anos da instituição que assim informa: "convocada a vanguarda da inteligência regional para participar do empreendimento (...) registrou-se grande interesse". (22)

Entretanto, um dos primeiros alvos do Interventor D'Alvarez foram os professores e o diretor do CEB, afastados por ele de seus cargos através da aplicação das medidas constantes do AI-1, de cujas prerrogativas ele se utilizou para extinguir o órgão e encaminhar os alunos matriculados nos referidos cursos para os de Geografia e História, criados em caráter de emergência para esse fim e incluídos do currículo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, por meio de uma resolução do COU, conforme consta do documento intitulado "Planejamento para Três Anos -

---

(21) Refere-se ao currículo específico do Curso de Estudos Brasileiros. O documento não menciona as disciplinas específicas dos cursos de Didática e de Pesquisa.

(22) - UFG, 1985, op. cit., p.6.

65/67", já mencionado. (23)

O mesmo documento relata também que o *Jornal An Pedagog.*, da UFG, "infiltrado, por vezes, de ideologia comunista", foi suspenso e a administração superior já providenciara a sua substituição por outro órgão - *Revista da Universidade Federal de Goiás* - "de cunho científico e documentário". Também aqui houve afastamento das pessoas que se empenhavam no trabalho de edição do jornal, pois, segundo o documento acima citado, foi necessário um "remanejamento da equipe" por determinação da interventoria.

Do mesmo modo, a *Imprensa Universitária* e a *Rádio Universitária* foram atingidas e tiveram suas estruturas funcionais modificadas e redefinidos os conteúdos de suas publicações e informações.

Os inquéritos e sindicâncias realizados em diversos setores da UFG provocaram um clima de grande insegurança, inibindo muitas iniciativas ainda recentes, num período em que "ciclos de palestras, conferências, exposições nacionais e internacionais seguidamente realizadas evidenciavam a vitalidade da instituição que, sob lideranças criativas, buscavam seus próprios caminhos". (24) As pressões acabaram por esvaziar o ambiente universitário de todas essas experiências acadêmicas expressivas que moldavam o perfil da jovem instituição.

---

(23) - *Idem*, 1964, op. cit. p.19-22.

(24) - UFG, 1985, op. cit. p.6.

O regime militar, entretanto, cuidaria de preencher esses espaços, a seu modo, impondo uma política educacional desagregadora e alienante, como resultado da implantação da Reforma Universitária em 68.

### 3 - REESTRUTURAÇÕES ADVINDAS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA/68

Consta dos documentos consultados sobre o assunto que a Instituição não encontrou muitas dificuldades, do ponto de vista organizacional, de se adaptar às mudanças implantadas pela Lei no. 5.540/68 da reforma do ensino superior, por se encontrar ainda em fase de estruturação.

Embora a RU/68 ainda não estivesse efetivada em termos práticos e legais, seu ideário já se fazia refletir na linha administrativa e acadêmica adotada a partir de 64, em muitas universidades do País.

O interventor no governo estadual em Goiás veio a ser mais tarde um dos mentores da Reforma Universitária e autor do conhecido "Relatório Meira Matos", um dos documentos diretrizes da política educacional para o ensino superior. Os princípios e idéias que nortearam as propostas do mesmo têm sua origem nas "recomendações" do assessor técnico da USAID junto ao MEC, Rudolph Atcon, que também levou o nome de "Relatório Atcon".

Nele, foram apontadas várias falhas do sistema de ensino superior brasileiro e apresentadas as propostas da modernização das universidades do país<sup>25</sup>.

Fávero destaca os postulados considerados prioritários para uma reforma universitária no Continente, contidos no documento:

- Integração: neste item defende-se a criação de um Centro de Pesquisas para a América Latina - CEPAL - no setor educacional, ao lado do estabelecimento de uma assessoria técnica para as universidades latino-americanas, entre outras;
- Reforma administrativa e fiscal: entre outras recomendações, propõe, a transformação das universidades públicas em fundações privadas; centralização da administração universitária, criação de um arquivo central de pessoal, eliminação das influências dos estudantes na administração, desvinculação de todo pessoal universitário das normas regentes do funcionalismo; promoção da independência financeira

---

(25) Embora Fávero ressalte que esse relatório não tenha nascido de estudos sobre as instituições no Brasil, como o mesmo afirma ter visitado 12 delas para um diagnóstico. A verdade é que "os princípios e idéias contidas no Plano Atcon apareceram pela primeira vez em 1958, apresentado à Universidade de Princeton. Divulgado posteriormente em latim, alemão e castelhano, na década de 60. Em 1963, o relatório foi assumido pela USAID, como parte do projeto educacional para a América Latina. Maiores detalhes sobre o mesmo, em: FÁVERO, Maria de Lourdes - 'Da Universidade "modernizada" à universidade "disciplinada": Atcon e Meira Mattos; Educação e Sociedade, no.30, S.Paulo, Cortez, agosto/1988, p. 87 a 131.

e liberação de fiscalização das universidades; cobrança de matrículas crescentes por dez anos, até as universidades superarem seus problemas financeiros;

- Modernização: para superação da universidade tradicional, ele sugeria a eliminação da cátedra vitalícia, das faculdades e escolas a serem substituídas pelos centros de estudos básicos departamentalizados, os institutos centrais, a ampliação do número de professores e uma carreira específica do magistério, a criação do CRUB e uma secretaria geral em moldes empresariais <sup>26</sup>.

Algumas das recomendações do Plano Atcon foram incorporadas pelo documento elaborado pela comissão do Coronel Mattos, que propunha "medidas para disciplinar" as questões nos meios universitários. Destacamos aqui, entre outras, as que sugerem a nomeação dos reitores, vice-reitores e membros do CRUB pelo Presidente da República, o pagamento de anuidades nos estabelecimentos oficiais, a criação de órgãos oficiais representativos dos estudantes, através de "lideranças democráticas" a se "constituir numa alternativa ideológica para fazer frente ao problema da representação estudantil de esquerda" <sup>27</sup>. Daí o significado do MUDES, do Projeto Rondon,

---

(26) Maria de Lourdes FAVERO, *op. cit.*, p. 96 a 109.

(27) *Idem*, *ibidem*, p. 122.

outras medidas autoritárias contidas no projeto de universidade idealizado pelo Coronel Meira Mattos.

Em Goiás, como em outros estados brasileiros, a sua influência foi decisiva para implantação do arbítrio. Quanto à UFG, constata-se pelo seu "Plano de Ação 65/67", que é da sua inspiração, o convênio com a organização de saúde do Estado de Goiás (OSEGO): "partida a idéia do então Interventor Meira Mattos, interessamo-nos todos pela imediata instalação dessa unidade assistencial de emergência, o que se verificou já no início do ano". (28)

O serviço de pronto-socorro médico-hospitalar urgente instalado em duas enfermarias do Hospital da Faculdade de Medicina, em 10 de novembro de 1964, vinha preencher, naquele momento, duas funções políticas voltadas para os interesses do governo intervencionista em Goiás:

a) preencher a lacuna na área dos serviços de assistência à saúde deixada pela desativação dos serviços do SAMDU - Serviço de Assistência Médica e Dentária da União, criado por Getúlio Vargas e em vias de extinção pelo governo militar;

b) direcionar uma linha de atuação assistencialista na UFG, envolvendo professores e alunos universitários no

---

(28) - UFG/ "Planejamento para Três Anos, Goiânia, 1964, p.23. Vale salientar que o Coronel Meira Mattos, durante os governos da datadura militar, principalmente nos primeiros anos, exerceu um papel de "curinga" sempre requisitado em situações de impasse para o governo, como foi a intervenção em Goiás, a deposição do governador Mauro Borges e o comando das tropas militares que fecharam o Congresso Nacional em 1968, só para citar alguns desses fatos.

atendimento à população carente da Capital, convencendo assim uns e outros das boas intenções do governo e das vantagens que a "nova ordem" trazia para o povo goiano.

Outras providências de ajuda à Universidade de Goiás também foram tomadas pelo interventor: doação do prédio para funcionamento do Restaurante Universitário, concessão do novo canal de transmissão da Rádio da UFG, com novo nome, através de Decreto Presidencial de 16 de setembro de 1965, que autorizou o funcionamento do órgão. Além disso, foi transferido para a UFG o Instituto de Belas Artes pertencente ao Estado e regularizada a situação da Escola de Agronomia e Veterinária que encontrava dificuldades para aprovação dos seus cursos junto aos órgãos federais.

Concomitantemente à estruturação, implantação e dinamização de vários órgãos e atividades científicas, acadêmicas e culturais, a Instituição preocupava-se com a sua estrutura burocrático-funcional, voltada para o cumprimento da "ordem interna", como bem recomendava a orientação ideológica da ditadura militar que preparava os caminhos para implantação das reformas educacionais intencionadas pelo novo regime. Desse modo, cuidava-se da neutralização de possíveis resistências às mesmas.

Nos anos seguintes, após a RU/68, foram criados os Institutos, concentrando-se as áreas de estudo, os colegiados dos cursos - responsáveis pela coordenação didático-pedagógica de



cada curso, bem como dos órgãos da Administração: os Departamentos, as Unidades de Ensino e os Conselho Universitário - CDU, de Ensino e Pesquisa - CCEP e o de Curadores. Nesse período, a Instituição passou por um significativo processo de expansão, possível de ser evidenciado no "Plano de Ação 76/78" em que se revela o resultado das diversas incorporações, ampliações e criações das Unidades e atividades, distribuídas em duas áreas - básica e aplicada.

A primeira, chamada "Área I", engloba os cinco Institutos já então implantados, que ministram os cursos referentes aos conhecimentos básicos, tais como Matemática e Física, Ciências Humanas e Letras, Química, Biologia e Artes. A segunda, a "Área II", compreende os cursos relativos aos conhecimentos aplicados oferecidos pelas oito faculdades e escolas até então existentes: Agronomia, Educação, Direito, Veterinária, Farmácia, além do Instituto de Patologia Tropical - IPT.

Em consequência desse processo expansionista, seu campo de atuação já não poderia restringir-se apenas ao ensino, mas também à extensão universitária, desenvolvendo e ampliando experiências "extra-muros", a exemplo das Universidades do Rio de Janeiro com o Professor Wilson Choeri e do Rio Grande do Norte, além do Projeto Rondon e as DPEMA's.

Do ponto de vista político e acadêmico, pode-se

dizer que houve um retrocesso tal como se deu nas demais universidades do País, uma vez que silenciaram os debates, esvaziaram-se as conferências, inibiram-se as lideranças expressivas, soçobraram, enfim, muitas esperanças e projetos.

A partir de 68/69, a administração da UFG passou a englobar três níveis: o superior, o de unidade e o departamental. Essa reestruturação tem se consubstanciado em quatro documentos básicos, que norteiam as diretrizes para o seu funcionamento <sup>29</sup>.

#### 4 - A POLÍTICA EXPANSIONISTA E A FILOSOFIA DE EXTENSÃO VEICULADAS NA UFG

Uma das primeiras experiências de Extensão Universitária que consta nos planos diretores consultados - período de 65 a 85 - trata do curso criado para funcionar na Faculdade de Filosofia em substituição aos cursos do CEB. A extinção do mesmo em 65 deu-se como uma das consequências do AI-1.

---

(29) - UFG/Reitoria - "Plano de Ação 76/78" - correspondente ao reitorado do Prof. José Cruciano de Araújo (da Faculdade de Engenharia). Goiânia, 1976, p. 14-15. Esse plano, além de outras informações sobre a administração da UFG nesse período, apresenta dados contidos nos quatro documentos, que em síntese são os seguintes: 1) Plano de Reestruturação que dispõe sobre as estruturas básicas; 2) Estatuto, que encerra as definições básicas, dispondo sobre as normas legais de organização e funcionamento da Universidade; 3) Regimento Geral, que regula, a partir do Estatuto, todos os aspectos comuns da vida universitária, trazendo a ordenação funcional e estrutural das unidades no que elas têm de comum; 4) Os regimentos das unidades universitárias, que complementam o Regimento Geral, quanto às suas características próprias".

Segundo as autoridades responsáveis, "foi essa a fórmula encontrada, resguardando um ideal louvável e a situação de seus alunos e professores <sup>30</sup>. O significado da Extensão, nesse período, é evidenciado por duas linhas de atuação claramente definidas, nos seguintes termos:

- a) expansão física e acadêmica da Instituição;
- b) atuação filantrópica e assistencialista reconhecida como uma missão da Universidade <sup>31</sup>.

Com relação ao primeiro item, consta que o Plano faz referência à implantação e reestruturação de diversas unidades de ensino e pesquisa, como a construção do prédio e compra de equipamentos para as instalações do Instituto de Pesquisas e Industrialização Farmacêutica - IPIF, a ampliação do Conservatório de Música e a criação do Coral da Universidade, a criação do Departamento de Imprensa e Difusão, a construção do Conjunto ou Cidade Universitária, dos Auditórios Central e da Faculdade de Filosofia, do Teatro Universitário e da Concha Acústica.

Todas essas preocupações levam a supor que o significado da extensão se confundia com o de expandir os limites de atuação da instituição, como ficará evidente mais

---

(30) - O "Planejamento para Três Anos" assim se expressa, à pág. 20: "Substituindo, em termos o referido Centro, criamos naquela Faculdade o Curso de Extensão Universitária sobre Goiás, para funcionar já no próximo ano".

(31) - UFG/Plano de Extensão, letra F, item 6.41, p. 40, contido no "Planejamento para três anos - 65/67".

tarde, na implantação dos Campi e dos CRUTAC's, quando da institucionalização dessas atividades. Entretanto, a intenção de expandir, neste caso, ainda se circunscrevia aos limites da própria UFG ou, em outras palavras, estavam restritos aos seus limites físicos e acadêmicos, característica de uma instituição em fase de crescimento e amadurecimento, como era então a UFG. Tanto é assim que as Universidades mais antigas do País já partiam para as experiências fora de sua sede.

Quanto à segunda linha de atuação - filantrópica e assistencialista - nota-se na justificativa de criação do IPIF que sua função principal será "sua imediata produção medicamentosa, fonte de assistência social, ensino e pesquisa", que trazia implícito o objetivo de estender serviços à sociedade, dentro de uma visão claramente filantrópica, mas reconhecida como uma atividade atrelada à sua função acadêmica de produzir e transmitir conhecimentos.

Essa mesma linha de argumentação aparece em relação ao Hospital das Clínicas, ao Instituto de Patologia Tropical, voltados para a assistência à coletividade carente da Capital e à própria comunidade universitária. Quanto ao IPT, sempre se dedicou "ao estudo e à pesquisa de doenças tropicais, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão e prestando colaboração às áreas de administração pública, bem como aos colegiados profissionais do setor de saúde". (32)

demais atividades <sup>34</sup>.

Como se vê, as mudanças ocorridas na Instituição ocorreram em linhas paralelas aos paradigmas modernizantes contidos tanto no Plano Atcon como no Relatório Meira Mattos. Em seus pressupostos, ambos atribuem à universidade o papel de modeladora da sociedade, por meio da ação comunitária, e ao mesmo tempo vincula a educação ao desenvolvimento e à integração nacional.

Os campi avançados e os CRUTACs vêm reforçar as atividades extensionistas enquanto estratégias da segurança nacional e do desenvolvimento dentro da ordem. Paiva <sup>35</sup> lembra que "esta ideologia do progresso era acompanhada da pretensão de eliminar as causas do alto potencial subversivo dos estudantes", através de ações educativo-assistencialistas a serem realizadas e coordenadas por esses órgãos.

Nos anos setenta, não se implantaram novos campi, como ocorreu em várias instituições do País cujos cursos e atividades de extensão, seja em escolas isoladas seja nos Campi,

---

(34) UFG - Plano de Ação 74/76: relata ainda os meios pelos quais a UFG pretende desenvolvê-las: "cinema, conferências, cursos de férias, concertos musicais, simpósios, seminários, encontros, semanas de estudo e teatro". Entretanto, vale salientar que a principal atividade extensionista realizada, tanto no Campus como no CRUTAC, sempre foi o estágio supervisionado de estudantes universitários, principalmente nas áreas já mencionadas.

(35) - Vanilda P. PAIVA, op. cit., p. 5.

frente de trabalho: o CRUTAC de Firminópolis, criado em 30 de abril de 1973 e instalado inicialmente na cidade goiana de Nerópolis (a poucos quilômetros de Goiânia) e mais tarde transferido para o município de Firminópolis (GO), "onde vem desenvolvendo atividades nos setores de saúde, educação e reorganização administrativa", conforme consta do "Plano de Ação 74/76".

Esse plano, além de fazer referências às atividades do Campus e do CRUTAC, delinea conceituações sobre a Extensão: "Toda atividade educativa, e em particular aquela vinculada à extensão universitária, concretiza-se dentro de um contexto social e cultural do qual se nutre e concomitantemente contribui para o seu desenvolvimento".

Esclarece ainda o referido Plano a posição da UFC frente à política educacional adotada naquele período:

A Universidade Federal de Goiás, coerente com as metas traçadas pelo Governo para o setor de educação e ciência (...) da participação da Universidade no esforço desenvolvimentista comunitário que se realiza através das atividades de extensão, de forma global e coordenada com as

Segundo o informativo denominado Macambira, esse foi o 13º campus instalado no País e teve como objetivo principal "integrar-se com uma comunidade, aprendendo com ela seus usos e costumes" e ao mesmo tempo contribuindo para a formação técnica e humanística de alunos e professores que desenvolvem tais atividades conforme orientação filosófica do Projeto Rondon.<sup>(33)</sup> O município de Picos pertence à Microregião 51, que engloba 18 municípios, todos sob a área de influência do referido Campus, cujas atividades eram desenvolvidas em conjunto com a Universidade Católica de Goiás (UCG) e o Projeto Rondon. Os três órgãos atuavam nas seguintes áreas:

a) de saúde: curso para parteiras leigas, curso de atendente hospitalar, além de exames de laboratório parasitológico e hemograma de gestantes;

b) técnica: cursos de horticultura, de organização de arquivos para a prefeitura local;

c) de humanas: curso de língua portuguesa e a confecção do jornal pelos estagiários de jornalismo, além de educação com assessoria à rede de ensino público de I e II graus.

No ano seguinte, a menos de um ano da implantação do referido campus, a UFG assumia em termos de extensão outra

---

(33) - UFG/Rondon - Campus Avançado de Picos - Macambira - Ano I, no 1:2 - Picos, 18.02.75. Trata-se de um informativo elaborado por estagiários de jornalismo (rondonistas) com o objetivo de divulgar os acontecimentos ocorridos na comunidade picoinense.

Nesse sentido, pois, a expansão teria um caráter mais amplo para a UFG, enquanto instituição ligada a uma política nacional, na qual o modelo extensionista passa a constituir-se em uma das estratégias para expandir e consolidar a nova estrutura que emergirá com a implantação das reformas educacionais. Uma concepção mais clara, no entanto, só veio a partir da Lei 5.540/68, que introduziu oficial e compulsoriamente a extensão como uma das funções inerentes à Universidade, definida como uma necessidade para sua sobrevivência enquanto instituição social; seria essa necessidade, embora exterior a ela, que lhe daria sentido e significado diante das inúmeras carências e demandas sociais.

Ao instalar o seu primeiro Campus Avançado, a UFG optou por uma experiência arrojada e foi além das fronteiras de Goiás, decidindo-se por uma das regiões mais carentes do País - o Nordeste - também um dos pólos de extensão escolhidos pela política de desenvolvimento do Governo Federal para atuação do Projeto Rondon. Impulsionados pelo idealismo, professores e universitários goianos abraçaram o desafio e, em 22 de setembro de 1972, instalou-se oficialmente o Campus Avançado de Picos, no Estado do Piauí, através de um convênio entre a UFG, a Prefeitura Municipal e o Projeto Rondon, firmado pelo prazo de seis anos.



proliferaram. Isso ocorreu em função das necessidades de expansão da UFG naquele momento voltadas para a criação e implantação de novos cursos, já que existiam apenas 3 ou 4 Instituições ministrando cursos de ensino superior em todo o Estado, insuficientes portanto para satisfazer a crescente demanda por novos cursos e pela ampliação de vagas naqueles já existentes.

Como a única instituição de caráter público e de nível federal em Goiás, a UFG liderou juntamente com a Universidade Católica de Goiás (UCG), tanto a implantação desses cursos como a dinamização das atividades extensionistas. Evidencia-se no "Plano Geral de Ação 76/78" uma preocupação em consolidar institucionalmente a política de Extensão através de normas, resoluções e até da criação de órgãos para sistematizar e coordenar suas atividades. Conforme esclarece o referido Plano, essas atividades até 1977 ficavam ao encargo da Assessoria de Extensão que realizava seminários, conferências, concertos, exposições etc., em convênio com diferentes órgãos que viabilizavam vários programas e projetos <sup>36</sup>.

---

(36) - UFG/Plano de Ação Geral 76/78 - Consta os seguintes órgãos: GTU - Grupo Tarefa Universitária - encarregado da sistematização e do acompanhamento das mudanças surgidas com a Reforma no Ensino Superior e a ser efetivada no interior dos diversos órgãos da UFG; PREMEN - Programa de Expansão e Melhoramento do Ensino - coordenado pela Faculdade de Educação, através de quatro modalidades de cursos de licenciatura curta e complementação pedagógica, ministrados tanto no interior como na Capital do Estado para profissionais do Ensino de I e II graus das redes estadual e municipal; MUEDES - Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social - atuando junto a Assessoria de Planejamento e Coordenação e com o "curso de acadêmicos de jornalismo"; OPEMA - Operação Mauá - através da participação em serviços de intercâmbio interestadual; IEL - Instituto Euvaldo Lodi - através da participação no treinamento em serviço, da mão-de-obra em formação; OIC - Operação de Integração Comunitária - "com objetivos e metas semelhantes aos buscados pelo CRUTAC de Firminópolis; FUNAI - Fundação Nacional do Índio - realizada por meio de prestação de assistência médica aos silvícolas do Estado, através da atuação de discentes e docentes da Faculdade de Medicina.

Além disso, existiam o CRUTAC e o Campus de Picos, que também desenvolviam programas dessa natureza. Embora nesse período não tenha sido possível realizar a política de interiorização na Universidade através da implantação dos Campi, buscou-se, por outro lado, veicular e difundir os princípios filosóficos e normativos expressos em publicações e programas que cristalizassem para a comunidade universitária a importância e a necessidade da sua "tríplice função".

Nesse sentido, o último triênio da década de setenta é ilustrativo, pois foi nessa fase (77/79) que foram criados órgãos como: a Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, a Coordenadoria de Extensão em cada Unidade de Ensino, o Informativo *Quadrilátero*, entre outros.

A Resolução no 118, de 10 de maio de 1977, baixada pelo então Reitor e que traçava as diretrizes extensionistas para o período considerado, definia já em seu primeiro capítulo a Extensão como "um subsistema universitário baseado na programação departamental, destinado a integrar os demais subsistemas - ensino e pesquisa - e atuar em função dele como um dos fatores de aceleração do progresso da Sociedade, funcionando como mecanismo de permanente renovação de método e de conteúdo de ensino, através do processo de retro-alimentação gerado pela integração universidade-sociedade". (37)

---

(37) - UFG/PROEX - Resolução no 118, de 10.05.77: 'Fixa a Política de Extensão Universitária e dá outras providências'. In: Extensão Universitária: Coletânea de Normas. Imprensa da UFG, 1980, Goiânia (GO), p.49-51.

A Resolução previa também a "implantação de um órgão supervisor e coordenador das atividades de extensão de acordo com as normas vigentes".<sup>(38)</sup> De fato, a criação da Pró-Reitoria de Extensão PROEX em 1979, juntamente com as demais Pró-Reitorias da UFG foi uma resposta a essa política de consolidação da atividade extensionista. Nesse processo de sistematização de suas atividades e atribuições é que a PROEX institui, o coordenador de extensão nas unidades de ensino, com a finalidade de "promover o relacionamento interdepartamental, visando à elaboração e execução de planos e projetos de extensão, de maneira integrada, evitando duplicidade de meios e recursos, e promovendo a compatibilização dos programas de trabalho"<sup>(39)</sup> Tratava-se de uma experiência a ser testada pelo prazo de dois anos, conforme consta da Resolução no 133, de junho de 1979.

Poucos meses depois, em dezembro/79, a PROEX teve também o seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa - CCEP, através da Resolução no 144, de 19.12.79<sup>40</sup>.

A PROEX passa então por uma fase de definição do seu papel e do seu campo de atuação, não apenas do ponto de vista organizacional e burocrático, mas também no que se refere ao seu

---

(38) - UFG, 1980, cap. III, art. 60, parágrafo 1o, p.51.

(39) - UFG/PROEX - 1980, op. cit., p. 67-68. Consta aí os termos da Resolução no 133, de 22.06.79.

(40) - UFG/PROEX - Crucilara, Goiânia, anexo I, no 1, maio de 1979, Editorial. Que assim define a finalidade do órgão: Art. 1o.: "A Pró-Reitoria de Extensão é o órgão no qual compete superintender e coordenar as atividades de Extensão desempenhadas no âmbito dos Departamentos Didáticos, das Unidades e da Universidade em geral". A criação de cursos de terceiro grau nos campi, como resultado do "Programa de Interiorização", também consta do presente artigo do mesmo Regimento.

aspecto filosófico e conceitual. O informativo Grupiara, órgão difusor dos princípios e das atividades extensionistas, em maio de '79, noticiava e também justificava o surgimento da referida Pró-Reitoria: "a PROEX é um órgão novo criado pela UFG que julgou necessário à vida dessa grande comunidade".

Também o nome do Informativo está relacionado ao próprio conceito de Extensão assumido pela Instituição. É editorial do Grupiara que assim esclarece o seu significado e sua finalidade: "'Grupiara' é o terreno próprio para lavra de ouro e diamantes, de acordo com a linguagem Tupi. Daí que os idealizadores dessa designação consideraram que o ouro e o diamante representariam o Ensino e a Pesquisa, "preciosidades a serem lavradas na bateia da Extensão".<sup>(41)</sup> Desse modo, a Extensão seria o instrumento ou o meio através do qual a Universidade realizaria descobertas no contato com a matéria bruta e inexplorada, latente nas comunidades interioranas, que dariam significado aos nossos conhecimentos transmitidos e divulgados nos meios universitários.

Nessa perspectiva, a Extensão é encarada como estratégia desenvolvimentista que parte do pressuposto de que as comunidades abordadas são atrasadas e subdesenvolvidas e a Universidade, como **locus** do saber e da cultura, tem então um papel destacado na tarefa de promover mudanças de atitude e de

---

(41) - Idem - Grupiara, Goiânia, ano I, no 1, maio de 1979, Editorial.

mentalidade dessas comunidades por meio de seus cursos e serviços.

Entretanto, muitas eram as resistências ao trabalho de extensão dentro das universidades e dos departamentos das IES. Se no período anterior à 68 ela era olhada com reservas nos meios acadêmicos, por ser considerada atividade vinculada aos segmentos esquerdistas, já agora era vista com menosprezo, conforme salienta a técnica chilena M. M. Valenuza por se tratar de uma medida arbitrariamente introduzida nos meios universitários para conter manifestações contestatórias. Conforme já se comentou anteriormente no Capítulo I, elas visavam não só neutralizar as atividades estudantis como também moldar a universidade brasileira aos paradigmas norte-americanos, através de organismos como o *Peace Corps*, o USAID, de um lado, e os Serviços de Desenvolvimento e a Multiversidade de inspiração inglesa, de outro.

Constata-se pelo conteúdo das publicações oficiais divulgadas pela PROEX da UFG, que a inspiração ideológica das mesmas correspondia aos princípios apregoados por esses organismos internacionais. Para tanto, o documento publicado no final de 1979, intitulado "Sobre a Filosofia da Extensão Universitária e seus Campos de Ação na UFG" é ilustrativo. Nele, pretende-se esclarecer o conceito da referida atividade, sua doutrina teórica, ao mesmo tempo em que "procura estudar a

operacionalização do seu conceito na praxis universitária". (42) Seu principal objetivo é definir e divulgar a política extensionista, sua filosofia e seu projeto, conforme explica a introdução do documento. Em sua primeira parte, são abordados os aspectos legais fundamentados nos artigos 20 e 40, relativos à Extensão e constantes no dispositivo que reformulou o ensino superior - Lei no 5.540/68 - da qual falou-se anteriormente.

O conceito de Universidade, sua relação e seu compromisso com a comunidade são assim expressos: "A Universidade deve ser concebida como uma entidade aberta para o mundo e sobre o mundo. (...) Trata-se de uma natureza relacional. (...) A Universidade é um ser - para a comunidade humana. (...) Ela existe por causa da Comunidade. (...) O compromisso da Instituição Universitária com a comunidade é a de sua constante busca de não se distanciar dos pontos de partida de seus conhecimentos.

1) Para a Universidade: representa o ato de levar até a comunidade o resultado de seus estudos e fornece subsídios para a reformulação curricular dos cursos oferecidos pela instituição, bem como realimenta a pesquisa.

---

(42) - UFG/PROEX - A Extensão Universitária: Sobre a Filosofia da Extensão Universitária e seus Campos de Ação. Ed. da UFG, 1979, Goiânia (GO). A referida publicação leva a assinatura da Pró-Reitora de Extensão Profa Maria do Rosário Cassimiro, em co-autoria com o Prof. Oliveira Leite Gonçalves, seu assessor naquela época. Essa publicação servirá de referencial para evidenciarmos a relação entre os organismos da política colonialista para o 3o mundo e a política educacional adotada nas universidades brasileiras após 68. A UFG, como as demais, buscou viabilizar essa política por ser ela oficial.

2) Para a comunidade: possibilita o intercâmbio de experiências promovendo o desenvolvimento técnico e cultural; b) a Extensão converte em ambiente universitário qualquer lugar onde houver um aluno orientado por um mestre;

3) Para o professor, significa: "captar do mundo circundante os elementos de reflexão que são elaborados pelo raciocínio e a seguir são projetados sobre o próprio mundo os frutos deste trabalho intelectual, em qualquer disciplina"; e proporciona **feed-back** para os seus programas e o respeito dos seus ensinamentos;

Além do mais, a idéia de Multiversidade (do professor inglês Alec Dickson, já mencionado) que introduziu os estágios ou o "estudo-em-serviço" também são assimilados pelos ideais extensionistas. Na UFG, os mesmos realizavam-se através das atividades nos campi, CRUTAC e por meio dos já mencionados convênios - IEL, DIC e outros estágios e serviços cujos objetivos sempre foram voltados tanto para o treinamento dos estudantes através da prestação de serviços e assistência às populações carentes como também integrando essas mesmas comunidades no processo de desenvolvimento.

Essas atividades partem do pressuposto de que essas comunidades precisam sair do atraso e de que uma mudança de atitudes e mentalidade poderá ocorrer através da intervenção

colonialista de comunidades desenvolvidas, principalmente universitárias, sempre receptivas aos acenos de mudança social e aos apelos patrióticos.

Nesse sentido é que vale lembrar os princípios da "função assistencial e desenvolvimentista" desses programas internacionais - quais sejam, o da integração nacional e o da vinculação entre Universidade-Comunidade, que se propunham a contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento através da "interiorização da mão-de-obra", do estímulo ao surgimento de "lideranças comunitárias" engajadas na formação de uma "consciência nacional", dentre os objetivos mais enfatizados.

"A integração apresenta-se como condição para a realização de certas metas compartilhadas, bem como para evitar choques e controlar conflitos<sup>(43)</sup> Implicitamente, o termo quer supor uma universidade próxima da comunidade local e/ou regional, que além disso, possa exercer o "papel social de controladora dos conflitos sociais e mazelas da população abordada via prestação de serviços. Engloba vários níveis da realidade social: o comunitário, o regional e o nacional e é empregada nos discursos e documentos oficiais sob as conotações econômica, social e cultural<sup>(44)</sup>

---

(43) - José FAGUNDES, Universidade e Compromisso Social: extensão, limites e perspectivas, Campinas, Ed. da UNICAMP, série Teses, 1986, p.137.

(44) - José FAGUNDES, Universidade e Compromisso Social: extensão, limites e perspectivas, Campinas, Ed. da UNICAMP, série Teses, 1986, p.137.



Esse tripé em que foi assentada a nova universidade traz embutido os pressupostos da sua Terceira Função - A Extensão Universitária concebida como uma das estratégias para a democratização e integração nacional/regional. São concepções possíveis de serem identificadas no linguajar dos documentos oficiais divulgados por órgãos como o CRUB, o MEC, a ESB e a UFG. Enfatizam a "projeção da Universidade ao seu meio circundante" por meio de um processo encadeado de troca de serviços, *know-how* e integração, que levariam a Universidade a participar do desenvolvimento nacional.

Da mesma forma o *Peace Corpus* - o Ponto 10 da Aliança para o Progresso, caracterizou-se pela mobilização de estudantes norte-americanos na década de 60 com a finalidade de neutralizar protestos estudantis e envolver os universitários nos "problemas da sociedade". Porém, numa abordagem assistencialista voltada para uma perspectiva que interessava ao governo, ou seja, ao mesmo tempo em que mantinha os estudantes ocupados, utilizava-os para desenvolver uma política de protecionismo e colonialismo cultural nos países subdesenvolvidos, entre eles os latino-americanos como o Brasil, que também assimilou e difundiu essa política, a exemplo de programas e projetos como as OPEMA's, PR, CRUTAC's e outros.

Na UFG, como nas demais Universidades brasileiras, o processo foi o mesmo. Na publicação já mencionada sobre a filosofia da extensão - PROEX, essa vinculação ou integração

Universidade-comunidade é proposta para se realizar de dois modos:

a) a nível da comunidade física e mais próxima da sede, ou seja, em torno da qual a Universidade se localiza e que se justifica em última instância a sua própria existência e sua sobrevivência;

b) numa outra dimensão, está a comunidade carente, afastada da sede, ou seja, as extensões dos seus limites físicos. Estes, concretizados por meio dos Campi Avançados, alguns deles construídos e mantidos com ajuda financeira da Fundação Projeto Rondon, a cujos objetivos e orientações ideológicas também já se referiu anteriormente. O Campus de Picos, no Piauí, e sob a responsabilidade da UFG e do Projeto Rondon, é um exemplo, assim como o CRUTAC de Firminópolis, que se estendeu posteriormente também ao município de São Luiz de Montes Belos.

A nível da chamada comunidade física, a UFG buscou a realização de projetos como o "Itatiaia", com vistas a atender às populações carentes da vila que leva o mesmo nome, e onde se situa a sede do Campus II através da atuação de acadêmicos de Medicina, Enfermagem e professores do Colégio de Aplicação da Faculdade de Educação, que realizavam diagnósticos e prestavam assistência na área de saúde à referida comunidade. Implantou-se também em 1985, o Projeto CUIA - Centro Universitário de Integração de Artes, na cidade de Goiás, voltado para a promoção e incentivo de atividades artísticas e culturais coordenadas

principalmente pelo Instituto de Artes.

Além disso, a PROEX financiou vários projetos de estágios em diferentes áreas e cursos, atuando em escolas da rede oficial de ensino, tanto no interior do Estado como na Capital, além de Seminários, jornadas, conferências e cursos nas unidades de ensino. A nível das comunidades afastadas, a atuação se realizou basicamente nos campi e no CRUTAC, numa tentativa de operacionalizar o que seja essa terceira função. Conclui o documento que ela consiste no ato da "Universidade-Mater tomar sob sua responsabilidade a região carente para sobre ela canalizar os resultados de sua atividade em todos os sentidos que forem necessários à comunidade e possíveis à Universidade"<sup>(45)</sup>.

Desse modo, a Instituição buscou, através de publicações oficiais - Grupos, relatórios, folhetos, projetos e programas etc., delimitar os contornos da atuação extensionista e cristalizar o conceito dessa nova função, assim como convencer docentes e discentes de sua importância e necessidade. Covey considera que o processo de burocratização e a expansão do ensino superior se dão de forma orgânica, tanto através da veiculação de ideologias burgueso-liberais como sob o comando do imperialismo cultural efetivado pelo acordo MEC/USAID, que norteou o sentido da Reforma Universitária-68 e, da própria universidade, assentada

---

(45) - UFG/PROEX, op. cit., p. 23.

em três objetivos primordiais: a Universidade para a segurança nacional, para o vínculo com a comunidade e adequada às necessidades nacionais de desenvolvimento.

Entende ainda a referida autora que o intencional silenciamento de estudantes e professores patrocinado pelos órgãos de Segurança Nacional não se restringia apenas à finalidade de evitar conflitos mas também de atender aos interesses do capital internacional. Ao mesmo tempo, a participação da comunidade, aqui representada pelo patronato na visão da USAID, respondia pela formação de uma mão-de-obra adequada aos interesses do grande empregador, ou seja, a ideologia da racionalidade e da eficácia no preparo de recursos humanos em grande escala e pouco pensante; convinha, tanto aos interesses do capital monopolista, como se adequava às necessidades da política educacional brasileira de atender a demanda por mais vagas nas universidades. Essas medidas contribuíam tanto para a ampliação do "exército de reserva" tão ao gosto do grande monopólio empregador como para apaziguar a movimentação social em torno da demanda por mais vagas nas universidades (46).

Concomitantemente, no final dos anos 70 registra-se o surgimento de intensa mobilização dos docentes, apesar do esfacelamento do movimento estudantil e das próprias

---

(46) Maria de Lourdes M. COVRE, A formação e a ideologia do administrador de empresas, Petrópolis, Vozes, 1982, pp.75/76.

universidades. Várias associações de docentes vinham sendo fundadas e se estruturam aos poucos, mas os debates e as manifestações de repúdio à destruição da universidade tomam corpo. Questionam-se a falta de autonomia das IES, as medidas arbitrárias e autoritárias da política nacional, a negligência com as verbas para a educação e, principalmente, as manipulações do governo para se retrair em seu dever social para com a educação e os desastrosos efeitos da Reforma Universitária.

Intensificaram-se as críticas e debates principalmente quando o movimento docente do ensino superior toma impulso em todo o País, atingindo seu ponto culminante com a realização das Conferências Brasileiras de Educação (CBE's), patrocinadas pela ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior e por outras entidades congêneres. Engajadas então na defesa pela educação pública em todos os níveis e na denúncia dos efeitos das reformas de ensino implantadas pelos governos da ditadura militar que provocaram a decadência e aprofundaram os desequilíbrios do sistema educacional brasileiro, essas entidades realizam encontros nacionais, greves, passeatas e outras manifestações de protesto e reivindicação, principalmente no início da década de 80. Um documento divulgado pela ANDES avalia, em 1982, o quadro do ensino realizado nas IES após 68:

"Na história recente do ensino superior no Brasil, sobretudo a partir da implementação da reforma universitária imposta com a Lei 5.540 de 1968

(...), três aspectos caracterizam o quadro da educação de terceiro grau:

- a progressiva aceleração do processo de privatização e empresariamento do ensino;
- a crescente desobrigação do Estado com o financiamento das Universidades;
- a omissão do poder público com efetivas condições de ensino e pesquisa na produção acadêmica".

Prossegue o documento, denunciando a negligência do Governo com a Educação Superior demonstrada pelos seguintes dados: "O ensino público superior, que em 1962 constituía 59,6% da número de matrículas, caiu para 27,0% em 1977, demonstrando claramente a dimensão da expansão educacional no setor privado" (47). Essas distorções têm como causas principais tanto a política de restrição financeira para o ensino de 3o grau público por parte da União, que a cada dia destina-lhe menos recursos, como a permissividade na liberação de abertura de novos cursos superiores em instituições particulares nas últimas décadas.

Nessa época, assiste-se ao declínio da ditadura militar e o governo já anuncia a distensão política, a diminuição

---

(47) - ANDES - "Universidade: seu papel e a crítica à situação atual", 1982, p.23-24. Entregue ao Sr. Ministro da Educação em audiência do dia 07.05.82, que foi mimeografado e divulgado em todas as IES, através das ADs (Associação de Docentes).

da repressão ideológica e da censura nos meios de comunicação. Entretanto, o General Geisel governou com pulsos firmes e implementou medidas duras tanto nas diretrizes econômicas como nas políticas, chegando mesmo a fechar o Congresso Nacional para adotar as medidas legais que o governo julgava necessárias. Essas medidas terminaram por desencadear uma série de greves e protestos públicos que após um período de obscurantismo voltavam às ruas, protestando e reivindicando. Entretanto, não se pode dizer que o País estivesse vivendo a democracia, ou pensando em eleições presidenciais pela via direta. Esse era apenas o prenúncio de uma distensão política "lenta, gradual e segura", como propalava a mídia que sustentou o regime durante anos.

Foi assim que, num contexto de acirrados debates nacionais e na UFC em torno da pauperização do ensino superior e da qualidade dos seus cursos, foram implantados nos anos 80 mais três campi avançados: o Campus de Porto Nacional, no Norte do Estado (hoje, Estado do Tocantins) e, em dezembro do mesmo ano, foi a vez da cidade de Jataí, cuja prefeitura municipal construiu o prédio para as instalações do mesmo.

Os estudos exploratórios para a implantação de ambos já vinham sendo realizados há alguns anos, bem como dos Campi de Araguaína, no extremo Norte, próxima à região denominada "Bico do Papagaio" e o de Catalão, no Sudeste do Estado.

## CAPÍTULO III

### ASPECTOS HISTÓRICOS DA CIDADE DE CATALÃO

#### 1. SURGIMENTO.

Situada numa das regiões mais prósperas do Centro-Sul do Estado de Goiás e localizada em sua divisa com o chamado "Triângulo Mineiro" (1), desde os séculos XVII e XVIII, quando da penetração dos bandeirantes pelos sertões brasileiros em busca das riquezas de seu solo - ouro, pedras preciosas e mais tarde dos minérios - que a região se tornou ponto estratégico para o estabelecimento de vínculos econômicos e culturais entre os centros mais desenvolvidos - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, etc. - e a região central do País. A região constituiu-se, pois, durante muito tempo, em porta de entrada para as terras dos Goyazes e para o desbravamento do chamado planalto central brasileiro. Foi em busca das riquezas que diziam nele existir que teve início o povoamento da região.

---

(1) Como se sabe, Triângulo Mineiro é a denominação corrente para nomear a região do Estado de Minas Gerais onde se localizam as cidades de Uberaba, Uberlândia e Araguari, que aliás pertenciam à Capitania de Goyaz. Essa expressão, Triângulo Mineiro, será várias vezes utilizada nesta parte do trabalho.



Um dos atestados dessas incursões bandeirísticas pela região, nas datas mencionadas pelos autores aqui citados, é a inscrição - 1722 - burilada na majestosa cruz de arceira (2) fincada naquelas paragens. Tratava-se de um costume dos bandeirantes ter como marco de suas passagens uma cruz de madeira fincada geralmente às margens dos rios, ponto preferido por eles para reabastecimento e descanso dos homens e animais da tropa. Essa tradição se explica pela presença de religiosos nas comitivas, para ampliar o patrimônio de suas congregações e difundir a fé católica, simbolizada pelas grandes cruzes ainda hoje tradicionais na porteira das fazendas da região.

Entre os capelães da comitiva, estava o Frei Antônio da Conceição, segundo alguns, o historiador da bandeira. Fazia-se acompanhar por um criado e um sobrinho vindo da Catalunha, de onde também o Frei era originário. Consta dos registros históricos sobre o surgimento da cidade que o "Frei Catalão" deixou-se ficar para estabelecer uma fazenda às margens do Córrego do Almoço. Supõem alguns que isso se deu porque Bartolomeu Filho, preocupado com a escassez de provisões de gêneros alimentícios da comitiva, determinou que parte da bandeira permanecesse no local, plantando roças, tanto para o restabelecimento da tropa quando do seu regresso, como também para demarcação de posse e/ou ponto de paragem para futuras incursões pela região. Consideram outros que o Catalão, encantado com a beleza da paisagem, dispôs-se a

---

(2) - Maria das Dores CAMPOS, *Estudo histórico e geográfico de Catalão*, 11 ed. (da autora), Goiânia, 1976, p. 32. Cornélio RAMOS, op. cit., p.20 e 21, revela também que essa localidade atualmente fica bem próxima da "Fazenda dos Casados", ao lado do ribeirão do Ouvidor. Ambos autores apresentam documentos que comprovam a transferência da referida cruz para a cidade de Goiás, em 1916, então capital do Estado. No local, a Academia Catalana de Letras levantou um marco em 1976, para esse dado histórico.

ficar, para estabelecer uma fazenda e catequizar os índios Goyazes. E ali ficou com mais três companheiros.

O lugar transformou-se em passagem obrigatória para aventureiros e viajantes que transitaram pela região nos últimos dois séculos. Em 1798, Goiás desmembrou-se da Capitania de São Paulo. Por um período de aproximadamente cem anos, que abrange esta data, ou seja, do efetivo início do povoado até abril de 1833, data em que foi elevado à Vila, o arraial permaneceu apenas como fazenda do espanhol Catalão (3) ou simplesmente "pouso dos bandeirantes", como também era conhecida aquela localidade.

A instalação oficial da Vila deu-se aproximadamente um ano depois (12.02.1834), mas sua emancipação política daí para frente foi rápida. Em maio de 1837, portanto três anos depois, instala-se na Vila de Catalão o seu Colégio Eleitoral. Como cabeça de Distrito, Catalão pôde a partir dessa data realizar suas próprias eleições, na sede da Vila, "evitando que seus eleitores fossem a cavalo até Santa Cruz para lá votarem" (4). Abrangendo as comarcas de Corumbá e Ipanerri, surge a Comarca do Rio Paranaíba, em 1850. Pela Resolução Provincial nº 7, de 20 de agosto de 1859, a vila adquiriu a condição de cidade, sendo esta a data comemorativa do aniversário de Catalão. Quando da última Divisão Administrativa realizada em 1911, figurava nela os distritos de Catalão e Santo Antônio do Rio Verde e sua juris-

---

(3) Embora quem nasce na Catalunha não seja propriamente espanhol, a tradição regional assim o designou.

(4) Maria das Dores CAMPOS, - Estudo Histórico e Geográfico de Catalão. Goiânia, ed. do autor, 1976, 164 págs., p. 39.

dição passa a abranger as comarcas de Divinópolis, Ouvidor e Três Ranchos, atualmente categorizados como de 3ª entrância. (5)

## 2. ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DA REGIÃO E DO MUNICÍPIO.

As transformações econômicas da região Centro-Sul no começo do século foram desencadeadas pela conjuntura internacional e pelos episódios posteriores à I Guerra Mundial (1914). Esses fatores permitiram não só a ampliação das exportações de produtos primários, como arroz, feijão e charque, preponderante da produção agrícola da região, como também a expansão da produção cafeeira e o início do processo de industrialização e do comércio com outros estados.

Essas alterações no modelo econômico de tipo exportador, exigiram a incorporação de novas regiões na economia e no processo de desenvolvimento como um todo (6). Neste sentido, a construção da Estrada de Ferro, no início deste século (por volta de 1890 a 1920), possibilitou o povoamento e a integração regional. Teve, portanto, papel fundamental no avanço das relações capitalistas na estrutura econômica, social e cultural da região.

---

(5) UFG/Pró-Ex - "Projeto Integração da Universidade no processo de desenvolvimento de Catalão e municípios circunvizinhos", s/d e s/p. Constante do Projeto de Interiorização da UFG, a ser executado pela então Pró-Ex.

(6) Barsanufio Gomides BORGES, *O Despertar dos Dormentes*, Centro Gráfico da UFG, 1990, Goiânia, Coleção Documentos Goianos nº 19, p.13. Baseia-se nesta obra as informações aqui apresentadas sobre a Estrada de Ferro e suas influências na região Centro-Sul e Sudeste.

Prevalecia então no Brasil, o modelo econômico de tipo exportador, que tinha no Café seu principal produto. Esse modelo propiciou o surgimento de uma composição de forças políticas característica desse período que ficou conhecido como "política do café com leite", por ser sustentada pelas oligarquias cafeeiras de São Paulo e pelas de Minas Gerais (produtoras de leite e seus derivados). Apoiadas pela Presidência da República, essas elites oligárquicas revessavam-se no poder através da fraude eleitoral e de constantes estados de sítio para reprimir as rebeliões populares e a oposição ao governo.

"A Estrada de Ferro de Goiás, implantada como resultado das mudanças decorrentes de expansão das fronteiras econômicas rumo ao Centro-Oeste, tornou-se o principal instrumento utilizado na transformação das antigas estruturas regionais. A modernização, estimulada pela via férrea, atingiu todos os níveis da realidade social" (7).

A primeira etapa da implantação da linha férrea integrando o Centro-Oeste, compreende o período que vai de 1909, quando se iniciam os trabalhos de sua construção, até 1922, ano em que são paralisados os trabalhos na Estação do Roncador, em Goiás, próximo à cidade de Pires do Rio, a cerca de cem km de Catalão, que inicialmente deveria ser o ponto de entroncamento das linhas.

Embora desde 1880 já existisse um projeto que concedia

---

(7) Barsanufio Gomides BORGES, op. cit., p. 13.

à Companhia Alto do Tocantins o direito de executar o traçado de uma linha que começava na cidade de Catalão (sudeste goiano), indo até a cidade de Palmas, no norte (atualmente no Estado do Tocantins), somente na década de 40 (1940) esse traçado foi parcialmente concluído, com numerosas alterações e outras tantas paralisações, seja pela falta de verbas oficiais, seja por problemas com a companhia, mas principalmente pelas constantes interferências das oligarquias mineiras e suas inúmeras disputas com as dos grupos goianos (8).

Por esse traçado, além de colocar quase todo o Estado de Goiás em contato com importantes centros urbanos do País, como São Paulo, Rio de Janeiro, etc., também a cidade de Catalão seria transformada em ponto de entroncamento do sistema ferroviário, retirando do Triângulo Mineiro a hegemonia sobre a comercialização e exportação dos produtos da região.

Entretanto, o referido projeto, embora atendesse a importantes interesses econômicos do país como um todo, nunca pôde ser utilizado. Uma vez que feria os interesses políticos de grupos mineiros, o traçado da Estrada de Ferro de Goiás foi por duas vezes alterado. Tanto o primeiro projeto, como os que surgiram depois, foram várias vezes barrados e alterados por pressões dessas forças políticas, mais preocupadas com interesses regionais e pessoais, em muito prejudicando a integração econômica e social do Estado de Goiás no processo de desenvolvimento que ocorria em outros estados e regiões do País.

---

(8) Barsanufu Gomides BORGES, op. cit., p. 59, sobre o Decreto nº 862, de 16 de outubro de 1880.

As oligarquias goianas, em princípio, não dispensaram os esforços e o empenho que o assunto merecia, uma vez que a Estrada de Ferro representava o progresso e a modernização. Esses grupos sempre comprometidos com o atraso social e cultural olhavam com reservas as possíveis mudanças na estrutura de poder, baseada no mando local, predominante na política coronelista e característica do modelo brasileiro predominante nesse período.

Apesar disso, à medida em que os mineiros se sentiam fortalecidos pela "política do café com leite" inaugurada pelo Presidente Campos Sales, os goianos começaram a protestar contra a predominância dos interesses mineiros sobre os seus próprios.

No entanto, o maior empenho veio das novas oligarquias goianas emergentes na primeira década do século, de 1910 a 1920 mais ou menos. Essas oligarquias, embora comprometidas com a manutenção dos privilégios de sua classe social, viam a modernização como uma necessidade e passaram a pressionar o Governo Federal para dar continuidade às obras da ferrovia, paralisadas em Formiga desde 1907, em consequência do Decreto nº 5.949, de março de 1906, baixado pelo Presidente Rodrigues Alves, no qual a Companhia Alto do Tocantins é transformada em Estrada de Ferro de Goiás e o traçado da linha é encurtado, excluindo as linhas do norte do Estado e restringindo-as ao Sudeste e Centro-Sul de Goiás.

Apesar dos protestos dos goianos, o modelo que alternava oligarcas de Minas com os de São Paulo na Presidência da República concedia mais poder de pressão às forças políticas do Triângulo, já

que Goiás, nessa conjuntura, constituía-se num Estado politicamente inexpressivo, em relação ao Estado de Minas Gerais. Como pretendiam, o entroncamento da linha com a Mojiana foi transferido para a cidade mineira de Araguari e a construção do tronco de Formiga a Catalão só foi finalmente concluído na década de 40 (1940), quando as necessidades de comunicação e transporte da região já vinham sendo superadas por outros meios. Porém, os ramais ali instalados em muito contribuíram para o desenvolvimento econômico e social da região.

Contudo, os vínculos econômicos e culturais dessa região foram estabelecidos com maior ênfase com os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, do que com o próprio Estado de Goiás. Por um lado, isso se deu em virtude de os sistemas de comunicação e transportes goianos serem sempre deficitários e, por outro, devido à localização geográfica de Catalão, que estrategicamente sempre favoreceu a polarização com os estados do sudeste brasileiro.

Em Goiás, a hegemonia política baseada no mando local e no coronelismo era exercida por três famílias: Caiado, Castro e Jardim, que durante toda a Primeira República se revezaram no poder. A cidade de Goiás Velho, ex-capital do Estado, foi palco de violentas lutas decorrentes das disputas político-partidárias envolvendo essas oligarquias. Durante toda a década de 20, a "República Velha manteve-se em conflito permanente com a opinião pública, e mostrou-se insensível às demandas crescentes de justiça social"<sup>(9)</sup>. Os anos que

---

(9) J. A. Guilhaon ALBUQUERQUE. Da crise do governo à crise do presidencialismo. In: MOISÉS, J. A. e ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.). Dilemas da consolidação democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, 194 p.

antecederam a terceira década desse século, foram pontilhados por acontecimentos marcantes da nossa história (10), que culminaram com a queda do presidente Washington Luís, em 1930, por um movimento armado, de grande repercussão nacional, a chamada "Revolução de 30". Assume, então, para Presidente da República Getúlio Dorneles Vargas, do Rio Grande do Sul, comprometido com as forças que o apoiaram, a estabelecer uma nova ordem constitucional no País. A partir de então, as velhas elites tiveram seu poder abalado e sua hegemonia comprometida pelas mudanças nas regras eleitorais pelo novo Código Eleitoral de 1932.

"O estabelecimento da Justiça Eleitoral, ao lado do voto secreto, ganhava a dimensão de um ato de moralização da vida política no Brasil (...). Os novos procedimentos políticos criados pelo código eleitoral feriam certos fundamentos básicos do Estado oligárquico da República Velha" (11) e abriam, teoricamente, possibilidades de participação política a maior número de cidadãos brasileiros através do voto e da reorganização partidária que minou as bases das velhas oligarquias e fez emergir novas lideranças políticas.

Assume como Interventor Federal no Estado, em 1930, Pedro Ludovico Teixeira, um aliado de Vargas, que constrói a nova capital - Goiânia - inaugurada em 24 de outubro de 1934, em pleno Planalto Central. A localização de Goiânia favorece Catalão, que fica a

---

(10) Entre outros, podemos citar a corajosa marcha da "Coluna Prestes", a criação do Partido Comunista, a inauguração da Semana de Arte Moderna, as reformas educacionais em vários estados, a emergência do Movimento dos Pioneiros da Escola Nova, o movimento tenentista etc.

(11) Ângela Maria de C. GOMES, "Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935)"; IN: FAUSTO, Boris (org.) - O Brasil Republicano, T. III, V. 3, 3 ed., Difel, São Paulo, 604 páginas, p. 19.



250 km da sede do Governo do Estado. A região, com o apoio do Governo Federal, entra numa fase de considerável progresso econômico e de modernização.

Covre (12) considera que "internamente, a Revolução de 30 é, em parte, resultado da pressão das massas em busca de melhores condições de vida, e a resposta das camadas dominantes e dirigentes em termos de "façamos a revolução, antes que o o povo a faça". Resulta em uma nova composição de forças políticas, que vai permitir, ao longo do processo, a chamada democracia populista e o processo industrial calcado na substituição de importações.

Redefine-se então o modelo econômico brasileiro, do tipo exportador para o de substituição de importações, transferindo os incentivos financeiros do setor tradicional-agrícola para o moderno-industrial. O campo, em consequência dessa política econômica adotada pelo Governo Vargas, sofre profundas alterações, dificultando as condições de vida da população rural que, principalmente pela ausência de trabalho, vê-se obrigada a se deslocar para os centros urbanos, na tentativa de sobreviver nas cidades, agora em franco desenvolvimento.

Essas medidas respondiam às necessidades que se punham ao processo de constituição do capital monopolista cujo projeto embrionário se delineou no bojo das crises internacionais ocorridas entre as décadas de 20 e 30 (13). "Torna-se compreensível, então, porque

---

(12) Maria de Lourdes M. COVRE, *A formação e a ideologia do administrador de empresas*. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 61-2.

(13) A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque no bojo da "grande depressão dos anos trinta" configurou a crise do mercado financeiro internacional e concorreu para que o café sofresse uma queda drástica, tanto no seu preço como na sua posição no mercado exportador, forçando o governo brasileiro a canalizar recursos e subsídios para os setores industriais emergentes.

a imagem de "revolução de 30" prefere privilegiar a oposição tenentes-oligarquias, pois, dessa maneira, apaga a luta de classes e atribui ao Estado o papel de condução histórica. Compreende-se também, porque, nessa representação, a industrialização passa a ser vista apenas através dos olhos da classe dominante" (14).

As décadas de 30 e 40 são consideradas de prosperidade e franco desenvolvimento para Catalão e suas circunvizinhanças. Vários fatores contribuíram para o florescimento das cidades do interior goiano nesse período, principalmente as do Sul e Sudeste. A construção da nova Capital do Estado, na década de 30, a construção de estradas no Planalto Central ligando a capital a vários pontos do território goiano, a deteriorização do poder local dos coronéis depois da Revolução de 30, a interrupção da "política do café com leite", a alternância do poder propiciada pelo código eleitoral de 1932, entre outros fatores.

O processo de desenvolvimento econômico de Catalão, após 1930, deu-se principalmente com a exploração de minérios, exportados para outros estados brasileiros e para o exterior, através do Porto de Santos-SP. Ali é embarcado o produto que chega em vagões da rede ferroviária, cuja única finalidade atualmente é transportar grandes cargas para além das fronteiras regionais e nacionais.

Na década de 40, o povoamento e urbanização de muitas cidades em torno de Goiânia muito contribuíram para o amadurecimento

---

(14) Marilena CHAUI. História a contrapelo. In: DECCA, Edgar de. O silêncio dos vencidos. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 15 (prefácio).

das atividades do comércio, da indústria, da instrução pública e privada e para o estreitamento dos vínculos econômicos e culturais com os grandes centros urbanos do País.

Esses centros urbanos ofereciam oportunidades de trabalho no comércio, na indústria e em outros setores, o que contribuiu para o aumento do êxodo rural, cuja consequência foi o estabelecimento de um grande número de pessoas nas cidades, não só em busca de trabalho mas também de escolarização dos filhos, já que o modo de vida dali por diante teria na escolaridade seu principal requisito. Esse fenômeno, entre outros mais complexos, contribuiu para esvaziar o campo e povoar rapidamente as cidades.

Mas foi somente no final da década de 50, que outro fato de repercussão nacional veio beneficiar o progresso e o desenvolvimento do Centro-Oeste - a construção de Brasília. A transferência da Capital Federal para território goiano por um presidente mineiro - Juscelino Kubitschek - a 200 km de Goiânia e 280 de Catalão, resgatou, no entendimento de muitos goianos, os prejuízos causados pelos episódios do passado com a construção da estrada de ferro.

A posição geográfica estrategicamente privilegiada acabou por colocar o município no traçado do projeto de construção da BR-050, que liga Brasília a São Paulo e conferiu à Cidade e aos municípios circunvizinhos o ponto de entroncamento e convergência regional que, desde os tempos dos bandeirantes paulistas, fora detectado e, por isso, escolhido como zona de penetração e eixo de integração entre o oeste o sudeste e o sul do Brasil.

Catalão e as cidades circunvizinhas estão hoje ligadas a todas as partes do País por rodovias municipais, estaduais e federais, em sua maioria asfaltadas. O escoamento da produção agrícola dá-se, principalmente, para Uberlândia-MG, Goiânia-GO, Brasília-DF e São Paulo-SP. Os principais meios de transporte são os automóveis, os caminhões e os ônibus, mas a região conta também com terminal de carga da Rede Ferroviária Federal, para transporte de cargas pesadas, principalmente de minérios e fertilizantes, além de escala de linha aérea regular (Votec) que atende a população.

Existem em Catalão várias empresas pesquisadoras e exploradoras dos minérios existentes em seu rico sub-solo. Entre elas, há duas multinacionais, a Mineração de Catalão de Goiás S.A. e a Copelbras S.A., e outras estaduais, a Metago e a Goiásfértil S.A., esta, controlada pela Petrofértil S.A., subsidiária da Petrobrás S.A. Essas empresas exploram ali minérios de fosfato de rocha, de nióbio, de titânio e de vermiculita.

Também fazem parte da economia da região e município, a extração de madeira (angico, aroeira, vinhático e cedro) e de diamantes, com pontos de garimpos nos rios Paranaíba e Veríssimo. Além disso, há também a produção de carvão vegetal, derivados do leite, carnes, bem como o cultivo de produtos agrícolas como soja, milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar, mandioca e vários outros produtos hortifrutigranjeiros. A criação extensiva de gado bovino e as criações tecnificadas de suínos e aves também fazem parte das atividades produtivas do município e circunvizinhanças.

O setor industrial no município representa significativa contribuição para a economia do Estado. Além das indústrias no campo da mineração, podem também ser consideradas de grande porte as que exploram a produção de laticínios, o esmagamento de soja, a construção civil e a produção de energia elétrica, esta por meio da Usina Hidrelétrica de Emborcação, no rio Paranaíba. Conta ainda o município com vários estabelecimentos comerciais e de outros segmentos econômicos.

Em 1980, o IX Recenseamento Geral do Brasil, através do IBGE, registrou um número de 39.194 pessoas residentes no município de Catalão, sendo que 30.708 habitantes se encontravam na zona urbana e o restante, na rural. Essa população era assistida por três estabelecimentos assistenciais e previdenciários existentes na Cidade. Neles, prestam serviços médicos, dentistas, enfermeiras, bioquímicos e auxiliares, além dos estagiários do Campus Avançado da UFG. A Câmara Municipal estava constituída, segundo o censo de 80, por onze vereadores, sendo que 21.436 eleitores votaram nas eleições de 1982 (15).

Quanto aos aspectos da política educacional, em Catalão, os registros históricos disponíveis sobre o município apontam que desde 1890 já existia pelo menos uma escola funcionando. Tratava-se, ao que parece, de uma escola mista mantida pela Intendência Municipal

---

(15) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, ed., Monografias Municipais, Rio de Janeiro, 1984, p.16. Os dados relativos aos aspectos econômicos do município foram extraídos tanto da monografia do IBGE (acima), como do Projeto de Interiorização da UFG, conforme supra item 2.

e que atendia cerca de quarenta a cinquenta alunos, segundo Campos (16). Daí em diante foram criadas algumas escolas públicas e particulares e, à medida em que aumentava o número de alunos, as escolas se subdividiram de acordo com a clientela masculina ou feminina. A escola do conhecido "Mestre Sátiro", por exemplo, era de caráter público e atendia alunos do sexo masculino. Registra-se também, nesse período, o funcionamento de aulas particulares ministradas para os dos filhos dos "coronéis".

A partir de 1900, iniciam-se também as aulas preparatórias para o ingresso em cursos superiores, pois os filhos das famílias mais abastadas financeiramente já começavam a se deslocar para cursarem faculdades em São Paulo, Rio de Janeiro e capital do Estado (cidade de Goiás), cujas escolas superiores comportavam reduzidíssima clientela e limitadas opções de cursos, em consequência das poucas vagas então existentes, mesmo depois da fundação de Goiânia e do surgimento de escolas e cursos superiores na nova Capital.

Na segunda década deste século (1910 a 1914), começaram a chegar a Catalão as primeiras escolas católicas, com atendimento dividido em escola para meninas e escola para meninos, inclusive com regimes de internato e semi-internato. Em 1911, as irmãs espanholas fundaram o tradicional "Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus", no qual funcionaram durante muitos anos o internato e o externato para meninas e moças, incluindo o curso de Magistério, ambos extintos em decorrência das mudanças na política educacional do País.

---

(16) Maria das Dores CAMPOS, op. cit., em que se baseiam as informações aqui contidas sobre o ensino de Catalão nesse período.

Por volta de 1914, foi a vez de os padres franciscanos criarem a escola para meninos e rapazes - o "Colégio Sagrada Família" - que também sofreu as alterações necessárias em diferentes épocas. Essa escola praticamente não sobreviveu. O primeiro "grupo escolar" foi fundado em 1915.

Depois da Revolução de 30, com as inovações trazidas pela Constituição de 34, que registraram a vitória das reivindicações dos pioneiros da Escola Nova, além da liberação do voto feminino, cresce a demanda por mais escolas públicas. Além disso, a proximidade da nova capital do Estado - Goiânia - fundada em 1934, alimenta as expectativas dos diversos segmentos da população em torno da criação de mais escolas, que oferecessem não só o ginásial, mas também o secundário e os cursos profissionais.

Outra preocupação dos escola-novistas expressa nas ideologias dominantes é a defesa do ensino rural, como uma das formas de conter o êxodo rural e de promover a nacionalização do ensino. Uma das ênfases do desenvolvimentismo do Governo Vargas, que se esboça no bojo da "Grande Marcha para o Oeste", é a necessidade de fomentar o ensino rural com vistas a fixar o homem no campo e orientar os jovens para o trabalho agrícola.

Nesse sentido, o governo implantou na região dois grandes projetos, em 1941: a Fundação Brasil Central e a Marcha para o Oeste. "A educação rural era defendida como forma de fazer do homem unidade produtiva e sempre romper com o atraso tecnológico da produção

agrícola. Goiás, como estado agrícola que deveria inserir-se na lógica da expansão capitalista, deveria ser, por excelência, o locus de implantação do ensino rural" (17).

Em Goiás, o número de estabelecimentos de ensino elevou-se dos "sete que era em 1930, para dezenove em 1939" (18). Esse crescimento, por outro lado, resultou das subvenções do governo estadual às instituições privadas, principalmente às escolas católicas, voltadas para a formação das elites regionais e de professoras primárias. Dentro das necessidades que se punham para a expansão capitalista, naquele momento, o Estado preocupava-se com a formação de professores para implementar seu projeto de erradicação do analfabetismo e ao, mesmo tempo, de ruralização do ensino.

Nesse sentido, Pedro Ludovico, na década de 40, fixa por meio de decreto, as normas para concessão de subsídios às escolas de formação de professoras, que funcionavam, geralmente, em regime de internado, entre elas o Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, de Catalão (19). Vale ressaltar que essas medidas tornavam a dualidade, característica do sistema de ensino brasileiro, ainda mais marcante: de um lado, o ensino para as elites e de outro, o das classes trabalhadoras,

(17) Maria Tereza CANESIN & Walderês Nunes LOUREIRO. A escola normal em Goiás. *Interação* - Revista da Faculdade de Educação/UFG. Goiânia, 12(1 e 2):81, jan/dez 1988.

(18) Idem, *ibidem*, p. 87. Dá detalhes e cita as escolas subvencionadas pelo governo.

(19) Para atender às exigências das diretrizes político-educacionais adotadas principalmente nas décadas de 60 e 70 com a L.D.B. e o ensino profissionalizante (4.024/61 e a 5.692/71, respectivamente), o referido colégio passou por várias modificações. Entre as mudanças ocorridas para adaptação às necessidades e contingências, ao longo dos anos, estão a co-educação e a ênfase no ensino de primeiro grau (do maternal à 8ª série). Pela ausência de oferta de escolas particulares para as elites da região, o Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus tem resistido aos anos, apesar de continuar sua proposta pedagógica característica de um escola católica e tradicional, freqüentada basicamente pelas classes média e alta da região.



tanto urbanas como rurais.

Neste contexto é que cabem as federalizações do ensino superior na Era Vargas, a subvenção às escolas católicas e a defesa do ensino rural e da alfabetização de adultos, ou seja, um conjunto de políticas governamentais que visa ao mesmo tempo sustentar o projeto de hegemonia burguesa, sintonizar-se com as necessidades populares e garantir a força de trabalho necessária ao desenvolvimento capitalista.

Esse é um projeto que se consolida com mais ênfase nas décadas de 50 e 60, quando o presidente Juscelino abre as vias para o desenvolvimento atrelado ao capital internacional. Em seu "Programa de Metas", a solução para o Presidente é simples: "a infra-estrutura econômica deve ser acompanhada de uma infra-estrutura educacional e social" (20). Nesse sentido, critica as "federalizações" no ensino superior adotadas por Vargas e defende a erradicação do analfabetismo, a formação do técnico e o ensino fundamental.

Um dos marcos mais importantes na história da educação pública do município e circunvizinhanças no final da década de 50 e início da de 60, justamente durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, foi o fato de o município de Catalão ter sido incluído no "Plano Nacional de Erradicação do Analfabetismo", uma campanha de nível federal. Essa escolha representou a exclusão de todas as

---

(20) MEC/INEP, op. cit., vol. II, p. 257.

idades dos estados de Goiás e de Mato Grosso, que na época compunham a Região Centro-Oeste (21).

A escolha de Catalão como cidade experimental da Região Centro-Oeste não foi casual. Pelo contrário, ela resultou das diligências político-partidárias do deputado peessedista Wagner Estelita Campos, natural de Catalão e cujos currais eleitorais localizavam-se na região. Aproveitando-se da influência que desfrutava junto ao seu correligionário na Presidência da República e, interessado em ampliar e consolidar suas bases eleitorais junto às esferas federais, o deputado envidou esforços para beneficiar sua cidade.

A construção da Rodovia BR-050, passando por Catalão, também teve influência do mencionado político, já que era outro o traçado da mesma. Entretanto, a construção de Brasília dentro do território goiano estreitou os laços políticos entre o Governo Federal e seus correligionários goianos. Muitos municípios foram favorecidos pelos vínculos políticos, com as constantes passagens do Presidente da República pela região, principalmente depois que Catalão voltou a ser ponto de paragem e passagem estratégica para os estados de São Paulo, Minas Gerais e os do Sul e Sudeste brasileiros.

Há de se reconhecer, por outro lado, que as medidas do PNA propiciaram uma significativa expansão da rede escolar na micror-

---

(21) Atualmente, compõem a Região Centro-Oeste quatro unidades federativas: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

região do Sudeste Goiano, responsável pela criação dos cinco mais importantes grupos escolares da cidade e dezenas de escolas isoladas na zona rural, ministrando o ensino das quatro séries iniciais (22).

Como parte das medidas do PNA, também foi construída e criada a Escola Parque de Catalão, destinada inicialmente ao aprendizado de profissões pelos meninos menores e pertencentes às camadas menos favorecidas e/ou populares. Mais tarde, a Escola foi reformada e adaptada para que ali funcionasse o Centro de Formação de Professores Primários, que oferecia o Curso Normal em regime de semi-internato para professores de várias localidades da região e do Estado.

Em 1982, em virtude do convênio firmado entre a UFG e a Prefeitura Municipal de Catalão para implantação do Campus Avançado nessa cidade, o MEC doou para a UFG toda a área onde se localizavam o Centro de Formação e a Escola Parque, juntamente com todo o patrimônio ali existente, com o objetivo de fazer funcionar naquele local o Campus Avançado da UFG em Catalão, implantado em dezembro de 1984.

---

(22) Maria das Dores CAMPOS, *op. cit.*, p. 70.

## CAPÍTULO IV

### O CAMPUS AVANÇADO DE CATALÃO

#### 1. Clientelismo político e demanda pelo ensino superior.

A população local, principalmente as classes médias e populares, impossibilitadas de instalarem seus filhos nos grandes centros para realizarem estudos de nível superior, tinham de se contentar com os cursos profissionalizantes de 2º Grau, oferecidos pelo Centro de Formação (magistério) e pelo Colégio Anchieta (curso noturno de contabilidade, particular)

As famílias mais abastadas financeiramente enviavam, como até hoje o fazem, seus filhos para estudarem em outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, principalmente nas cidades do Triângulo Mineiro, vizinhas de Catalão, além do Distrito Federal. Goiânia os recebia em menor proporção, uma vez que a construção da via férrea e, mais tarde, da Rodovia BR-050 sempre facilitou aos catalanos o acesso à Região Sul mais do que às cidades do Centro-Norte, onde não havia estradas asfaltadas até bem pouco tempo (1). Principalmente a partir da década de 60, com o surgimento da rodovia federal e com a construção de Brasília, Catalão, além de ficar mais próxima (em horas de viagem) da divisa com as cidades mineiras, passou a

---

(1) Depois da construção da BR-050, a distância em horas de viagem de Catalão a Brasília passou a ser de cerca de 3 horas e meia, metade do tempo gasto entre Catalão e Goiânia, embora Catalão diste 320 km de Brasília e 250 km de Goiânia. Isso se devia ao fato de a estrada Catalão-Goiânia não ser ainda pavimentada, demandando cerca de 7 a 8 horas para ser percorrida em estação favorável e em veículos de passeio, exatamente o mesmo tempo que se leva para chegar a Ribeirão Preto (SP), que fica a cerca de 600 km de Catalão. Em 1984, com a inauguração da Rodovia JK, cuja pavimentação fez reduzir para três horas a viagem Catalão-Goiânia, a região passou a desfrutar de linhas de ônibus regulares e relativamente confortáveis.

contar com a Capital Federal como opção, em detrimento da Capital do Estado. Somente após 1984, a comunicação entre Goiânia e Catalão foi dinamizada, após a construção da Rodovia JK pelo governo estadual.

Por estes e outros fatores, Catalão sempre manteve vínculos com as cidades mineiras, das quais recebeu influências propiciadas pelo intercâmbio tanto comercial como cultural. Justificadas, portanto, eram as reivindicações dos catalanos que, desde os anos 70, vinham empreendendo gestões, tanto a nível estadual como federal, no sentido de que fossem implantados cursos superiores naquela cidade.

Na década de 70, registraram-se tentativas esporádicas para atingir tal objetivo. Talvez pelo seu grande alcance de caráter eleitoral, a reivindicação passou a ser tema constante nas plataformas dos políticos locais e regionais, movidos pela pressão dos populares, por sua vez incentivados pelas frequentes promessas em palanques, quase sempre por ocasião dos pleitos ou após a realização dos mesmos (2).

Em 1971, um deputado catalano apresenta a Assembléia

---

(2) Coincidentemente, as gestões para implantação dos cursos superiores ocorreram a cada quatro anos (71, 75, 79 e 82), sempre em ocasiões posteriores aos pleitos eleitorais (eleições em 70, 74, 78 e 82). Isso aponta na direção de uma tentativa de dar satisfação à população quanto às promessas das campanhas. O cronograma abaixo, extraído dos documentos divulgados pelo ex-Deputado Sílvio Paschoal é bastante ilustrativo:

- 26/11/71 - Requerimento do Dep. Enio Paschoal ao Pres. da ALEG;
- 23/07/75 - Ofício nº 407/75 do Dep. E. Paschoal à AEEA;
- 18/07/79 - Ofício nº 092/79 do Dep. E. Paschoal à UFG;
- 18/09/79 - Lei nº 29/79 do Prefeito Divano Elyas (correligionário dos Paschoal), doando terreno à UFG;
- 20/12/82 - Convênio entre a UFG e a Prefeitura de Catalão já eleito o adversário político desse grupo - Haley Margon Vaz, do PMDB. Ao que tudo indica, para não deixar para ele os frutos eleitorais e políticos com a implantação do Campus.

Legislativa do Estado de Goiás (ALEG) pedido de encaminhamento ao Governo do Estado "expediente circunstanciado (...) solicitando as providências que se fizerem necessárias à criação de uma Faculdade de Filosofia na cidade de Catalão, com o objetivo de ampliar a rede de professores de nível superior" (3). Não se sabe se houve uma resposta para o referido pedido, já que nas fontes consultadas nada consta sobre o andamento ou acompanhamento posterior do requerente sobre o já postulado.

Em 1975, quatro anos passados, ao que parece, nada foi conseguido nesse período e, sendo empossado no cargo de Prefeito Municipal de Catalão, novas gestões foram empreendidas através de contatos com a Associação Educativa Evangélica de Anápolis (AEEA) para a criação de uma Faculdade de Filosofia em Catalão por meio de um convênio entre as partes interessadas. Não se sabe o porquê desta tentativa não ter frutificado.

Um novo expediente enviado ao Reitor da UFG, em 1979, solicita a "instalação da extensão universitária" ou a "implantação de um curso de nível superior, em Catalão, objetivando atender aos reclamos da juventude que ali reside, ávida de saber" (4). Entretanto, na década de 70, principalmente em seus primeiros anos, a UFG, além de ser uma instituição jovem em fase de estruturação e implantação,

---

(3) Trecho do requerimento apresentado pelo então Dep. E. Paschoal na Sala de Sessões da Assembléia Legislativa de Goiás em 26.ii.71..

(4) Ofício nº 092/79, op.cit.

passava também por uma série de adaptações às medidas da Reforma Universitária e, portanto, muitas foram as providências para organização da sua infra-estrutura burocrático-administrativa e acadêmica, o que dificultava o remanejamento de professores e de recursos orçamentários para os campi. O Campus de Picos, por exemplo, foi patrocinado pelo Projeto Rondon, correndo por conta da UFG apenas a coordenação e a implantação das atividades, que não eram propriamente de ensino, mas principalmente de estágios e outras atividades extensionistas características dos rondonistas. Fazia parte da política educacional na área de Extensão de atividades assistencialistas (como as do Crutac de Firmópolis) ou "pioneiras", voltadas para as regiões carentes (como o Projeto Rondon).

Além dessas políticas de integração e segurança nacional para conter as mobilizações nos meios universitários, os governos militares utilizaram outras estratégias para atender a demanda pelo ensino superior. Tanto a proliferação de escolas isoladas, fundações, instituições particulares como os programas extensionistas eram prioridades definidas pela política governamental desse período.

Ao lado disso, os mecanismos e critérios de flexibilização para a expansão do sistema nesse grau de ensino também mereceu ênfase dos órgãos oficiais ao longo de toda a década de 70. Nesse sentido, Martins, num importante estudo que realizou sobre o processo de privatização do ensino superior incentivado pelo Governo, analisa, entre outras questões, a atuação singular do Conselho Federal de Educação - CFE, que concedeu, nesse período, um número recorde de autorizações para abertura e funcionamento de cursos de graduação em

instituições particulares, além de fundações, escolas isoladas e dos Campi Avançados das IES (5).

Na lógica desse momento histórico, cabe a veiculação da ideologia que vincula a educação ao desenvolvimento, que traz embutida a necessidade de formar cada vez mais contingentes de mão-de-obra para o capital. Ou seja, "a mística do capital humano passa a se constituir no passaporte da ascensão social possível, já que está ao alcance de todos a oportunidade de educar-se e daí o seu poder de barganhar maiores salários" (6).

A teoria do capital humano que tem suas origens nas teses de Theodore Shultz e Adam Smith (7) vai se constituir no suporte ideológico que se disseminou nos meios educacionais na década de 70, no bojo do processo de reprodução ampliada do capitalismo na sua fase monopolista que pressupunha a educação formal e formação profissional como um bem de natureza econômica, um investimento. Isto é, "as habilidades, como os estudos e a aprendizagem, têm sempre, para quem as adquire, um custo real, que vem a ser um capital fixo, realizado na pessoa mesma" (8). O capital fixo na concepção de Smith é uma das porções, ao lado do consumo e do capital circulante, da soma das riquezas dos habitantes de uma nação.

---

(5) MARTINS, Carlos B. - O Ensino Pago: Um Retrato sem Retoques

(6) J. de Oliveira ARAPIRACA, - A USAID e a Educação Brasileira, São Paulo, Cortez, 1982, pág. 68;

(7 e 8) IDEM, ibidem.



Outros defensores dessa teoria como Mark Blaug, Marshal(9) - guardadas algumas divergências entre eles - sustentam que as habilidades adquiridas pela população de um país podem ser incluídas como riqueza ou capital de uma economia, já que entendem a educação como investimento social e não individual, cujos meios para adquiri-la devem ser igualmente distribuídos para que não se converta em subinvestimento. Entretanto, o discurso ideológico subjacente aos pressupostos dessa teoria acena com a possibilidade de ascensão social via conquista individual, ou seja, para galgar a pirâmide da divisão social de classes, o indivíduo depende apenas do seu esforço e empenho pessoal. Esta é uma perspectiva individualista que escamoteia a mais-valia das relações de trabalho expressa na máxima de que "ganha mais, o mais apto, o mais competente", além de apagar as desigualdades e a luta de classe.

A mensagem do Presidente Medici, que assume o Governo em 1970, com a premissa básica do Plano Setorial de Educação, confirma que a "educação deve ser entendida como investimento" (...) e por isso, a "democratização do ensino é um imperativo de natureza política e de natureza ética" (10). Os desdobramentos dessa democratização tal como a entendia o Governo, resultou no incentivo à expansão da rede privada. "Dada a importância que ela atingiu, o Ministério da Educação e Cultura vem apoiando a construção dos seus prédios escolares com

---

(9) Gaudêncio FRIGOTTO. *A produtividade da escola improdutiva*. S. Paulo, Cortez, 1984.

(10) MEC/INEP, op.cit., pág. 422;

recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, totalizando Cr\$2,1 bilhões, que foram destinados a cerca de 108 "instituições particulares" (11).

Essa abordagem, que privilegia a educação como investimento e como fator de desenvolvimento, reforça os pressupostos ideológicos veiculados e direcionados às classes trabalhadoras, principalmente os estratos médios, sempre receptivos aos acenos de ascensão social.

Em 1975, tem início a gestão do Presidente Ernesto Geisel, que anuncia as prioridades para a política educacional do seu governo, que confirmam a intenção de dar continuidade a sua política expansionista, de integração e de assistencialismo:

Ainda relativamente aos projetos prioritários, convém referir aqueles que se orientaram para as atividades de extensão universitária, quer integrando as instituições locais, quer com empresas públicas e particulares (12).

Nos anos seguintes o Governo prossegue na execução de suas metas prioritárias na área educacional, para o que se celebra vários acordos com órgãos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Aliança para o Progresso, USAID, República Democrática Alemã, República da Hungria e OEA (projetos multinacionais)(13). Nesse sentido, o próprio Presidente admitia quais as prioridades para a destinação desses recursos e se vangloriava do ensino

(11) Emílio G. MEDICI - MEC/INEP, op.cit., pág. 468; (os grifos são meus).

(12) Ernesto GEISEL. - IN: MEC/INEP, op.cit., pág. 458;

(13) Cf. MEC/INEP, op.cit., págs. 405 a 431, especialmente nas págs. 426 e 427 (grifos nossos).

superior via privatização e proliferação de escolas isoladas, até mesmo sobrepondo-se às universidades públicas, constatadas na mensagem por ele enviada ao Congresso Nacional, em 1978:

"Neste último ano (1977) o número total de alunos nas universidades, fundações e escolas isoladas atingiu cerca de 1,3 milhão, contando 202 instituições, das quais 64 universidades (43 públicas e 21 particulares) e 843 escolas isoladas ou federadas, sendo 124 públicas e 669 particulares" (14).

Dessa forma o Presidente Geisel justificava a democratização e a interiorização desse grau de ensino, como fruto da política de planificação e racionalização adotadas pela reforma universitária. Nessa mesma Mensagem, admite também que naquele ano o FAS liberou mais outros 1,4 bilhões destinados à construção de prédios escolares das entidades particulares, beneficiando diretamente mais de 70 instituições (15). Além disso, tanto as escolas particulares, como as isoladas e a extensão continuavam na pauta das prioridades governamentais como estratégia de expansão e interiorização. É ainda o Presidente Geisel quem complementa e esclarece:

"As escolas isoladas de ensino superior constituem hoje 71% das instituições de ensino superior no Brasil (...). Motivos de ordem vária fizeram surgir esse novo tipo de estabelecimento que atua sobretudo no interior (16)."

Portanto, não seria impróprio supor que em Catalão, no período considerado, já existiam as condições propícias para implantação dos cursos superiores, e, ao que tudo indica, chegou, quem sabe

(14) MEC/INEP, op.cit., pág. 468 (grifos nossos).

(15) Idem, ibidem, págs. 458 e 459.

(16) IDEM nota 16, pág. 459;

até tardiamente e em condições quicá mais adversas. Isto porque o mesmo não se percebe no contexto da década de 80, que desde os seus primeiros anos já mostrava sinais de retração tanto da política expansionista, quanto da hegemonia dos militares e da ARENA no poder.

Primeiro, porque na década de 70, politicamente, o clima era de tranquilidade para os partidários do Governo que ganhavam as eleições em quase todas as cidades brasileiras, fortalecidos tanto pelas medidas repressivas, que inibiam as contestações e críticas ao regime autoritário, como também eram práticas comuns as manipulações eleitoreiras e clientelísticas utilizadas pela máquina pública nas mãos dos governos estaduais e municipais. Os políticos conservadores e tradicionais que muito se beneficiaram nesse período, pouco fizeram pelo povo e pela administração pública e coletiva, mas sempre confirmados pelos raros pleitos eleitorais que ocorreram até então.

Os estudos aqui expostos fornecem indicadores que balizam essa suposição. A pesquisa realizada por Alves Borges sobre as eleições em Goiás, por exemplo, demonstra que nos anos 70 (principalmente até a metade desta década) o partido do governo manteve uma tranquila hegemonia na máquina administrativa do Estado. "Na ARENA, há vantajosa acomodação das suas lideranças e articulações diante do poder central"(17). O mesmo autor esclarece que, suprimidas as eleições diretas para governadores dos estados e prefeitos das capitais, as disputas político-partidárias "são substituídas pelas idas aos

---

(17) Pedro Célio A. BORGES, op. cit., p. 105.

gabinetes federais", já que as decisões nesse sentido vinham de Brasília.

Na conjuntura política daquele momento, se ao eleitor quase nada restava como opção, competia ao partido de oposição um mínimo de manobra para eleger seus candidatos aos poucos cargos eletivos que o governo concedeu para disputa entre os dois partidos. Tanto no MDB como na ARENA era grande a desmobilização, pela ausência de debates e de motivação para disputas entre adversários.

Quanto à ARENA, a escolha dos titulares para os cargos majoritários (prefeito da Capital e governador do Estado) dependia muito mais de conchavos junto às esferas do poder central, do que das convenções partidárias, que nesse contexto exerciam apenas a função de homologar o "preferido" do Governo Federal. Com o apoio deste, as candidaturas aos outros cargos (deputados, prefeitos e vereadores) restringiam-se às rivalidades intra-partidárias.

Em Catalão, os pleiteantes dos cursos superiores nesse período, conforme se viu anteriormente, eram chefes políticos locais, partidários do governo e com grande prestígio nas esferas governamentais e, portanto, com as credenciais necessárias para efetivar a tão acalentada expectativa da população.

Em segundo lugar, porque do ponto de vista do critério do curso - se público, se privado ou, se numa área determinada prioritária - isso também não constituía obstáculo, no caso de Catalão. Como se pode verificar pelos expedientes encaminhados aos diversos canais,

as modalidades de curso e instituição encaixavam-se nas condições da política governamental. Pedu-se, por exemplo, num deles, a "Faculdade de Filosofia" para a Associação Educativa Evangélica de Anápolis, que é uma instituição privada que ministra cursos pagos. O mesmo caso é o da Faculdade Anhanguera, também particular. Aliás, ambas as instituições viveram momentos de grande expansão nesse período e mesmo depois.

Em 1979, o então Reitor da UFG respondeu a outro expediente do Deputado Sílvio Paschoal (18), informando que a Pró-Reitoria de Extensão estava implementando o seu Plano de Interiorização, cujos critérios estavam definidos nos seguintes pontos (aqui sintetizados):

- Seriam estendidos a três ou quatro municípios do interior goiano, "dentro dos próximos cinco anos", alguns dos cursos de graduação da UFG. Portanto, "não se tratava de "criar" ou "fundar" faculdades no interior, mas de levar ao interior alguns cursos que não terão duração contínua" (...) o suficiente para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho (...);

- "O plano será aplicado a municípios situados em microrregiões que apresentem considerável progresso (...) e revelem necessidade de recursos humanos habilitados para o desenvolvimento" da região;

- "Os municípios eleitos deverão revelar real interesse pelos cursos (...), vindo a participar (...) com recursos financeiros e físicos, cedidos via convênios a serem celebrados com as Prefeituras Municipais, instituições federais e/ou estaduais com representações no

---

(18) - Ofício nº 092/79, op.cit.;

local e com empresas privadas e/ou associações existentes nas comunidades" (19).

Antecipando-se às exigências da UFG, a Câmara Municipal de Catalão aprovou projeto de lei que autorizava a Prefeitura desse município a doar, tanto à UFG como à Entidade Mantenedora da Faculdade Anhanguera, "as áreas necessárias à implantação do campus universitário" (... Art. 19, Lei nº 19, de 18/09/79). Além disso, a referida Lei também autorizava o Poder Executivo a "desapropriar os terrenos próprios, podendo para tanto usar os recursos orçamentários e abrir créditos especiais, se necessário".

Entretanto, isso apenas não bastava, mesmo porque a simples doação de um terreno não atenderia a médio prazo a viabilização de toda a estrutura física, administrativa, pedagógica e financeira necessárias para a concretização de um empreendimento de grande monta como esse. A Prefeitura, certamente, se interessada estivesse, teria de propor um convênio bem mais convincente e propor medidas objetivas.

No final dos anos 70, a UFG, por meio da Pró-Ex, já tem delineado o seu Plano de Interiorização, embora num contexto de "abertura política" do regime autoritário, mas de contensão de recursos financeiros para a política educacional, uma vez que as medidas que fomentaram e enfatizaram a extensão, as escolas isoladas e a privatização no ensino superior já estavam superando sua fase de surto mais

---

(19) - Ofício GAB/SOC/ nº 01527, de 14/09/79 - UFG, Goiânia(GO).

intenso e eufórico. Entretanto, em 1979 a UFG criou suas Pró-Reitorias, entre elas a de Extensão (Pró-Ex), para cuja pasta foi nomeada uma catalana, professora da Faculdade de Educação dessa Instituição.

Os últimos anos da década de 70 e do início da de 80 caracterizaram-se pela "abertura política" e pela "distensão" do regime autoritário, decorrentes da pressão da sociedade como um todo para mudanças sociais e normalização das instituições democráticas do país (as eleições diretas, a anistia, a liberdade de expressão). As críticas e oposições ao governo da ditadura possibilitaram o surgimento de várias entidades voltadas para a defesa dos direitos civis e sociais. Entre elas, as do movimento docente e estudantil buscavam reafirmar-se.

A nível das IES, entre elas a UFG, a Extensão Universitária e seus mecanismos eram apontados como manipuladores e desarticuladores do movimento estudantil e escamoteadores de práticas colonialistas idealizadas para consolidar a sujeição cultural dos países periféricos aos paradigmas do imperialismo inglês e norte-americano.

De fato, no plano mais amplo do sistema educacional brasileiro a extensão funcionou como uma estratégia dentro da política de expansão do ensino superior voltada para os cursos de qualidade duvidosa, que tinham o claro objetivo de democratizar os cursos superiores, nivelando-os "por baixo" e forçando as classes média e populares a financiá-los através da flexibilização de medidas em seus vários aspectos (na seleção do vestibular, na autorização dos cursos, na fiscalização etc.).



Entretanto, as medidas expansionistas e privatistas no setor educacional já estavam efetivadas e já se arrefeciam o entusiasmo e a propaganda do Governo em torno de programas e projetos como o Rondon, Crutacs e atividades extensionistas, porque elas já não tinham o mesmo significado para o Governo. O movimento estudantil e a UNE eram questões superadas e as medidas da reforma universitária praticamente incorporadas à estrutura das universidades brasileiras. Porém, a efervescência social era intensa e os equívocos e perversidades da ditadura militar eram abertamente denunciados nos meios de comunicação. O partido do governo (PDS) perdia seu prestígio e os políticos buscavam criar outras siglas partidárias e passaram a defender o pluripartidarismo.

Esgotadas as possibilidades de continuidade das medidas políticas repressoras e esvaziadas as bandeiras pseudopatriotas do "Brasil-Grande Potência" veiculadas pelo "boom" do milagre econômico do Governo Médici, as Forças Armadas dão sinais de exaustão. Pressionados pelos segmentos dominantes da sociedade civil, que se vêem cada vez mais excluídos das decisões políticas do país, os militares começam a admitir que "cumpriram a sua missão", que o poder precisa ser devolvido aos civis por meio de uma distensão "lenta, gradual e segura", uma das metas prioritárias do Governo.

As retumbantes greves dos metalúrgicos do Estado de São Paulo e das mobilizações dos educadores brasileiros, inclusive as universidades federais, marcaram 1979 como um ano crítico para o governo do General Geisel e acelerou-se a distensão do regime militar. No ano

seguinte (1980), o último dos generais na Presidência da República - João Batista de Figueiredo - assume o Governo no auge da efervescência social e da reorganização dos partidos políticos, que colocam novamente em cena acirrados debates e denúncias da centralização excessiva do Governo Federal. O País assiste o surgimento dos partidos de oposição e o PMDB passa à liderança das preferências populares, já com algumas vitórias contabilizadas desde 1974, considerado como o ano da grande virada do PMDB.

A partir de 1980, o Governo Figueiredo redefine as diretrizes no campo educacional e dá sinais de retração da política expansionista:

"No ensino superior, a conjuntura indicou a necessidade de dar seqüência operativa a três pressupostos da política educacional: (1) o não-expansionismo, ou seja, a idéia de não favorecer o crescimento do sistema, orientando-se para o desenvolvimento da rede privada à luz da conveniência de induzir qualidade e racionalidade no processo de expansão e recomendando-se à rede federal a consolidação e manutenção das estruturas existentes" (20).

O Presidente João Batista Figueiredo define a partir daí critérios restritivos à expansão do ensino superior e estabelece três requisitos básicos aos quais as instituições interessadas em oferecer cursos nesse grau de ensino teriam que se submeter: "satisfatório atendimento às necessidades locais do ensino de 1º e 2º graus; necessidade social; e efetiva disponibilidade de meios para atendimento à instalação, manutenção e funcionamento dos cursos" (21). Nesse

---

(20) MEC/INEP, op. cit., pág. 510.

(21) MEC/INEP, op. cit., pág. 516/517.

sentido, dois decretos federais (22) baixados na década de 80 tinham como objetivo disciplinar a expansão do ensino superior, suspendendo a criação de novos cursos de graduação. Contudo, as pressões das instituições privadas, de políticos e da demanda em torno da ampliação de oferta de cursos superiores levaram o Governo a flexibilizar os efeitos desses diplomas legais, estabelecendo normas e critérios para a "expansão relativa do sistema" de ensino superior no País.

No início de 82, foi nomeada para o cargo de Reitora da UFG a catalana Maria do Rosário Cassimiro, professora da Faculdade de Educação e até então Pró-Reitora de Extensão. Sobre esse fato, assim se pronunciou o então Deputado Sílvio Paschoal, em discurso proferido na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás:

"Com o surgimento de candidatos à Reitoria da UFG, já de mangas arregaçadas, todo o Sudeste Goiano, em uníssono, apoiou o nome de nossa conterrânea Dr<sup>a</sup> Maria do Rosário Cassimiro. Com a indicação desta nova Reitora, saímos vitoriosos e passamos a caminhar a passos largos rumo à implantação de cursos superiores em Catalão. A ação coordenadora da nova Reitora, juntamente com nossos fiéis companheiros, proporcionou a assinatura do convênio necessário" (23).

O então deputado aqui se refere ao convênio firmado entre a UFG e a Prefeitura Municipal de Catalão (24), em 20 de dezembro de 1982, quando já havia sido eleito o novo prefeito - Sr. Haley Margon Vaz, do PMDB - um adversário político-partidário do prefeito que findava seu mandato (do PDS). O novo prefeito, por sua vez, providen-

(22) Decreto nº 86.000, de 13.05.81, e o Dec. nº 87.911, de 07.12.82. IN: MEC/INEP, op. cit. p.516.

(23) Trecho do discurso proferido pelo Deputado Sílvio Paschoal (irmão do Sr. Ênio Paschoal) sobre a implantação da Universidade em Catalão, na Assembléia Legislativa do Estado em 1985 (após a implantação do Campus) e divulgado em documento anteriormente citado; distribuído pelo próprio Deputado quando do lançamento dos cursos de Letras e Geografia no CAC em 85.

(24) Processo nº 0.141.143/82/UFG.

ciou um novo convênio com a UFG em agosto de 1983 (25).

A nova administração municipal de Catalão, empenhada em fazer cumprir seus compromissos de campanha busca viabilizar a implantação dos cursos. Entretanto, os obstáculos para concretização desse objetivo eram de várias ordens, as dificuldades financeiras da UFG, a política de contensão de ofertas de vagas adotada pelo Governo em relação às instituições oficiais e o clima de debates, oposições e críticas à política educacional do Governo. A autonomia financeira das universidades era posta como uma das exigências do Movimento Docente (MD), a nível nacional, que reivindicava a inclusão na nova Constituição da obrigatoriedade da destinação de 12% do orçamento federal e de 20% dos estaduais para cobrir os gastos com a educação pública.

Nos termos do segundo convênio da Prefeitura com a UFG, já se apresentam as principais soluções e essa possibilidade torna-se mais palpável para os catalanos. Nele já estão definidos a área física, as instalações, os equipamentos, contratação de pessoal e o rateamento das despesas do Campus em 50% dos custos para cada instituição.

A diferença essencial entre os dois convênios foi encontrada na Cláusula Quinta de ambos os contratos, como se verá a seguir, pelos termos contidos no primeiro processo (dezembro/82):

"CLÁUSULA QUINTA - Da competência da Prefeitura: Compete à Prefeitura:  
I- Contribuir para a Universidade com a quantia mensal equivalente a 100 (cem) ORTNs a partir da data de instalação do Campus Avançado; II - Permitir o uso de máquinas e equipamentos de sua propriedade, bem

---

(25) Processo nº 0.099.959/83/UFG - apenso ao anterior.

como colaborar com o Campus Avançado no desenvolvimento e dinamização dos programas e projetos de Extensão da Universidade, respeitadas as suas disponibilidades" III - Doar à Universidade uma área urbana na cidade de Catalão correspondendo a 10 (dez) alqueires goianos" (26).

Esse contexto vai exigir da nova administração municipal mais clareza e objetividade, expressas nos termos do segundo convênio, que por sua vez propõe medidas efetivas para viabilização do Campus, a saber:

"CLÁUSULA QUINTA: Da competência da Prefeitura: Compete à Prefeitura:  
I - Providenciar a reforma nas instalações do Centro de Formação de Professores, necessária ao funcionamento de estágio e moradia do diretor e do administrador do Campus; II - responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal para administração e serviços necessários ao regular funcionamento do Campus Avançado; III - responsabilizar-se por 50% das despesas com a manutenção do Campus, no período de 1983 a 1987; IV - permitir o uso de máquinas e equipamentos de sua propriedade, bem como colaborar no desenvolvimento e dinamização dos programas e projetos de extensão universitária da Universidade, respeitadas as suas disponibilidades" (27).

Os termos do primeiro convênio (82), na prática, não ofereciam as condições materiais, financeiras e administrativas suficientes para viabilizar o funcionamento dos cursos. A simples doação de um terreno, sem se apontar um compromisso efetivo com a construção das instalações, nada resolveria., já que a Universidade, com suas poucas verbas, não dispunha dos recursos suficientes para tal. Entretanto, o parecer do conselheiro que relatou o processo assim pontificou: "Os encargos decorrentes com a instalação do Campus Avançado, sua estrutura física, edificações, reformas e equipamentos, estão incluídos no plano de aplicação dos recursos provenientes do BID (Banco

(26) Processo nº 0.141.143/82, fl. 3 (grifos nossos);

(27) Processo nº 009.959/83/UFG, pag. 4 (grifos nossos).

Interamericano de Desenvolvimento)" (28).

Como se vê por este 1º convênio, a implantação do Campus arrastar-se-ia ainda por alguns anos, pois dependeria da liberação por parte do Governo Federal para que o MEC contraísse a dívida externa nesse banco estrangeiro e repassasse a verba do mesmo para a UFG, autorizando-a a gastá-la nesse empreendimento. Desse modo, ele resultou num inútil aparato de final de governo, apesar do novo prefeito constar como uma das testemunhas.

Além daquelas dificuldades, a Reitoria teria de superar questões internas, como a falta de professores para arcar com as responsabilidades advindas com a implantação de cursos, o que certamente, sem a contratação de outros especificamente para o Campus de Catalão, seria, sem dúvida, inexequível. A quantia mensal a que o convênio se propunha era também insuficiente para arcar com despesas desse porte.

Em dezembro de 1983, quando foi inaugurado o Campus de Catalão, cuja solenidade contou com a presença da então Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, ainda não estavam definidos que cursos seriam oferecidos, mas era condição "sine qua non" da Prefeitura que funcionassem alguns cursos de nível superior. Cogitava-se sobre a Licenciatura Plena dos cursos de Letras e de Geografia. O Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), no entanto, relutou durante todo

---

(28) Processo UFG nº 141.143/82 (apenso), fl.10.

o ano de 84 para que condições mínimas fossem atendidas , a fim de garantir um curso de bom nível.

No processo nº 229, de 16.12.83, a Pró-Ex encaminha ao ICHL um abaixo-assinado de professores da rede pública (escolas estaduais e municipais) da cidade, solicitando a abertura do referido curso naquele Campus. O Departamento de Letras daquele Instituto respondeu com um consubstanciado parecer, no qual analisa aspectos da política educacional brasileira pós-68, tais como a proliferação de cursos de baixa qualidade em escolas isoladas e campi, o sucateamento das Universidades, a escassez de recursos, a não abertura de concursos para o ingresso de novos professores. Questionava também a escolha de curso na área de Ciências Humanas, justamente pressupondo que o mesmo implicasse num baixo custo operacional. Advertiu o relator do processo que o ICHL impunha , entre outras condições, a instalação de uma biblioteca, suficientemente equipada, com aquisição e manutenção da bibliografia necessária ao curso, exigindo total controle da unidade sobre a seleção dos candidatos a disciplinas relativas ao curso, assinatura de periódicos , revistas, etc.

Numa reconstituição da história da população catalana e da sua circunvizinhança, pode-se constatar que a reivindicação básica insistentemente dirigida às autoridades e políticos locais e regionais, era especialmente aquela voltada para a questão dos cursos superiores. Torna-se compreensível entender os interesses políticos que a transformaram em pauta constante dos pleitos eleitorais e das disputas partidárias entre as elites dominantes que se revezam nas esferas do poder local.

No transcorrer dos anos de 1984 e 1985, a implantação dos cursos de graduação no CAC foi objeto de estudos e acertos entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a UFG, por meio da Pró-Ex, o ICHL e o IQG. Foi principalmente nesta época que os alunos dos cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Direito e Jornalismo, realizaram atividades na linha da prestação de serviço de cunho assistencialista e de treinamento do aluno. Cada equipe variava de dois a seis estudantes que permaneciam durante um mês no Campus, onde tinham garantia de alojamento, alimentação, campo de trabalho e acompanhamento do mesmo por um profissional da área.

As primeiras atividades desenvolvidas no CAC após sua implantação, no início de 1984, foram os estágios para treinamento de alunos. Embora eles tivessem caráter provisório, conforme ficou explícito numa das cláusulas do segundo convênio (1983), foram eles que justificaram tanto a existência como a conveniência da estrutura que lá foi montada.

De um modo geral, todos os estagiários atendiam à população carente da região. O campo de atuação dos alunos consistia em postos de saúde, escolas da rede pública e a Santa Casa de Misericórdia (29) - para a área de saúde. Os futuros advogados atuavam no Fórum e os alunos de jornalismo atuavam (nas poucas vezes que lá estiveram)

---

(29) De cuja diretoria fazia parte o Dr., Sílvio Paschoal, que além de político também é médico, tendo por isso boa performance de homem caridoso junto à população carente da região.



alguma mudança - seja na estrutura ou nos currículos e programas desses cursos, seja na reformulação das modalidades de alguns dos cursos de graduação oferecidos pela UFG - é uma matéria que está ainda a necessitar estudos. Mesmo porque, essas mudanças nas universidades brasileiras geralmente ocorrem no bojo de uma política educacional mais ampla, idealizadas, via de regra, sem uma participação democrática da comunidade universitária.

Por outro lado, os estudantes que realizaram atividades extensionistas no CAC em meados da década de 80 fazem parte de uma geração que se constituiu após o golpe militar de 64 e que, portanto, não tiveram oportunidade de exercer militância política no percurso de sua vida estudantil.

É principalmente nos meios universitários que o jovem ingressa nos debates críticos, na prática dos comícios, passeatas, confecção de murais e jornais e manifestações várias, com as quais o jovem sente-se estimulado a buscar um certo grau de politização, voltado tanto para o estudo e a discussão como para uma prática concreta de expressar sua face rebelde e de amadurecer politicamente nas inúmeras situações de perdas e ganhos, de êxitos e fracassos, de radicalização e recuos, que a luta política exige daqueles que nela militam.

Entretanto, os vinte anos de ditadura e de repressão militar, ao lado dos efeitos desmobilizadores decorrentes das medidas efetivadas pela reforma universitária e de atividades, como as extensionistas, produziram uma clientela estudantil pouco engajada na luta pelas transformações e direitos sociais, embora, não seja verdadeiro

na Prefeitura Municipal colaborando com o jornalzinho da mesma, "O Município", que divulgava as realizações do Prefeito, dos seus correligionários e do PMDB.

Uma das características básicas dessas atividades foi o treinamento do aluno através da prestação de serviço à comunidade, que em muito coincide com as idéias difundidas pelo Prof. Dikson sobre a necessidade das universidades serem atualizadas e modernizadas por meio de uma adaptação curricular cuja ênfase seria o método pragmático de buscar conciliar o estudo com serviço, em que o estudante aprende através da experiência concreta. Desse modo, a reciclagem dos currículos dos cursos teria como subsídio a experiência desenvolvida pelos alunos. Estas preocupações também estão presentes nos pressupostos filosóficos da extensão que embasaram as propostas da UFG, conforme publicação da Pró-Ex (30), na qual percebe-se um esforço em conceder significado às atividades extensionistas. No item intitulado "Vantagens para o aluno", propõe que o mesmo "realize uma crítica das teorias estudadas no contato direto com o objeto investigado"; "confronte os conhecimentos com os fatos e problemas concretos do seu trabalho"; "o aluno pratica o que aprende (...). Nos itens sobre as vantagens para a Universidade e para o professor, o referido documento justifica: "fornece subsídios para a reformulação curricular dos cursos oferecidos pela instituição, realimenta a pesquisa, propicia feedback para os programas de ensino" (...).

Se, de fato, essas atividades subsidiaram e/ou provocaram

---

(30) UFG/Pró-Ex, 1979, op. cit., págs. 19 a 23.

afirmar que os estagiários do CAC não tivessem idéias e questionamentos críticos sobre a realidade brasileira. As leituras marxistas e reprodutivistas já faziam parte da bibliografia dos programas de vários cursos de graduação nesses últimos anos, o que possibilitava uma discussão, a nível do debate teórico, até certo ponto crítica e lúcida.

Não obstante isso, o conteúdo dos relatórios elaborados pelos alunos (31), restringiam-se à descrição das atividades e tarefas acadêmicas executadas sem que qualquer questionamento fosse feito. Seja à administração local, seja às condições de vida das populações atendidas ou mesmo às atividades extensionistas. A abordagem dos mesmos evidencia uma visão individualista ressaltando principalmente o "seu aperfeiçoamento profissional", a oportunidade de "praticar" seus conhecimentos teóricos, enfim, a experiência técnica adquirida no treinamento de atividades relacionadas à sua futura profissão.

É verdade, também, que muitos deles chegam ao nível da constatação do estado de pobreza e miséria daquelas populações; apontam as condições precárias e de exploração a que estão submetidas. Entretanto, é como se fosse "algo de fora" e, que o trabalho deles não fosse também parte da tentativa de anulação dessa realidade. Algumas dessas "falas" apontam na direção de justificar a necessidade do filantropismo e do assistencialismo como forma da Universidade mostrar-

---

(31) UFG/PRO-EX/CAC - Relatórios dos estágios dos anos de 1984 e 1985, arquivo do Campus Avançado de Catalão (GO), pasta de relatórios da Secretaria Geral. Além disso, foram realizadas também avaliações com as equipes de estágio no CAC, em conjunto com seu Diretor, como através de reuniões realizadas pela Pró-Ex.

se sensível às mazelas sociais "socorrendo" as massas e "amparando" as populações carentes.

Tal como preconizavam os objetivos de organismos como o "Corpo de Paz", o contato dos estudantes com comunidades distantes e carentes leva-os a refletirem sobre a sua condição privilegiada de vida, enquanto universitários de classe média e/ou alta e, portanto, a internalizarem a idéia de que estão sendo úteis a esses segmentos sociais. Ou, o que é ainda pior, à crença de que tenham contribuído com o seu trabalho para minimizar a situação de marginalidade e abandono desses segmentos, o que é uma ilusão, uma abordagem equivocada de busca de soluções para os graves problemas sociais de qualquer país. Resulta, outrossim, num tipo de prática que contribui para ocultar o quadro de subdesenvolvimento e pobreza, acobertando a negligência e omissão dos órgãos governamentais em relação a uma política social que tenha como prioridade a maioria da população.

A idéia de prestação de serviço, um dos pressupostos do conceito de extensão, traz implícita uma relação ambígua, pois não esclarece como se efetua a troca entre benfeitor e beneficiado. (32). Nas palavras de Fagundes, o termo "serviço" obscurece as relações entre as partes. Indaga o referido autor: "Se é a Universidade que serve, em primeira instância à comunidade, ou se ela estaria apenas devolvendo parte daquilo que recebeu da comunidade. "Complementa,

---

(32) José FAGUNDES. Universidade e Compromisso Social: Extensão, Limites e Perspectivas. Ed. Unicamp, série Teses, Campinas, 1986, pág.133/134.

ainda, que todas as instituições "servidoras" da sociedade garantem agir desprendidamente, "guiadas por algum nobre ideal". Quando, na realidade, elas só passam a servir a sociedade quando por esta já foram servidos. (33).

Em síntese, o que se poderia constituir num benefício ou serviço prestado, se for analisado noutra perspectiva, não passaria de um pagamento ou até mesmo obrigação cívica da Universidade em relação à sociedade que garante sua sobrevivência. Em outras palavras, a atividade acadêmica denominada extensão universitária que se proclama preenchedora das demandas sociais e/ou integradora da Universidade à comunidade, "trata-se, claramente, de uma auto-mistificação" (34).

A privilegiada comunidade universitária sob o manto do assistencialismo disfarçado forja no seu interior a utopia de que tem um projeto social. Mais equivocado ainda é que a Universidade se proponha a institucionalizar uma de suas funções, com o pretencioso objetivo de "substituir a previdência social, os partidos políticos, os movimentos sociais, os sindicatos" (35), as demais instituições sociais e as funções do Estado.

Mais coerente não seria que ela investisse na sua função básica, que é a transmissão do conhecimento elaborado? Todos elementos concedem-nos indícios para supor que esta é a principal demanda que a sociedade encaminha à Universidade. As populações carentes, na

---

(33) José FAGUNDES, op. cit., p. 133-34.

(34) Eunice R. DURHAM. "A Universidade e as Demandas da Sociedade". Educação Brasileira, Brasília, CRUB, 29 semestre/1986: (17), págs. 23 e 25.

(35) Idem, ibidem.

verdade, "não fazem demandas diretamente à Universidade. O ensino superior está por demais distante dos seus horizontes (...). O benefício que ela traz à população (...) é indireto e a longo prazo, decorrente do saber que ela produz. (36)

Cabe, então, indagar se seriam os serviços extensionistas que a "comunidade" espera receber da Universidade? Convém, reconhecer que, historicamente, as instituições de ensino superior se constituíram para atender interesses pragmáticos tanto das classes médias como dominantes, seja como um instrumento de ascensão social, seja para garantir o "status quo". Essa, aliás, uma característica marcante da cultura brasileira presente nessas camadas sociais. Nesse sentido é que cabe a justificativa oficial de que os cursos ali implantados deveriam ser dirigidos para uma política de integração e melhoria da rede pública de ensino de 1º e 2º graus, conforme recomendava a "bula" do Governo Figueiredo.

O projeto de "Integração da Universidade no processo de desenvolvimento de Catalão e municípios" procurou sintonizar suas metas com o discurso governamental e propunha: preparar uma infraestrutura básica para a implantação de cursos de 3º grau, bem como de programas de aperfeiçoamento e atualização de recursos humanos necessários ao desenvolvimento regional, voltados prioritariamente para o ensino de 1º e 2º graus (37). Também a administração local de Catalão,

---

(36) DURHAM, op.cit., pág. 24.

(37) UFG/Pró-Ex, Projeto "Integração da Universidade no Processo de Desenvolvimento de Catalão e Municípios Circunvizinhos", Goiânia, UFG, s/d (mimeografado).

numa clara demonstração de que não ignora essas exigências, faz encaminhar à Reitoria um abaixo-assinado dos professores da rede de ensino de 1º e 2º graus, reivindicando o curso de Letras (38), aliás, o primeiro de uma série.

Oportuno também lembrar, que a preocupação de formar recursos humanos é uma necessidade que passa tanto pelas exigências de ampliação e avanço do capital, como das pressões sociais em busca da ascensão social possível. No caso específico de Catalão, tanto a formação de recursos humanos como o atendimento da demanda da comunidade indicam necessidades e expectativas dos segmentos médios e das elites dominantes. Por essa compreensão das demandas sociais em relação à Universidade, depreende-se que o que estava presente nas reivindicações dos catalanos eram aspirações pequeno-burguesas. Elas se localizam nos setores médios da população local e regional.

No referido projeto (39), a UFG justifica suas metas e confirma nossas constatações:

" A consolidação do Campus Avançado de Catalão veio satisfazer um anseio da comunidade no que diz respeito ao esforço que representa para as instituições ali existentes, bem como a necessidade de se habilitarem recursos humanos "in loco", facilitando a fixação dos mesmos em seu meio".

---

(38) UFG/PRO-EX, processo nº 229/83, p. 2.

(39) Conforme nota 37.

As preocupações implícitas nas idéias que defendem o povoamento e a ocupação do espaço geográfico e, ao mesmo tempo, a fixação do homem no campo, no interior, "no seu meio", se constituem nos pressupostos ideológicos forjados no bojo do projeto de ampliação do capital. No Brasil, ela vem sendo veiculada desde os tempos da "Marcha para o Oeste", da Fundação Brasil Central, implementada no Governo Vargas. Nas Universidades elas surgiram no bojo das políticas de integração nacional e regional que tiveram como uma das estratégias as atividades extensionistas. Na região Sudeste, onde se localiza Catalão e circunvizinhanças, a fixação ao meio significa tanto conter o êxodo rural como preparar o exército de reserva de que necessitam as empresas capitalistas para se estabelecerem em determinadas regiões.

A vocação progressista daquela intersecção regional é historicamente reconhecida desde os bandeirantes. Considerada região estratégica e polo de desenvolvimento, Catalão é um convite ao avanço do capital. Nas palavras de um político local, justificando a "implantação de uma faculdade", ela é uma "cidade em franco desenvolvimento, um município auto-suficiente que, em linhas paralelas, acompanha o progresso de Goiás e se integra no plano de crescimento do País".(40)

No transcorrer dos anos de 1984/85 várias foram as gestões para implantação do curso de Letras, que implicaram na realização de reuniões entre os professores do ICHL e as autoridades locais e da UFG. Ao lado disso, a Faculdade de Educação, sob a coordenação de sua

---

(40) Of. nº 092/79, do Deputado Sílvio Paschoal à UFG.



representante junto ao CAC, desenvolveu programas pedagógicos que se propunham contrapor à postura assistencialista dos tradicionais estégios em serviço da área de saúde e outros. O Plano de Trabalho (41) constou de uma pesquisa diagnóstica baseada nos princípios da Pesquisa Participante, na proposta de realização do I Encontro de Escolas Públicas de Catalão e circunvizinhanças - I EREP - e do assessoramento às escolas públicas de 1º e 2º graus da cidade.

Em novembro de 1984, realizou-se o referido Encontro, que foi precedido de seminários em todas as escolas dos dez municípios circunvizinhos, em Catalão e com professores da zona rural. As dificuldades foram muitas, inclusive políticas. Os debates e discussões nas escolas colocavam às claras as condições de precariedade e de abandono das escolas e dos professores. Refletia-se sobre o caos da escola pública e a crise da educação brasileira. Essas polêmicas provocaram descontentamentos nas esferas do poder local e estadual. A Delegada Regional de Ensino da Secretaria de Educação do Estado (DRE) tentou impedir a realização do I EREP. Depois de vários impasses chegou-se a um acordo e foi alterado o seu cronograma, de setembro para novembro. A administração local (o Prefeito, a Secretaria da Educação e assessores) agiu com toda diplomacia, nas polêmicas e impasses da

---

(41) UFG/Pró-Ex/FE - Processo nº 00002/84, em que o Pró-Reitor de Extensão solicita a disposição da mesma. No referido processo consta a proposta de trabalho desenvolvida pela professora da Faculdade de Educação no CAC, na qual estão incluídos o plano da pesquisa diagnóstica, a proposta do I EREP e de assessoramento às escolas públicas de 1º e 2º graus de Catalão. A relatora do processo junto ao Conselho Departamental da FE deu o seguinte parecer sobre o referido Plano (aqui sintetizado): "É importante ressaltar que a referida proposta de trabalho recoloca a questão da extensão numa dimensão que flui do nosso processo interno de trabalho e, quiçá possa contribuir para provocar uma reflexão na política de extensão da UFG (...). Marca uma postura de rejeição ao caráter assistencial, que na maioria das vezes tem caracterizado o trabalho de extensão".

coordenação do I EREP com a DRE, mas na prática dispensou todo o apoio financeiro e logístico durante a realização do evento e não lhe economizou elogios. Ao Prefeito, interessava implantar os cursos de 3º grau no CAC e nisso empreendeu seus esforços para apoiar todos os empreendimentos da Universidade, realizados em Catalão. Politicamente compensava.

Os resultados desse trabalho constaram de um relatório (42) enviado às autoridades competentes, ao lado de um documento extraído do I EREP (43), no qual são salientados os principais problemas enfrentados pelas escolas públicas da região (estaduais, municipais - urbanas e rurais), bem como as reivindicações dos educadores que nelas militavam. Entre as principais reivindicações estava a de cursos de atualização e aperfeiçoamento dos professores de 1º e 2º graus. Em vista disso, a Faculdade de Educação programou para 1985 um curso para os professores das séries iniciais (1ª a 4ª) do ensino de 1º grau, financiado pela Secretaria de Ensino Superior do MEC, em conjunto com a Pró-Ex. (44)

- 
- (42) Maria Zeneide C.M. de ALMEIDA, - "Relatório dos Micro-Seminários" (mimeografado), Catalão, 1984. Divulgado no transcorrer do EREP, no qual constam os dados da pesquisa diagnóstica e dos seminários das escolas (micros).
- (43) Elaborado por uma equipe de professores participantes do Encontro e encaminhado às autoridades estaduais, locais e da UFG. Entregue em audiência com o Sr. Secretário de Educação pela coordenadora do Encontro, professores da FE, o Deputado Arédio T. Duarte e uma comissão de professores da região. O I EREP contou com a assessoria e participação de professores da FE, do Colégio de Aplicação da FE (CA/FE) e com o patrocínio da Prefeitura Municipal de Catalão, do setor local da Merenda Escolar, a participação da 11ª DRE e prefeitos dos municípios circunvizinhos, que também compareceram ao Encontro, além de autoridades da SEC e da UFG.
- (44) Maria Zeneide C.M. de ALMEIDA, "Uma Contribuição para a Melhoria da Qualidade do Ensino Público de Catalão", SESU/MEC/UFG/Pró-Ex/FE, Catalão, 1985. Assessoria e participação de professores da FE, do CA/FE e de especialistas da Pró-Ex.

## 2. A criação dos cursos de 3º grau no CAC.

Embora esses programas e projetos atendessem em parte às necessidades pedagógicas e de reciclagem de um importante segmento da população do ponto de vista político e educacional, os professores, na verdade, não correspondiam à expectativa e necessidade da parcela mais ampla da população local e vizinha, interessada na implantação de cursos superiores, aos quais aspiravam há décadas. "A comunidade tem reclamado por cursos de terceiro grau e por ações no sentido de promover a melhoria no desempenho dos recursos humanos ali atuantes, sobremaneira os da área de educação". (45)

No segundo semestre/84, a Prefeitura Municipal de Catalão, vendo frustradas suas tentativas de implantar a curtíssimo prazo, como era do seu interesse, o curso de Letras ou de Geografia, da UFG, iniciou negociações paralelas com a Faculdade Anhanguera. Essa instituição é uma fundação de cunho privatista, administrada por empresários do ensino superior, e tem passado nas últimas décadas (70 e 80) por uma fase de grande expansão de seus estabelecimentos, com "filiais" espalhadas por diversas cidades do interior gojano, com o apoio financeiro e político de prefeitos e governadores do Estado. No caso de Catalão, além do convênio com a Prefeitura Municipal, a fundação contou com o apoio financeiro de vários prefeitos dos municípios circunvizinhos, principalmente os do PMDB.

---

(45) UFG/Pró-Ex - Projeto de Integração da Universidade ao Desenvolvimento de Catalão e Cincunvizinhança, op.cit.

Criado em dezembro de 1984, o Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC - realizou seu vestibular em janeiro de 85 e já no seu primeiro ano de funcionamento ofereceu três cursos ao mesmo tempo: Direito, Administração de Empresas e Pedagogia. O Colégio Estadual Polivalente, uma das melhores construções escolares da cidade, cedeu suas dependências e estrutura física para funcionar o CESUC, em seus primeiros anos. Enquanto isso, em 1985, sua sede própria foi sendo construída em terreno doado pela prefeitura local e com doações dos outros prefeitos, principalmente de materiais de construção. Enfim, uma instituição privada erguida com o dinheiro do povo e estruturada para cobrar anuidades dos segmentos dessa mesma população que a financiou e vem financiando.

Quanto à UFG, em 1985 foram feitas também negociações com o Instituto de Química e Geociências (IQG) que, apesar de também impor restrições e exigências às autoridades, mostrou-se menos relutante que o ICHL e firmou acordo para abertura do vestibular para Licenciatura em Geografia, cujas aulas do curso de Geografia iniciaram-se em 86, juntamente com uma turma de Letras, que a esta altura também já havia contornado as principais dificuldades. A Prefeitura Municipal de Catalão patrocinou uma reforma de grande monta na estrutura física existente no Campus, obedecendo ao projeto planejado e executado por arquitetos e técnicos da UFG. Nesse mesmo ano foi inaugurada a biblioteca e realizados os concursos para os professores que atuariam nos cursos do Campus e a serem contratados pela Prefeitura Municipal, mas sob total coordenação das Unidades envolvidas, no caso, o ICHL e o IQG.

Nos anos seguintes foram implantados outros cursos no CAC. Atualmente lá funcionam seis cursos de graduação: Letras, Geografia, Pedagogia, Matemática, Educação Física e Ciências. Todos sob a coordenação das respectivas unidades. Portanto, continuam como extensão da UFG, embora o assistencialismo no CAC tenha entrado em fase de ocaso.

Apesar das justificativas de fixação ao meio e das dificuldades dos filhos da terra se deslocarem do locus, as elites locais e regionais continuam enviando seus filhos para realizar estudos superiores nos grandes centros do País. Significa, sem dúvida, que os cursos oferecidos para a expansão não são aqueles ditos nobres que, a exemplo dos de medicina, odontologia, engenharia, entre outros, são tradicionalmente reservados para as elites. Para as classes médias, os cursos superiores representam um valor simbólico. Os estudos de Alves Borges (46), nesse sentido, merecem ser aqui comentados: "Os formados em Direito alcançam a maior frequência dos que chegam à Assembléia". Acrescenta ainda que entre 1978 e 1982, "diminuiu sensivelmente a chegada de políticos não diplomados em cursos superiores a uma cadeira no legislativo" goiano. Mas, complementa o mesmo autor: "reafirmando a tradição da política regional, também a profissão de fazendeiro continua liderando a preferência dos eleitores goianos, acompanhada nessas últimas décadas pela de advogado".

Esses dados revelam que, se por um lado as classes

---

(46) Pedro Célio A. BORGES, op. cit., p. 139.

médias têm no diploma de curso superior um veículo de ascensão social, também a política coronelista regional vem se utilizando desse mesmo instrumento para se reciclar, já que os advogados do Legislativo goiano certamente serão os descendentes dos fazendeiros de outrora. Uma hipótese que vale a pena ser melhor explorada num estudo mais específico.

Fica claro, entretanto, que os cursos superiores, de um modo geral, são procurados pelos estratos médios e pequeno-burgueses muito mais pelo valor simbólico que eles socialmente significam do que por uma opção profissional, enquanto projeto de vida a ser exercido na prática, a exemplo do "advogado-deputado".

Em Catalão, tanto no CAC como no CESUC, os cursos implantados visaram atender às demandas dos estratos médios da população, principalmente funcionários públicos e/ou professores da rede estadual de ensino. Isto porque "a relativa capacitação técnica das classes médias não oferece riscos à classe dominante, tanto por causa dos mecanismos de controle, de repressão e de inculcação ideológica, quanto porque (...) as camadas intermediárias (...) brasileiras sempre tendem a estabelecer alianças com a classe superior que lhes serve de modelo" (47).

---

(47) José DIAS SOBR., *Universidade e classes sociais: aspectos do caso brasileiro*. Educação e Sociedade, S. Paulo, 4:119-20, set./1979.

## À GUIZA DE CONCLUSÃO: DEMOCRATIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO

O CAC é considerado um dos campi mais privilegiados da UFG. Esse privilégio pode decorrer tanto do fato de ele ter surgido "pelas mãos" de uma filha da terra, fazendo supor em seu acesso ao cargo interferências clientelísticas, como "pelo alto potencial da região", conforme enfatizam os diagnósticos técnicos? Há evidências que induzem a considerar que essa questão passa pela interferência do clientelismo político, seja considerando as facilidades que decorreram do fato de a Reitora ter buscado beneficiar sua terra natal, seja pelas características de prosperidade e pujança econômica e da região, que sempre concedeu aos seus representantes políticos prestígio e influência para tal.

Entretanto, ingênuo seria creditar apenas à "nova Reitora", como enfatiza o discurso do deputado catalano, o fator primordial que efetivou o surgimento dos cursos superiores em Catalão. Evidentemente que o empenho pessoal da Reitora, segundo afirmação do Deputado, comprometida nessa empreitada, muito contribuiu para efetivação daquele objetivo, viabilizando-o no interior da UFG. Fica para nós a indagação do que realmente teria "faltado" e/ou o que teria contribuído para que essa antiga reivindicação da comunidade, tantas vezes acalentada e por muitos anos prometida, foi-se realizar num contexto, quem sabe, até menos propício. Estariam por acaso esses cursos

na dependência da presença de alguém da terra na administração da UFG ou de outras instituições que ministram cursos superiores no Estado - UCG, AEEA, Anhanguera, Faculdades de Goiás Velho, etc., para que tal objetivo se realizasse?

Sem pretender dar respostas definitivas para essas indagações, levanto aqui alguns pontos que julguei importante serem destacados neste estudo e que apontam para a compreensão do fenômeno. O compromisso das elites brasileiras com o atraso, o contexto de repressão militar que buscou retirar das classes médias e dos estudantes seu poder de pressão social, a ascensão do PMDB ao poder local e a necessidade de implantação de medidas que garantissem credibilidade e sustentação às suas lideranças daí por diante.

No contexto brasileiro, os canais decisórios localizavam-se na esfera federal e, neste caso, durante a ditadura militar a hegemonia política da ARENA, e depois do PDS, em Catalão foi mantida por quase vinte anos no cenário local e estadual, o que certamente lhes concedia larga margem de manobra e cacife político para que este e muitos outros benefícios fossem trazidos para a região. Sendo ela um dos pólos de desenvolvimento e de progresso mais significativo do Centro-Oeste brasileiro, concedia também status e relevância aos seus representantes políticos, o que, em contrapartida, concedia-lhes prestígio suficiente para transitar nas esferas governamentais com alguma margem de desenvoltura, principalmente num contexto de repressão político-ideológica, em que instituições como a UFG ficaram praticamente à mercê dos desmandos do governo.



Contraditoriamente, o Campus de Catalão e seus cursos superiores não se viabilizaram num período cujas condições políticas e financeiras eram até certo ponto mais favoráveis, pois os empréstimos da dívida externa foram feitos sem reservas ou pudores cívicos, deixando para se efetivar num período muito mais controvertido e adverso. É verdade que a prioridade desses recursos estava voltada para instituições privadas e programas assistencialistas. Apesar disto, a política de expansão em períodos anteriores também teria viabilizado o surgimento de instituições como o CESUC.

Se antes, as gestões para sua realização não saíram do campo da retórica e dos acenos burocráticos, por meio de trocas de ofícios, discursos e medidas genéricas (como o convênio do Proc. nº 14143/82) sem uma decisão concreta que apontasse para soluções práticas, a implantação do campus numa etapa posterior também não passou de um jogo de forças políticas emergentes buscando a consolidação do poder por meio do respaldo popular que lhe garantisse o confronto com um grupo que estava há mais de uma década no poder regional, por meio do revezamento em cargos públicos e/ou pleitos eleitorais.

Não teria ainda chegado o "momento histórico" em que Catalão estivesse em condições de superar suas próprias dificuldades e a população, enfim, tivesse atingido a etapa em que as pessoas criassem condições efetivas para realizar as mudanças de que necessitavam? Tal como na questão da Estrada de Ferro, não teria a misologia das elites regionais, comprometidas com o atraso cultural e social, "retardado" o surgimento da tão almejada "Faculdade"? Há de se convir que a retórica eleitoral, passando pelo clientelismo político, permeou

todo o processo da história da implantação do Campus da UFG em Catalão, como também da criação do CESUC.

Não seria incorreto supor que o mesmo fenômeno se deu com os cursos superiores de Catalão. Tal como nos episódios da Estrada de Ferro, as elites regionais receosas de mudanças e temerosas de que o "homem comum", seu eleitor, se transformasse num subversivo, revolucionário, petista, comunista etc, buscam manipular a opinião pública dos estratos médios com a retórica da valorização da "faculdade", mas sem efetivá-la na prática.

A política educacional, como as demais políticas sociais, são explicadas nessa lógica. Torna-se compreensível a razão de os cursos oferecidos para expansão serem sempre "os menos onerosos". Foi assim na república populista de Vargas, quando as federalizações tornaram o ensino superior totalmente gratuito, como ocorreu também na década de 70, quando os governos militares, pelo caminho inverso, "democratizaram" os cursos superiores via privatização e proliferação das escolas isoladas, campi avançados e "fundações" pelo interior do País. Ou seja, são cursos possíveis de serem democratizados sem comprometer o caráter elitista de certas "carreiras nobres" reservadas para as elites.

Por outro lado, a "capacitação de recursos humanos" tanto se presta à ampliação do exército de reserva, como justifica a realização de uma política social do governo, além de que essa qualificação técnica das classes médias não se constitui em ameaça à hegemonia e status das elites.

Neste sentido, os discursos e providências das classes dirigentes definem, a priori, a expectativa que "cabe" às camadas médias aspirarem dentro de uma sociedade capitalista. Isso posto, não seria incorreto supor que as expectativas sociais próprias desta ou daquela classe não existam, mais sim, as necessidades e aspirações de ascensão social e de manutenção do status quo que o sistema capitalista põe para os indivíduos. Mesmo porque, as classes médias são, também elas, produto da sociedade de classes forjadas pelo sistema de classes sociais.

Fica claro, então, porque convinha às elites catalanas efetivar essa conquista. Ainda que hoje os políticos conservadores assistam com desgosto o crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT) na região, em que alguns querem ver a influência dos cursos do Campus, do discurso crítico dos professores da UFG, "quase todos petistas e comunistas" etc. Entretanto, seria ingênuo acreditar que os políticos não angariaram grande prestígio a partir de então. O Prefeito de Catalão naquela época, hoje é o Secretário da Fazenda do Estado de Goiás, foi Secretário Geral do Ministério da Agricultura na gestão do Ministro Iris Rezende (hoje Governador do Estado) e obteve votação expressiva para deputado federal no último pleito eleitoral de 90.

é de se reconhecer, ainda, que a "prioridade para a educação", neste caso, como em toda história da sociedade brasileira, não passa de mero jogo político, em busca de ganhos eleitoreiros, seja para desestabilizar, seja para consolidar a hegemonia de grupos políticos no poder. Por isso, talvez, é que o CAC passa atualmente seus

momentos de impasse e de crise.

O pleito municipal de 1988, que deu como vitoriosa a chapa do PFL (Partido da Frente Liberal), encabeçada por Agnaldo Mesquita, recoloca o grupo dos Paschoal novamente na liderança do cenário político da região, representando assim uma derrota parcial para o PMDB, no âmbito da liderança local.

Essa mudança no quadro político do município vem colocar em risco a sobrevivência e a continuidade das atividades do CAC. A atual administração, quem sabe, não se identifica com uma realização que afinal foi efetivada por um adversário político, embora a mesma tenha sua trajetória histórica ligada às plataformas eleitorais de seus correligionários, como ficou evidenciado anteriormente.

Pelos termos do convênio da UFG com a Prefeitura, o contrato deve ser renovado a cada dois anos, o que cria um clima de insegurança para os professores e de expectativa para os alunos. Os primeiros perdem seus contratos, caso seja rompido o convênio, mas os alunos têm garantido o direito de frequentar o mesmo curso na UFG, até concluí-lo e, neste caso, terão que se transferir para Goiânia. Esvaziando, assim, a justificativa de fixação dos filhos da terra ao seu meio, defendida pelos seus correligionários em décadas passadas.

A situação funcional dos docentes, por sua vez, é financeira e administrativamente híbrida. Ao mesmo tempo em que são concursados pela UFG, nos moldes de qualquer seleção pública, por outro lado, são contratados pela Prefeitura. Esta fica comprometida a pagar

salários iguais aos que percebem os professores da UFG no cargo de auxiliar de ensino e regime de 40 horas semanais. Não obstante, os docentes do CAC, vivem hoje em condições de subemprego, já que não têm direito às progressões do plano de carreira próprio do magistério superior porque legalmente não são funcionários municipais nem federais. Nesse sentido, a situação trabalhista dos mesmos torna-se ainda mais grave e discrepante.

Por outro lado, os departamentos dos cursos que funcionam no CAC não têm autonomia, nem pedagógica nem administrativa. A vida pedagógica, acadêmica e parcialmente a administrativa são decididas pelos departamentos e órgãos das unidades da FE às quais o curso esteja vinculado, em conjunto com a administração municipal de Catalão. Além disso, sua estrutura física e seus laboratórios estão a exigir reformas e suplementação de grande monta. Inexiste até o momento um projeto definido que garanta a sobrevivência do CAC a longo prazo. Não obstante isso, sua expansão tem sido rápida.(1)

Vale lembrar, contudo, que a sobrevivência do CAC se inscreve no quadro mais amplo do momento histórico pelo qual está passando o País, num contexto em que as universidades brasileiras revivem mais uma vez momentos de profunda crise. Sobreviverão elas à avalanche que vem no bojo do novo projeto de reformas anunciado pelo atual Governo Federal?

---

(1) Em 1986, o CAC foi implantado com apenas dois cursos funcionando e a cada ano criou-se um novo. Desse modo, em apenas cinco anos o CAC já implantou seis cursos de graduação, já mencionados, e dois de pós-graduação *latu sensu*. O curso de especialização em linguística realizou-se de 1988 a 1990, sob a responsabilidade dos professores do ICHL e, este ano (1991) teve início o curso de Educação Brasileira, ministrado pela Faculdade de Educação.

"Em qualquer tempo a Universidade sempre esteve comprometida com alguém, seja um rei, um papa, um estado, um grupo e/ou uma classe social" (2). A serviço de quem estará o atual projeto de privatização do ensino superior? É neste sentido, que cabe discutir e definir a "função social" da Universidade.

No caso específico da UFG, sua maior conquista, a meu ver, será alcançada quando ela estiver engajada em projetos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico das potencialidades e riquezas da região Centro-Oeste, como por exemplo, da exploração dos minérios e da produção agrícola do sudeste goiano, onde se localiza a cidade de Catalão.

No Estado de Goiás, várias frentes de pesquisa estão a desafiar soluções arrojadas das instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico, tais como a preservação, exploração e aproveitamento das riquezas e potencialidades do cerrado, a extração e exploração dos minérios, dos mananciais, do solo e da produção agrícola em geral, entre outros.

Entretanto, num modelo econômico-social como o brasileiro, sustentado pela concentração de renda e por tanta dependência estrangeira, não cabe políticas de desenvolvimento que viabilize a independência tecnológica nacional. Reside nesta subserviência econômica e científica a lógica que mantém o monopólio internacional, cuja

---

(2) José FAGUNDES, O compromisso social da universidade medido pela extensão. Educação Brasileira. Brasília, VIII (17): 105, 29 sem. de 1986.

manutenção interessa às elites dirigentes do País.

Torna-se compreensível, então, porque as políticas governamentais restringem instituições com as universidades ao mero assistencialismo e/ou ampliação da "reserva técnica". Nesse sentido, complementa o Prof. José Dias Sobrinho (3) que as atividades de extensão representam uma "espécie de marketing de muitas instituições universitárias", seja pelas impossibilidades financeiras de se engajarem em pesquisas de alto nível, seja por opção ideológica, como foram as atividades rondonistas e outras desenvolvidas pós-68 pela instituições oficiais, principalmente.

A verdade é que a partir da RU-68 as atividades extensionistas, especialmente as de cunho assistencialista, passaram a se constituir numa forma rotineira de muitas universidades mostrarem serviço à sociedade.

Na realidade, os cursos de graduação implantados no CAC pela UFG representaram um avanço no significado da abordagem do trabalho de extensão, ou seja, apontam para a democratização via de uma das funções primordiais da Universidade - o ensino. Mas, há que se reconhecer que diante dos grandes desafios que as potencialidades regionais (e nacionais) impõem às instituições, eles representam um esforço ínfimo em relação a um projeto de universidade e/ou uma política educacional que tem ainda um longo caminho a percorrer na direção das

---

(3) Prof. José DIAS SOBR. Exame de qualificação desta dissertação, em 05.02.91, UNICAMP/FE.

transformações sociais e culturais em benefício dos segmentos majoritários do País. É esse movimento que dará significado tanto às atividades de ensino como de pesquisa, a serem estendidos pela Universidade à sociedade.



## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, J. A. G. et alli (org.). Dilemas da Consolidação Democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- . Classes médias e política no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ALMEIDA, Maria Zeneide C. M. Relatório dos micros-seminários (mimeografado). Campus Avançado de Catalão, 1984.
- . Proposta de trabalho para atuação no Campus Avançado de Catalão. UFG/PROEX/FE/DEPBAE, Goiânia, 1984.
- . Reflexões e subsídios sobre o Campus Avançado de Catalão (relatório mimeografado). Catalão, 1986.
- ARANTES, Aldo e LIMA, H. História da ação popular: da JUC ao PC do B. São Paulo, Alfa-ômega, 1984.
- ARANUT, A. L. et alli. Como Anda o Projeto Rondon? Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975. Mimeografado.
- ARAPIRACA, José de O. A USAID e a Educação Brasileira. São Paulo, Cortez, 1977.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. Universidade: seu papel e a crítica à situação atual. Julho/1982.
- BANDEIRA, Muniz. Presença dos EUA no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República. 4 ed. São Paulo, Alfa-ômega, 1986, V. III e IV.
- BELLUZO, L. G. O que é feito da luta de classes? Isto é Senhor, São Paulo, 1994: 33, 05.09.1990.
- . Educação, tarefa de todos. Isto é - Senhor, São Paulo, 1964, 07.02.1990.
- BERNALES, Enrique B. Universidad, política e identidad nacional. Cuadernos Americanos. México, nº 3, s/d.
- BORGES, Barsanulfo G. O Despertar dos Dormentes. Goiânia, Cegraf/UFG, 1990 (Coleção Documentos Goianos, 19).
- BORGES, Pedro Célio A. Bipartidarismo, autoritarismo, análise regional (Goiás: 1965 a 1982). PUC/São Paulo, 1988 (dissertação de mestrado).
- BRASIL. IBGE/Série monografias municipais - Catalão. Rio, 1984.
- BRASIL. MEC/DAU. Plano de trabalho da extensão universitária. Brasília, abril/1975. Mimeografado.
- . MEC/INEP. A educação nas mensagens presidenciais. Brasília, 1977, v. I e II.
- . MEC/Universidade Federal de Goiás. Plano de interiorização da UFG.
- . Planejamento para Três Anos. 1964.
- . Planos diretores da UFG, desde 1961 até 1984, que correspondem aos reitorados do Prof. Coleman N. e Silva - 1º Reitor (1961/1964) ao da Profª. Maria do Rosário Cassimiro, que implantou o CAC.

- ..... Projeto de Integração da Universidade no Processo de desenvolvimento de Catalão e Municípios Circunvizinhos. Goiânia, UFG/PROEX, s/d (mimeografado).
- ..... MEC/UFG/PROEX. Diagnóstico do município de Catalão. S/d.
- ..... Extensão Universitária: Coletânea de Normas. Goiânia, 1980.
- ..... Sobre a filosofia da extensão universitária seus campos de ação. Goiânia, Ed. da UFG, 1979.
- ..... MEC/Universidade Federal de Goiás. UFG / 25 Anos: Trajetória e Perspectivas - 1960 - 1985. Goiânia.
- ..... MEC/DAU. "Plano de trabalho da extensão universitária". Brasília, abril/1975 (mimeografado).
- ..... Ministério da Educação e Cultura/INEP. "A Educação nas mensagens presidenciais". Brasília, 1987, V. I e II.
- ..... MEC/Universidade Federal de Goiás. Pró-Reitoria de Extensão da UFG, Jornal Grupiara.
- ..... MEC/Universidade Federal de Goiás/Projeto Rondon. Campus Avançado de Picos(PI), Jornal MACAMBIRA, ano I, nº 12, 18/12/1975.
- CAMPOS, Francisco I. Coronelismo em Goiás. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1983.
- CAMPOS, Maria das Dores. Estudo histórico e geográfico de Catalão, 11 ed. (da autora). Goiânia, 1976.
- CANESIN, Maria Tereza e LOUREIRO, Walderês N. A escola normal em Goiás. Interação - Revista da Faculdade de Educação da UFG. Goiânia, 12(1 e 2), jan/dez, 1988.
- CARDOSO, Fernando H. Universidade e Desenvolvimento. Educação Brasileira, Brasília, 1 (1) 1978.
- CARNEIRO, Moaci A. Extensão Universitária: Versão e Perversões. Rio de Janeiro, Presença/Universidade Federal da Paraíba (co-ed.), 1985.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário et alli. Universidade Oportuna. Goiânia, Ed. UFG, 1983.
- ..... e GONÇALVES, Oliveira. A extensão universitária sobre a filosofia da extensão universitária e seus campos de ação na UFG. UFG/PROEX, 1979.
- CHAUL, Nasr N.F. A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital. Goiânia, Cegraf/UFG, 1988 (Col. Documentos Goianos, 17).
- CIGNOLLI, Alberto. Estado e Força de Trabalho - Introdução à Política Social no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- COVRE, Maria de Lourdes M. A Formação e a Ideologia do Administrador de Empresa. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1982.
- ..... A Fala dos Homens: a Análise do Pensamento Tecnocrático (1964-1981). São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. "Reforma Universitária: propostas e controvérsias". Estudos e Debates, Brasília, 13, janeiro/1987.
- CUNHA, Luiz A. A Universidade Crítica: o Ensino Superior na República Populista. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- ..... A Universidade Reformanda. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- DECCA, Edgar de. O Silêncio dos Vencidos. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- DEMO, Pedro. Função social da universidade: algumas considerações a partir da política social. Educação Brasileira, Brasília, 1 (1):21-39, I Sem./1978.

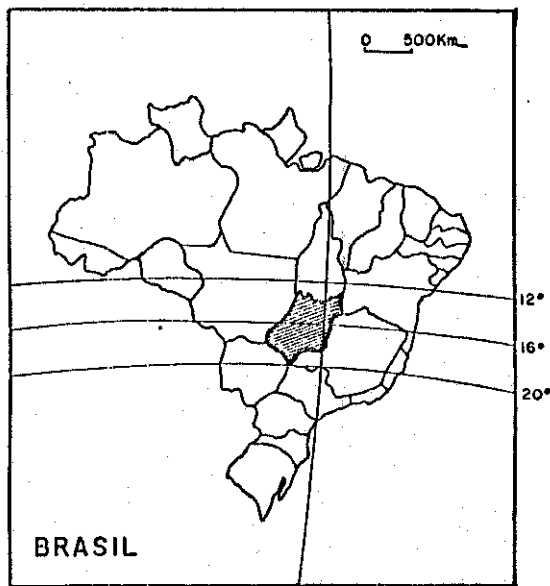
- DIAS SOBR., José. Universidade e classes médias: aspectos do caso brasileiro. Educação e Sociedade. S. Paulo, 4: 111-21.
- DURHAM, Eunice R. A universidade e as demandas sociais. Educação Brasileira, Brasília, 17, II sem./1986.
- FAGUNDES, José. A Função social da universidade medida pela extensão. Educação Brasileira, Brasília, 1 (1), I Sem./1978.
- .....Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986 (Série Teses).
- FAORO, Raimundo. Collor pode modernizar a direita? Istoé Senhor, São Paulo, 1.064, 07.02.1990 (entrevista).
- ..... A triste modernização. Istoé Senhor. S. Paulo, 1113:47, 23.01.91.
- FAUSTO, Fausto. A revolução de 1930. S. Paulo, Brasiliense, 1986.
- ..... (org.). O Brasil republicano - T. III, V.3, 3 ed. S. Paulo, Difel, 1988.
- FAVERO, Maria de Lourdes. A universidade em busca de sua identidade. Petrópolis, Vozes, 1978.
- ..... Da universidade "modernizada" à universidade "disciplinada": Atcon e Meira Mattos. Educação e Sociedade. S. Paulo, 30, agosto/1988.
- ..... Universidade: poder e participação. Educação e Sociedade. S. Paulo, 16 : 42-61, dez. 1983.
- FERNANDES, Florestan. O Desafio Educacional. São Paulo, Cortez, 1989.
- ..... Universidade brasileira: reforma ou revolução? S. Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- FERREIRA, José C. Ensino, pesquisa e extensão no contexto da sociedade. Notas para um Debate. Educação Brasileira, Brasília, 1 (1): 59-79, 1978.
- FERREIRA, M.C. "Campus Avançado, uma alternativa para o desenvolvimento sócio-educacional em comunidades interioranas em municípios do Norte e Nordeste Ocidental do Brasil". Curitiba, UFPR, 1982 (dissert. mestrado).
- FORACCHI, Marialice. A juventude na sociedade moderna. S. Paulo, Pioneira (editora da USP), 1972.
- ..... O estudante e a transformação da sociedade brasileira. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- FREITAG, Bárbara. Política educacional e indústria cultural. São Paulo, Cortez, 1987 (Col. Polêmicas do Nosso Tempo, nº26).
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da escola improdutiva. São Paulo, Cortez, 1984.
- GASTAL, Alfredo. A Universidade e o desenvolvimento social: um paradoxo da elite. Educação Brasileira, Brasília, 1 (1), 1978.
- GOIÁS. Assembléia Legislativa de Goiás. Requerimento de 26.11.71.
- GOIÁS. Prefeitura Municipal de Catalão. Jornal O MUTIRÃO; informativo da Prefeitura... Vários números editados nos anos de 84 a 87.
- GURGEL, Roberto. M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação. São Paulo, Cortez, 1986.
- GUSTIN, Miracy B. de S. et alli. "Mudança e estagnação na Universidade brasileira: o impacto do programa MEC/BID II". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, MEC/INEP, 67(156): 320-50, maio-agosto/1986.
- HOROWITZ, Irving L. (org.). Ascensão e Queda do Projeto Camelot. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- , Classe e Nação. Petrópolis, Vozes, 1986.
- , O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- IGLESIAS, F. A Industrialização no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1985 (Col. Tudo é História, nº 98).
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. O coronelismo: uma política de compromisso. 4 ed. S. Paulo, Brasiliense, 1985 (Coleção Tudo é História, 13)
- Jornal O POPULAR. Goiânia. Números de dezembro/1960 e março a dezembro de 1964.
- KAWAMURA, Lili. Ciência, tecnologia e educação nos 100 anos de república. Proposições. Campinas, 2, julho/1990.
- LEAL, Victor. N. Coronelismo, Enxada e Voto. 4 ed. São Paulo, Alfa-ômega, 1978.
- LEI Municipal nº 29/79. Câmara Municipal de Catalão, 18.09.1979.
- LOPES, Onofre. CRUTAC e CincRUTAC. 2 ed. Natal, Universitária, julho/1974.
- MACHADO, Maria Cristina T. Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história. Goiânia, DEGRAE/UEG, 1990 (Coleção Documentos Goianos, 181).
- MACIEL, Marco Antônio. Ajuda externa à educação brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, 66 (154), set/dez. /85.
- MARTINS, Carlos B. Ensino Pago: um retrato sem retoques. São Paulo, Global, 1981.
- (org.). Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- MARTINS FO., João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar (1964 a 1968). Campinas, Papyrus, 1987.
- MENDES JR, A. Movimento estudantil no Brasil. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Col. Tudo é História, nº 23).
- MOTA, Carlos G. (org). Brasil em perspectiva. 15 ed. São Paulo, Difel, 1985.
- , Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974. 4 ed. S. Paulo, ÁTICA, 1980.
- OFÍCIOS nºs. 407/75 e 092/79. Assembléia Legislativa de Goiás. Goiânia.
- OFÍCIO nº 01527/79. UFG/GAB. Goiânia, 14.09.79.
- OLIVEN, Arabela C. "Expansão do ensino superior: Democratização ou co-optação?" Revista Educação Brasileira. Brasília, CRUB, II (4), I semestre/1980.
- PAIVA, Vanilda. "Produção e qualificação para o trabalho". In: ZIBAS, D. e FRANCO M. (org.). Final de século: desafios da educação na América Latina. São Paulo, Cortez, 1990.
- , Estension univertaria en Brasil. Nueva Sociedad. San José, Costa Rica, novembro/dezembro-1974.
- , Educação popular e educação de adultos. 3 ed. São Paulo, Loyola, 1985.
- PIMENTA, Aluísio. "Ajuda externa à educação brasileira". Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos. Brasília, 66 (154), set./dez. 1985.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1986. Tradução: Francisco Silva.

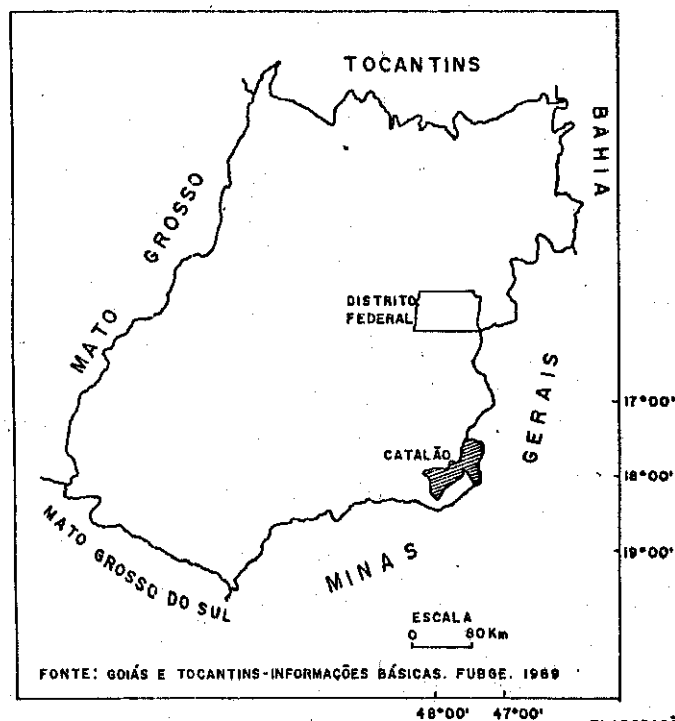
- PROCESSOS n.ºs. 0.141.143/82 e 009.959/83, UFG, 1982 e 1983, respectivamente. Goiânia.
- PROCESSO n.º 229, 16.12.83, UFG/PROEX/ICHL. Goiânia, 1983.
- PROCESSO n.º 00002/84 - UFG/PROEX/FE
- QUEIROZ, Maria I. P. A Universidade em face das expectativas sociais. Ciência e Cultura, S.Paulo, 34 (5).
- RAMA, G. et alli. Desenvolvimento e educação na América Latina. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1986.
- RAMOS, Cornélio. Catalão: poesias, lendas e histórias. 2 ed. Catalão, Gráfica Santa Luzia, 1978.
- REIS, Renato H. "Conceitualização da extensão universitária". Revista Educação Brasileira, Brasília, VI (12): 43-54, I sem. 1984.
- RIBEIRO, Darcy. A Universidade necessária. 4 ed. Rio De Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- ROMANELLI, Otávia de O. História da educação no Brasil. 6 ed. Petrópolis, Vozes, 1984.
- ROMANO, Roberto. Progressismo e conservadorismo: questões sobre a universidade. Educação e Sociedade. S.Paulo, 13 : 7-18, dez. 1982.
- SANFELICE, José L. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo, Cortez, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. "Extensão universitária: uma abordagem não-assistencialista". Educação e Sociedade. S. Paulo, 8 : 61, março/1981.
- SILVA, Iva J. Estudantes e política - estudo de um movimento (RN 1960-1969). São Paulo, Cortez, 1989.
- SODRÉ, Nelson W. Síntese de história da cultura brasileira. São Paulo, Difel, 1986.
- TOALDO, Olindo. Extensão universitária: a dimensão humana da universidade. Universidade Federal de Santa Maria, 1977.
- TOLEDO, Caio N. de. O Governo Goulart e o golpe de 64. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1984 (Col. Tudo é História, 48).
- VELHO, O. G. et alli (org.). Estrutura de classes e estratificação Social. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- VEIGA, Laura. Os projetos educativos como projetos de classe: Estado universidade no Brasil (1954-1964). Educação e Sociedade. S.Paulo, 11 : 25-71, janeiro/1982.
- VIEIRA, Evaldo. Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel. 2 ed. São Paulo, Cortez, 1985.
- WANDERLEY, Luiz E. W. O Que é universidade. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1985 (Col. Primeiros Passos, 91).
- WEFFORT, Francisco. O Populismo na política brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

**A N E X O S**

FIG.1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA NO ESTADO DE GOIÁS



SITUAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL



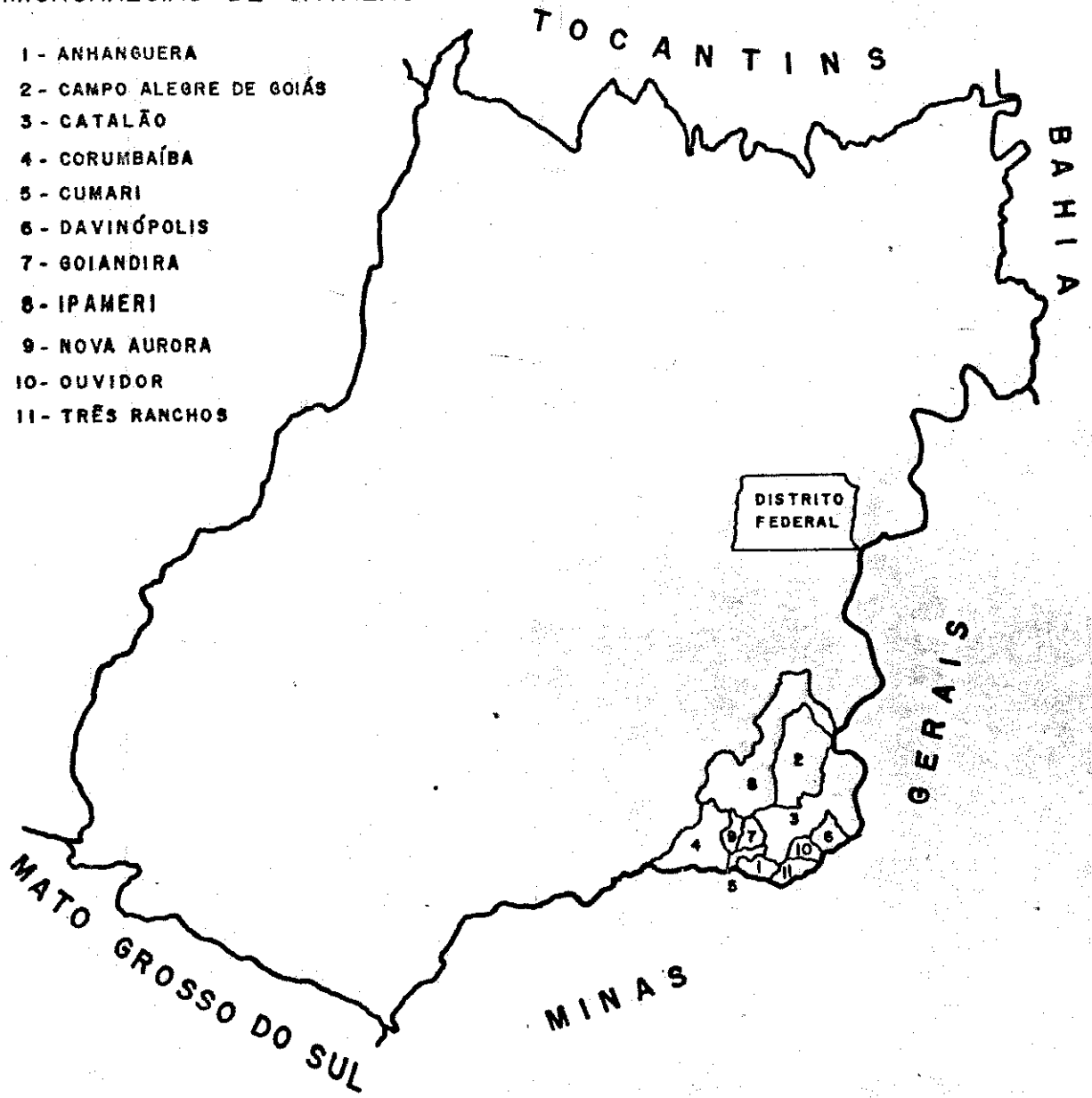
ELABORAÇÃO E DESENHO  
MARCOS ASSIS PEREIRA

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO NO ESTADO

# ESTADO DE GOIÁS

## MICRORREGIÃO DE CATALÃO

- 1 - ANHANGUERA
- 2 - CAMPO ALEGRE DE GOIÁS
- 3 - CATALÃO
- 4 - CORUMBAÍBA
- 5 - CUMARI
- 6 - DAVINÓPOLIS
- 7 - GOIANDIRA
- 8 - IPAMERI
- 9 - NOVA AURORA
- 10 - OUVIDOR
- 11 - TRÊS RANCHOS



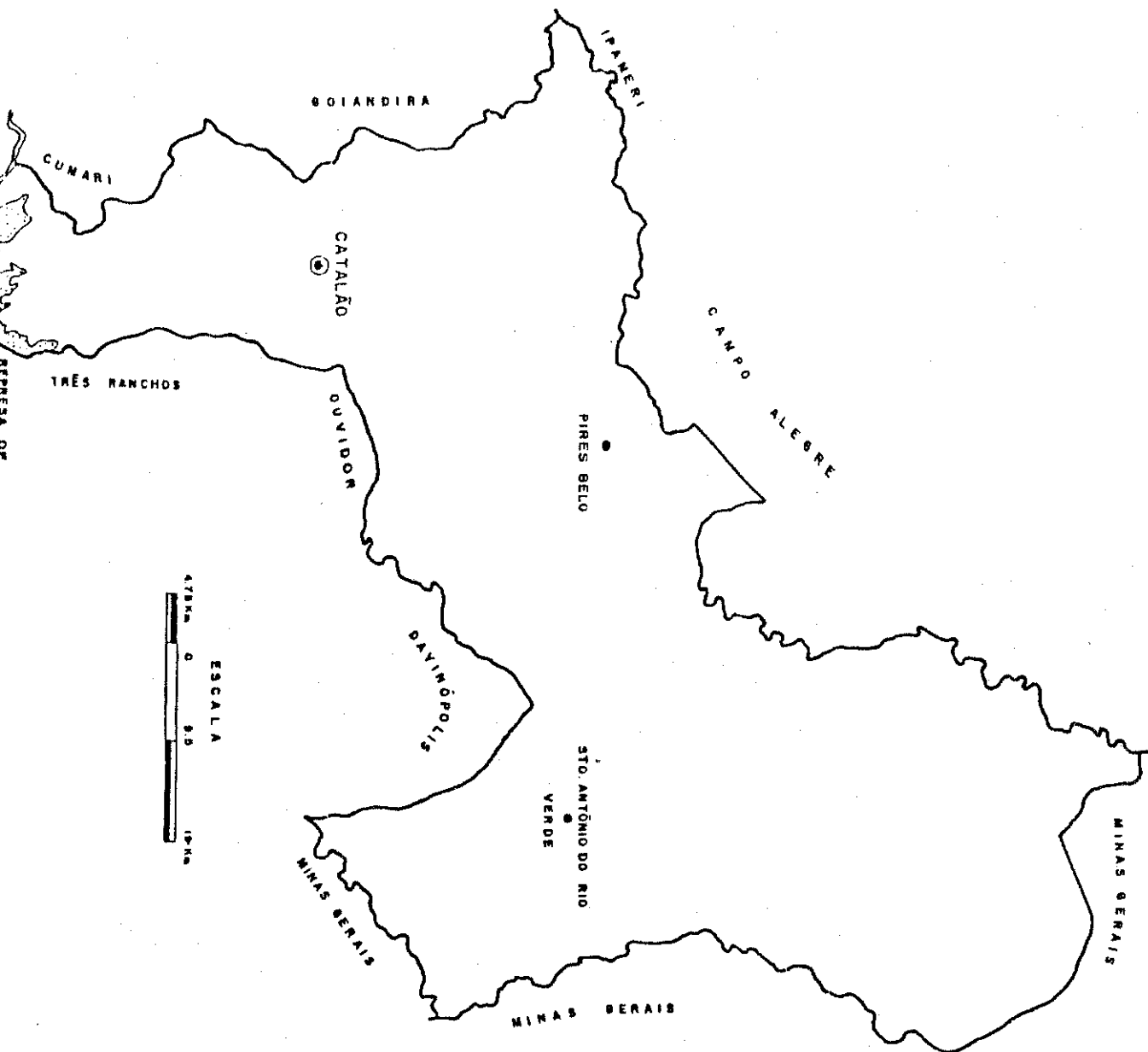
ELABORAÇÃO E DESENHO  
MARCOS ASSIS PEREIRA

ESCALA  
0 100 Km

49°00' 48°00' 47°00' 46°00'



48°20'00" W. L.



47°05'10" W. L.  
17°25'48" S

## GLOSSÁRIO DAS SIGLAS CITADAS NO TEXTO

- ABE = Associação Brasileira de Educação ;
- AEEA = Associação Educativa Evangélica de Anápolis;
- ALG = Assembléia Legislativa de Goiás;
- ANDES = Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior;
- ARENA = Aliança Renovadora Nacional;
- BID = Banco Interamericano de Desenvolvimento ;
- BT = Bolsa de Trabalho;
- CAC = Campus Avançado de Catalão;
- CBE = Conferência Brasileira de Educação;
- CCEP = Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa;
- CCP = Centros de Cultura Popular;
- CEB = Centro de Estudos Brasileiros;
- CEPAL = Centro de Estudos e Pesquisas para a América Latina;
- CESUC = Centro Educacional Universitário de Catalão;
- CFE = Conselho Federal de Educação;
- CINCRUTAC = Comissão Incentivadora dos CRUTACs;
- CMFA = Comando Maior das Forças Armadas;
- CN = Congresso Nacional;
- CNBB = Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
- CNI = Confederação Nacional das Indústrias;
- COAE = Coordenação da Atividade de Extensão;
- CONPEU = Coordenação Nacional da Política de Extensão Universitária;
- COU = Conselho Universitário;
- CRUB = Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras;
- CRUTAC = Centro Rural de Treinamento de Ação Comunitária;
- CUIA = Centro Universitário de Integração e Artes;
- DAU = Departamento de Assuntos Universitários;
- DE = Delegacia de Ensino;
- DRE = Delegacia Regional de Ensino;
- EREP = Encontro Regional de Escolas Públicas;
- ESG = Escola Superior de Guerra;
- EUA = Estados Unidos da América ;
- FE = Faculdade de Educação;
- GO = Estado de Goiás;
- GT = Grupo de Trabalho;
- IA = Instituto de Artes;
- ICHL = Instituto de Ciências Humanas e Letras;
- IE-E = Integração Escola-Empresa;
- IEL = Instituto Euvaldo Lodi;
- IES = Instituição de Ensino Superior;
- INEP = Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas;
- IPM = Inquérito Policial Militar;
- IPY = Instituto de Patologia Tropical;
- IQG = Instituto de Química e Geociências;
- ISVS = International Secretariat Voluntary Services (traduzindo: Secretaria Internacional de Serviços Voluntários);

- ITA = Instituto Tecnológico de Aeronáutica;
- JK = Juscelino Kubitschek;
- MCP = Movimento de Cultura Popular;
- MDB = Movimento Democrático Brasileiro;
- MEB = Movimento de Educação de Base;
- MEC = Ministério da Educação e Cultura;
- MEC/USAID = sigla resultante dos convênios do MEC com a USAID para assessoria às reformas educacionais no Brasil;
- MINTER = Ministério do Interior;
- MTPS = Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- MUDES = Movimento Universitário de Desenvolvimento Social;
- OEA = Organização dos Estados Americanos;
- ONU = Organização das Nações Unidas;
- OPEMA = Operação Mauá;
- OR = Operação Rondon;
- PCB = Partido Comunista Brasileiro;
- PC do B = Partido Comunista do Brasil;
- PSD = Partido Democrático Social;
- PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
- PR = Projeto Rondon;
- PROEX ou PRO-EX = Pró-Reitoria de Extensão;
- PSD = Partido Social Democrata;
- PT = Partido dos Trabalhadores;
- PTB = Partido Trabalhista Brasileiro;
- PTE = Plano de Trabalho de Extensão;
- RU/68 = Reforma Universitária de 1968;
- SD = Serviços de Desenvolvimento;
- SDD = Serviços Domésticos de Desenvolvimento;
- SEC/PE = Serviço de Extensão Cultural/ Universidade de Pernambuco;
- SENAC = Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- SENAI = Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- SESC = Serviço Social do Comércio;
- SESI = Serviço Social da Indústria;
- SN = Segurança Nacional;
- SNI = Serviço Nacional de Informações;
- SESU = Secretaria de Ensino Superior;
- UCG = Universidade Católica de Goiás;
- UDN = União Democrática Nacional;
- UFG = Universidade Federal de Goiás;
- UFMA = Universidade Federal do Maranhão;
- UNB = Universidade de Brasília;
- UNE = União Nacional dos Estudantes;
- UNESCO = órgão das Nações Unidas para Cooperação ao Desenvolvimento Social e Educacional;
- URSS = União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;
- USAID = Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional;
- VSO = Voluntary Services Overseas.

## GLOSSÁRIO DAS SIGLAS CITADAS NO TEXTO

- ABE = Associação Brasileira de Educação ;
- AEEA = Associação Educativa Evangélica de Anápolis;
- ALG = Assembléia Legislativa de Goiás;
- ANDES = Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior;
- ARENA = Aliança Renovadora Nacional;
- BID = Banco Interamericano de Desenvolvimento ;
- BT = Bolsa de Trabalho;
- CAC = Campus Avançado de Catalão;
- CBE = Conferência Brasileira de Educação;
- CCEP = Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa;
- CCP = Centros de Cultura Popular;
- CEB = Centro de Estudos Brasileiros;
- CEPAL = Centro de Estudos e Pesquisas para a América Latina;
- CESUC = Centro Educacional Universitário de Catalão;
- CFE = Conselho Federal de Educação;
- CINCRUTAC = Comissão Incentivadora dos CRUTACs;
- CMFA = Comando Maior das Forças Armadas;
- CN = Congresso Nacional;
- CNBB = Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
- CNI = Confederação Nacional das Indústrias;
- COAE = Coordenação da Atividade de Extensão;
- CONPEU = Coordenação Nacional da Política de Extensão Universitária;
- COU = Conselho Universitário;
- CRUB = Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras;
- CRUTAC = Centro Rural de Treinamento de Ação Comunitária;
- CUIA = Centro Universitário de Integração e Artes;
- DAU = Departamento de Assuntos Universitários;
- DE = Delegacia de Ensino;
- DRE = Delegacia Regional de Ensino;
- EREP = Encontro Regional de Escolas Públicas;
- ESG = Escola Superior de Guerra;
- EUA = Estados Unidos da América ;
- FE = Faculdade de Educação;
- GO = Estado de Goiás;
- GT = Grupo de Trabalho;
- IA = Instituto de Artes;
- ICHL = Instituto de Ciências Humanas e Letras;
- IE-E = Integração Escola-Empresa;
- IEL = Instituto Euvaldo Lodi;
- IES = Instituição de Ensino Superior;
- INEP = Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas;
- IPM = Inquérito Policial Militar;
- IPT = Instituto de Patologia Tropical;
- IQG = Instituto de Química e Geociências;
- ISVS = International Secretariat Voluntary Services (traduzindo: Secretaria Internacional de Serviços Voluntários);

- ITA = Instituto Tecnológico de Aeronáutica;
- JK = Juscelino Kubitschek;
- MCP = Movimento de Cultura Popular;
- MDB = Movimento Democrático Brasileiro;
- MEB = Movimento de Educação de Base;
- MEC = Ministério da Educação e Cultura;
- MEC/USAID = sigla resultante dos convênios do MEC com a USAID para assessoria às reformas educacionais no Brasil;
- MINTER = Ministério do Interior;
- MTPS = Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- MUDES = Movimento Universitário de Desenvolvimento Social;
- OEA = Organização dos Estados Americanos;
- ONU = Organização das Nações Unidas;
- OPEMA = Operação Mauá;
- OR = Operação Rondon;
- PCB = Partido Comunista Brasileiro;
- PC do B = Partido Comunista do Brasil;
- PDS = Partido Democrático Social;
- PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
- PR = Projeto Rondon;
- PROEX ou PRO-EX = Pró-Reitoria de Extensão;
- PSD = Partido Social Democrata;
- PT = Partido dos Trabalhadores;
- PTB = Partido Trabalhista Brasileiro;
- PTE = Plano de Trabalho de Extensão;
- RU/68 = Reforma Universitária de 1968;
- SD = Serviços de Desenvolvimento;
- SDD = Serviços Domésticos de Desenvolvimento;
- SEC/PE = Serviço de Extensão Cultural/ Universidade de Pernambuco;
- SENAC = Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- SENAI = Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- SESC = Serviço Social do Comércio;
- SESI = Serviço Social da Indústria;
- SN = Segurança Nacional;
- SNI = Serviço Nacional de Informações;
- SESU = Secretaria de Ensino Superior;
- UCG = Universidade Católica de Goiás;
- UDN = União Democrática Nacional;
- UFG = Universidade Federal de Goiás;
- UFMA = Universidade Federal do Maranhão;
- UNB = Universidade de Brasília;
- UNE = União Nacional dos Estudantes;
- UNESCO = órgão das Nações Unidas para Cooperação ao Desenvolvimento Social e Educacional;
- URSS = União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;
- USAID = Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional;
- VSO = Voluntary Services Overseas.

E R R A T A

PÁG.	LINHA	ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:
71	11	Unviersitários	Universitários
194	3	com as universidades	como as universidades
197	-	-	Após a linha 26, acres-
			centar: CARDOZO, Rosile-
			ne L.R. D_Centro_de_Ensi-
			no_Superior_do_Médio_Ara-
			guaia: um projeto para o
			desenvolvimento e a inte-
			gração regional/nacional.
			Goiânia, UFG, 1990 (dis -
			sertação de mestrado).